



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**A LEI Nº 10.639/2003: À LUZ DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
EM ESCOLAS QUILOMBOLAS NO ALTO RIO
TROMBETAS- ORIXIMINÁ/PÁ**

JOSÉ NILSON SILVA DE JESUS

**Santarém/PA
2017**

JOSÉ NILSON SILVA DE JESUS

**A LEI Nº 10.639/2003: À LUZ DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
EM ESCOLAS QUILOMBOLAS NO ALTO RIO
TROMBETAS- ORIXIMINÁ/PÁ**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Suely Azevedo Brasileiro.

Co-Orientador: Prof. Dr. Edilan Sant’Ana Quaresma.

Linha de pesquisa 2: Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias.

**Santarém/PA
2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

J581 Jesus, José Nilson Silva de
A lei nº 10.639/2003: à luz das práticas pedagógicas em escolas quilombolas no alto rio Trombetas- Oriximiná/Pa. / José Nilson Silva de Jesus. – Santarém, Pa, 2017.

163 fls.: il.

Inclui bibliografias.

Orientadora Tânia Suely Azevedo Brasileiro
Coorientador Edilan Sant´ Ana Quaresma

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Acadêmico em Educação.

1. Educação étnico- cultural. 2. Lei 10.639/2003. 3. Práticas pedagógicas. 4. Escola quilombola. 5. Amazônia. I. Brasileiro, Tânia Suely Azevedo, *orient.* II. Quaresma, Edilan Sant´ Ana, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 370.114

Bibliotecário - Documentalista: Eliete Sousa – CRB/2 1101

JOSÉ NILSON SILVA DE JESUS

**A LEI Nº 10.639/2003: À LUZ DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
EM ESCOLAS QUILOMBOLAS NO ALTO RIO TROMBETAS-
ORIXIMINÁ/PÁ**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Suely Azevedo Brasileiro.

Co-Orientador: Prof. Dr. Edilan Sant’Ana Quaresma.

Linha de pesquisa 2: Práticas educativas, linguagens e tecnologias.

Conceito:

Data de Aprovação:

Profa. Dra. Tânia Suely Azevedo Brasileiro
Universidade Federal do Oeste do Pará –UFOPA
Presidente da Banca e Orientadora

Profa. Dra. Nair Ferreira Gurgel do Amaral
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Membro Externo

Profa. Dra. ProfaJocyleia Santana dos Santos
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Membro Externo

Profa. Dra. Maria Aldenira Reis Scalabrin
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
Membro Externo

A Grande e Abençoada família “Silva de Jesus”, minha vida sempre foi e será ligada a cada um de vocês...

A minha, Mãe, somente eu, a senhora e meus irmãos sabemos da nossa história e foram de muitas lutas. Graças a ti Mãe vencemos todas. És meu orgulho, meu amor. É. Minha existência aqui na terra. Deus lhe cubra de bênçãos...

Aos meus 8 irmãos e tantos sobrinhos que vocês me deram, meus portos seguros, eu sei, se chegar agora na casa de cada um de vocês serei bem recebido e amado...

A meu pai, foram tantos desencontros ao longo das nossas vidas mesmo estando perto um do outro. Mas, quando o senhor percebeu minha fragilidade me deu o abraço que esperava a anos e isso me deu ânimo para continuar....

Dentre os 8 irmãos dado por Deus a mim e em nome do amor fraternal que nos uni, elevo o nome da **Nossa Irmã “Santa”**, “como ela mesma diz: *“não foi à toa que Deus me deu esse apelido”*, Mana, meu muito obrigado...

A minha, Maria Fernanda, a nossa história em breve vai começar.

AGRADECIMENTOS

“Levantarei os meus olhos para os montes, de onde vem o meu socorro. O meu socorro vem do Senhor que fez o céu e a terra...” (**Salmos 121**). E Ele veio ao meu encontro, me resgatou para uma nova vida. Eu estava fraco e Tu me fortaleceu e me deu uma nova chance de viver. **Deus**, a Ti dedico essa grande vitória...

E em nome desse misericordioso Deus, que agradeço a meu cunhado **Rubens Oliveira** e **minha irmã Jucilene Oliveira**, meus grandes incentivadores...

Aos poucos amigos que a vida me deu peço a Deus por cada um de vocês...

A professora **Ormezinda de Souza Santos**, um ser humano encantador, tanto que suas aulas de Geografia no antigo 1º Grau (hoje Ensino Fundamental) me levaram a conhecer lugares fantástico mundo afora sem sair das salas de aulas da Escola Santa Maria Goretti. Obrigado pelas orientações iniciais para a conclusão desse trabalho. Um fraternal abraço...

Ao Prof. Dr. Edlan Quaresma, meu co-orientador, no início foi meio assim, mas a confiança que depositou em mim serviu como incentivo de sempre melhorar. Obrigado, Deus é contigo...

A minha Orientadora Profª Tânia Suely Azevedo Brasileiro, a sua missão é nobre. Ao me receber como orientando me trouxe muitas esperanças. Agradeço a Deus por sua grande sabedoria...

Muito agradecido!

As minhas amigas- orientadoras Terezinha do Socorro Lira e Micheline Bastos, vocês fizeram muita diferença na conclusão desse trabalho. Podem ter certeza que aproveitei cada sugestão dada. E acima de tudo, obrigado pela preocupação que tiveram comigo nessa estada de dois anos na cidade de Santarém. Deus, somente Ele, pode lhes gratificar. Um grande abraço...

Ao Alan Kelbis, agradecido pelo apoio. Deus trilhe seus caminhos rumo a seu mestrado...

Ao Maik Frank, um apoio essencial nessa reta final. Obrigado, conterrâneo.

A Secretaria e ao Conselho Municipal de Educação de Oriximiná, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e as Escolas Municipais Quilombolas de Ensino Fundamental “ Baldoíno Melo” e “ Nossa Senhora Piedade”, a nossa parceria rendeu bons frutos e vamos colher juntos, em prol de uma

educação visando a inclusão da Lei nº 10.639/2003 assim como, a Diversidade étnica-cultural no currículo de nossas escolas. Agradecido...

O natural surgiu como um conto em minha vida, **aos meus amigos invisíveis da Reserva Natural LR (Layna & Rosalba)**, obrigado pelas orações e energias positivas emanadas através dos chás e essências. Estrelinha Mãe, Estrelinha Filha, Algodão, Terra, Mãe África, Modelo, Stallone Baby e tantos outros invisíveis, a Fé naquilo que Deus criou (O Natural) pode estar a cura de muitos males da Humanidade. Agradecido, **Estrelinha Mãe**.

Árvore

Vem me regar mãe
Vem me regar
Vem me regar mãe, ê a
Vem me regar

Todo santo dia
Pois todo dia é santo
E eu sou
Uma árvore bonita
Que precisa ter seus cuidados

Me regar mãe
Vem me regar
Vem me regar mãe, ê a
Vem me regar

E ando sobre a terra
E vivo sob o sol
E as, e as minhas raízes
Eu balanço
Eu balanço
Eu balanço

Me regar mãe
Vem me regar
Vem me regar mãe, ê a
Vem me regar (Edson Gomes)

JESUS, José N. S. “A Lei nº 10.639/2003: À Luz das Práticas Pedagógicas em Escolas Quilombolas no Alto Rio Trombetas- Oriximiná/Pá”. 163f. 2017. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém/ Pá, 2017.

RESUMO

Este estudo visa analisar como as práticas pedagógicas dos docentes de escolas quilombolas podem contribuir para o processo de aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 nesses espaços educativos, assumindo a seguinte hipótese: “As práticas pedagógicas de professores lotados em escolas quilombolas contribuem para a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003, em um contexto social, histórico e geográfico singular na Amazônia e na inclusão de conhecimentos locais para a compreensão do papel do negro na sociedade brasileira”. A pesquisa é de abordagem qualitativa, descritiva, do tipo estudo de caso múltiplo realizada nas Escolas Quilombolas Municipais de Ensino Fundamental “Baldoíno Melo” e “Nossa Senhora Piedade”, pertencentes ao Sistema Municipal de Educação do Município de Oriximiná/PA. O estudo foi bibliográfico, documental e empírico. A pesquisa bibliográfica caminhou para o encontro de estudos sobre educação étnico-cultural de Munanga (1999; 2004; 2005), Gomes (2001; 2006; 2011; 2012), Candau (2013), Cavalleiro (1998), Silva (2010), Rocha (2007), Onofre (2014), Veiga (1989, 2001) e outros que voltam seus olhares para a prática pedagógica, a formação de professores e o currículo. Assim como, Freire (1978; 1981; 1996; 1999) contribuíram para a reflexão da temática estudada numa visão sistêmica. Também realizamos um breve Estado da Arte sobre a temática proposta, possibilitando mapear como estão as pesquisas a nível de mestrado e doutorado em educação em relação à Lei nº 10.639/2003. Quanto à pesquisa documental, a mesma auxiliou na compreensão do fenômeno estudado em consonância com os marcos legais, tendo a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9394/2006 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a própria Lei nº 10.639/2003 (Inclui no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"), bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, estas serviram de marco legal para analisar o documento local, o Projeto Político Pedagógico da 3ª URGE (Unidade Regional de Gestão Escolar). Com relação ao estudo empírico, as técnicas adotadas para a coleta de dados foram a entrevista semiestruturada e o questionário. A entrevista foi aplicada a 05 professores das disciplinas: Língua Portuguesa, História, Geografia e Artes, seguido da aplicação de um questionário complementar com dados de identificação dos mesmos e um outro direcionado a 19 alunos de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. A Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) foi adotada para tratamento dos dados. Os resultados da pesquisa demonstram que a Lei nº 10.639/2003 não está sendo integrada em sua plenitude ao Projeto Político Pedagógico da 3ª Unidade Regional de Gestão Escolar- Quilombola, fragilizando sua aplicabilidade nas escolas. Apesar disso, constatamos que os professores desenvolvem diversas práticas pedagógicas voltadas ao seu objeto, mesmo alguns deles desconhecem ou conhecerem superficialmente as diretrizes da lei. A Lei nº 10.639/2003 e a prática pedagógica da mesma convivem no mesmo espaço, faltando apenas que os professores promovam esse encontro.

Palavras-chave: Educação étnico-cultural. Lei nº 10.639/2003. Práticas Pedagógicas. Escola Quilombola. Amazônia.

JESUS, José N. S. **Law nº 10.639 / 2003: In the Light of Pedagogical Practices in Quilombola Schools in the Upper Trombetas-Oriximiná River /** Pá. 163 f. 2017. Dissertation (Master degree) - Federal University of the West of Pará, Santarém / Pará, 2017

ABSTRACT

This study aims to analyze how the pedagogical practices of teachers of quilombola schools can contribute to the process of applicability of Law nº 10.639 / 2003 in these educational spaces, assuming the following hypothesis: "The pedagogical practices of teachers crowded in quilombola schools contribute to the applicability of Law nº 10.639 / 2003, in a unique social, historical and geographic context in the Amazon and in the inclusion of local knowledge to understand the role of the black in Brazilian society. " The research is a qualitative, descriptive, multiple - case study, carried out in the Municipal Quilombola Schools of Primary Education "Baldoíno Melo" and "Nossa Senhora Piedade", belonging to the Municipal Education System of the Municipality of Oriximiná / PA. The study was bibliographical, documentary and empirical. The literature search went to the meeting of studies on ethnic-cultural education of Munanga (1999, 2004, 2005), Gomes (2001, 2006, 2011, 2012), Candau (2013), Cavalleiro Rocha (2007), Onofre (2014), Veiga (1989, 2001) and others who turn their attention to pedagogical practice, teacher training and curriculum. As Freire (1978, 1981, 1996, 1999) contributed to the reflection of the subject studied in a systemic view. We also carried out a brief State of the Art on the proposed theme, making it possible to map how are the master's and doctoral studies in education in relation to Law nº 10.639 / 2003. As for the documentary research, the same aided in the understanding of the phenomenon studied in consonance with the legal frameworks, the Federal Constitution of 1988, LDB 9394/2006 (Law of Guidelines and Bases of National Education), Law nº 10.639 / 2003 (Includes in the Official Curriculum of the Teaching Network the obligation of the theme "Afro-Brazilian History and Culture "), as well as the National Curricular Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture and the National Curricular Guidelines for Quilombola School Education in Basic Education, served as a legal framework for analyze the local document the Political Educational Project of the 3º URGE (Regional School Management Unit). Regarding the empirical study, the techniques used for the data collection were the semi-structured interview and the questionnaire. The interview was applied to 05 teachers from the following disciplines: Portuguese Language, History, Geography and Arts, followed by the application of a complementary questionnaire with data of identification of the same ones and another one directed to 19 students from 8th and 9th years of Elementary School. The Content Analysis (BARDIN, 2011) was adopted for the treatment of the data. The results of the research show that Law nº 10.639 / 2003 is not fully integrated into the Political Pedagogical Project of the 3º Regional Unit for School-Quilombola Management, weakening its applicability in schools. Despite this, we find that teachers develop several pedagogical practices aimed at their object, even some of them do not know or superficially know the guidelines of the law. Law nº 10.639 / 2003 and its pedagogical practice live together in the same space, but it is only necessary that teachers promote this meeting.

Keywords: Ethnic-cultural education. Law nº 10.639 / 2003. Pedagogical practices. Quilombola School. Amazon.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos critérios de categorização propostos por Bardin (2011).....	41
Quadro 2 - URGE Quilombolas e escolas integrantes	78
Quadro 3 - Matrícula de alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Baldoíno Melo” ano letivo de 2016	79
Quadro 4 - Matrícula de alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Nossa Senhora Piedade” ano letivo de 2016.	80
Quadro 5 - Vozes dos alunos do 8º e 9º anos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental Quilombola “Baldoíno Melo e “Nossa Senhora Piedade” a respeito dos assuntos estudados sobre a História da África e dos descendentes de Africanos no Brasil	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Formação acadêmica dos professores lotados nas escolas municipais “Baldoíno Melo” e “Nossa Senhora da Piedade”.	82
Gráfico 2 - Participação dos professores entrevistados em cursos de formação continuada sobre a Lei nº 10.639/2003.	92
Gráfico 3 - Resposta dos alunos entrevistados em relação à autodeclaração enquanto cor/raça.	96
Gráfico 4 - Resposta dos alunos entrevistados em relação à área onde residem.....	96
Gráfico 5 - Resposta dos alunos entrevistados em relação ao estudo de assuntos sobre os Quilombos do Alto Rio Trombetas.	97
Gráfico 6 - Religiões adotadas pelos alunos entrevistados.....	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Município de Oriximiná	67
Figura 2 - Territórios Quilombolas do Alto Rio Trombetas - Oriximiná/PA.....	74
Figura 3 - Comunidade Quilombola Cachoeira Porteira	76
Figura 4 - Entrada principal da Escola Municipal “Baldoíno Melo”	80
Figura 5 - Escola Municipal de Ensino Fundamental “Nossa Senhora Piedade”	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARQMO	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Oriximiná
BDTD	Biblioteca Digital de Tese e Dissertações
COMEIO	Conselho Municipal de Educação de Oriximiná
CPI- SP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MRN	Mineração Rio do Norte
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEMED/ORXI	Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná
SEDUC/PA	Secretaria de Educação do Estado do Pará
URGE	Unidade Regional de Gestão Escolar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA DO ESTUDO	30
3 REFERENCIAL TEÓRICO DO ESTUDO	43
3.1 AS SOMBRAS DAS CASTANHEIRAS: UM BOM LUGAR PARA REFLETIR SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LEI Nº 10.639/2003 NA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA-CULTURAL DOS NEGROS DO ALTO RIO TROMBETAS	43
3.2 A EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICA-CULTURAL: PREMISSAS DE NOSSOS TEMPOS	50
3.3 O CURRÍCULO ESCOLAR: UM DIÁLOGO ENTRE OS CONHECIMENTOS UNIVERSAIS E LOCAIS	54
3.4 A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESCOLAS DE QUILOMBOS E A PRÁTICA LIBERTÁRIA DAS SENZALAS: AS PRÁTICAS DA LIBERDADE HUMANA	59
4 A CIDADE DE ORIXIMINÁ: TERRA DE QUILOMBOS	63
4.1. UM POVOADO E UM PADRE: A ORIGEM DA CIDADE DE ORIXIMINÁ.	63
4.2 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DA CIDADE DE ORIXIMINÁ	66
4.3 A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS DO ALTO RIO TROMBETAS E DESAFIOS ATUAIS: BREVES APROXIMAÇÕES	68
5. LÁ NOS “ALTOS DO RIO TROMBETAS”, A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE ESCOLA QUILOMBOLAS ENCONTRA-SE COM A LEI Nº 10.639/2003?	75
5.1 A CRIAÇÃO DAS URGES (UNIDADES REGIONAIS DE GESTÃO ESCOLAR)	75
5.2 CONHECENDO AS ESCOLAS PESQUISADAS: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “BALDOÍNO MELO” E A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “NOSSA SENHORA PIEDADE”.	78
5.3 A LEI Nº 10.639/2003 E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA 3ª UNIDADE REGIONAL DE GESTÃO ESCOLAR- URGE QUILOMBOLA.	82
5.4 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS ESTUDADAS SOBRE A LEI Nº 10.639/2003.	86
5.4.1 Conhecimento e formação continuada sobre a Lei nº 10.639/2003.	87
5.4.2 A Lei nº 10.639/2003 e Prática Pedagógica de professores em escolas quilombolas	92

5.4.3 A Lei nº 10.639/2003 e a criação de uma disciplina específica para abordagem de conteúdos referentes a história e cultura negra.....	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO E PERSPECTIVAS FUTURAS	103
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	119
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA QUE ATUAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS.....	120
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE HISTÓRIA QUE ATUAM EM ESCOLAS QUILOMBOLA.....	121
APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE GEOGRAFIA QUE ATUAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS	122
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE ARTES QUE ATUAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS.....	123
APÊNDICE E- MODELO DE QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES QUE ATUAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS	124
APÊNDICE F- MODELO DE QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS DOS 8º E 9º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL QUE ESTUDAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS.....	125
APÊNDICE G - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA E LINGUA ESTRANGEIRA (INGLES) – ESCOLA BALDOÍNO MELO	127
APÊNDICE H - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA E LINGUA ESTRANGEIRA (INGLES) – ESCOLA NOSSA SENHORA PIEDADE	132
APÊNDICE I - TRANSCRIÇÃO E ENTREVISTA COM PROFESSOR DE ARTES DA ESCOLA BALDOÍNO MELO	135
APÊNDICE J - TRANSCRIÇÃO E ENTREVISTA COM PROFESSOR DE ARTES DA ESCOLA NOSSA SENHORA PIEDADE	141
APÊNDICE K - TRANSCRICAO DA ENTREVISTA COM PROFESSORES DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DA ESCOLA NOSSA SENHORA PIEDADE	147
APÊNDICE L- MODELO DO QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS QUE ESTUDAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS	150
APÊNDICE M – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)- PROFESSOR	152

APÊNDICE N- MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)- RESPONSÁVEL	154
ANEXOS	156
ANEXO A - CAPA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA TERCEIRA UNIDADE REGIONAL DE GESTÃO ESCOLAR – URGE QUILOMBOLA.....	157
ANEXO B- PROJETO: DIVERSIDADES CULTURAIS QUILOMBOLAS LOCAIS NA ESCOLA MUNICIPAL “BALDOINO MELO”	158
ANEXO C- OFÍCIO DA PPGE/UFOPA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ORIXIMINÁ.....	159
ANEXO D - OFÍCIO DO PPGE/UFOPA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ORIXIMINÁ	160
ANEXO E - OFÍCIO DO PPGE/UFOPA PARA A ASSOCIAÇÃO DO REMANESCENTES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ORIXIMINÁ	161
ANEXO F - DESPACHO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ORIXIMINÁ AO PPGE/UFOPA.....	163

A GÊNESE DO ESTUDO

O interesse em realizar um estudo que abrangesse a temática negra nasce da curiosidade de criança às margens do Rio Trombetas; isso nos leva ao início da década de 1980, como sempre acontecia aos fins de tarde descíamos eu e meus primos ao encontro de meu avô materno para ajudá-lo a trazer de volta para casa os seus equipamentos de pesca assim como o produto final de um dia de labuta rio adentro. Em alguns dias, principalmente, no final de cada mês, o caboclo oriximinaense, como acontece até hoje, desce as entranhas do Rio Trombetas ou de seus afluentes para vir à cidade resolver situações as quais não podem solucionar nas partes onde moram.

Entre os inúmeros barcos que ancoravam na “beira”¹ havia alguns que me chamavam atenção pelos seus passageiros, os quais demonstravam alegria de terem chegado à cidade ou a preocupação no pensar distante dos mais velhos, que na minha percepção deixara algo de importante no lugar onde viviam. O que aguçava a minha curiosidade era como aquelas gentes de melanina tão aflorada escolheram meu município para fazer moradas? Logo fiquei sabendo que vinham do Alto Rio Trombetas, lugar onde o rio se transforma em cachoeiras o que torna mais difícil o acesso.

Pelos livros didáticos aprendi que os índios já habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses e que os negros foram trazidos do continente africano na condição de escravos. Então, como alguns deles vieram parar num lugar tão longe? Pois, não há registros históricos que comprovem que o município de Oriximiná foi área de desenvolvimento econômico significativo, no período da história do Brasil escravocrata. Tudo isso era uma fonte riquíssima para minha imaginação naqueles fins de tarde às margens do Rio Trombetas em que ficava a pensar sobre a origem dessa gente à “beira da cidade” com suas embarcações carregadas de castanhas do Pará, farinha e “caças do mato”².

Aprendi ao longo do 1º Grau (hoje ensino fundamental) que os negros “vieram” para o Brasil”, esta concepção expressa, nos livros didáticos da época disseminou a ideia de que os negros chegaram ao Brasil espontaneamente para serem massacrados na sua dignidade humana em um lugar distante de suas origens. Ingressei no Ensino Médio (Magistério) onde cursei uma disciplina da parte diversificada do Currículo Escolar chamada de “Estudos Regionais”, ministrada pela professora Etelvina Queiróz, hoje aposentada, que trouxe para as

¹ Denominação que os oriximinaenses dão ao porto da cidade.

² Expressão usada pelo caboclo oriximinaense para designar animais que são caçados nas matas, os quais são usados para sua alimentação.

aulas textos para serem debatidos em sala de aula, os quais abordavam estudos a respeito dos negros que habitavam os quilombos situados no Alto Rio Trombetas, a sua constituição, de onde vieram e porque escolheram aquela região do município para fazer seu habitat. Somente assim pude transitar de um imaginário fértil de criança para um adolescente que começava a descobrir como aquelas pessoas foram parar nas redondezas das cachoeiras e margens do Alto Rio Trombetas.

Diante dessas informações comecei a criar meus próprios conceitos acerca do negro na construção histórica, cultural e econômica do Brasil e percebi o quanto foram e são importantes para a consolidação deste país enquanto sociedade moderna e que precisa aplicar com veemência as políticas públicas existentes e criar outras, em conformidade com as demandas do processo histórico atual, no sentido de reparar os danos sociais, políticos, psicológicos e culturais causados àqueles que foram submetidos à escravidão.

Como grande entusiasta da história dos negros no Brasil considerei que deveria dar a minha contribuição através de um estudo sobre os quilombolas de Oriximiná, símbolo de lutas e resistências fincadas debaixo de vastos castanhais e margens de bravas cachoeiras, lugar de chegada de homens e mulheres que buscavam a liberdade e atualmente é ponto de partida de homens e mulheres que não buscam somente a liberdade, mas o reconhecimento de suas histórias e direitos que ainda lhes são negados, uma vez que compõem uma parcela significativa da população brasileira, como por exemplo, a titulação de suas terras.

Em 1996, fui aprovado no vestibular para cursar Pedagogia (habilitação: Magistério Normal e Administração Escolar) da Universidade do Estado do Pará- UEPA (Campus Belém), concluindo em 2000. Desde o início do curso a questão dos Quilombos de Oriximiná tinha prioridade como tema do meu TCC, em especial a prática pedagógica dos professores, a distância entre a capital e o município, além da falta de recursos financeiros inviabilizaram a realização deste estudo. Fatores que contribuíram também na não efetivação deste, a nível de Especialização cursada na mesma instituição no ano de 2001.

No ano de 2002, retornei à cidade e, em 2004 prestei concurso público para professor da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará (SEDUC), sendo lotado na Escola Estadual de Ensino Médio Padre José Nicolino de Souza a qual oferecia o Curso de Magistério Normal (Habilitação Nível Médio), onde ministrei as disciplinas: Didática Geral e História da Educação. Nesse período tive contato com alguns alunos vindos das áreas quilombolas os quais me relatavam o porquê da escolha do curso, sendo o discurso mais presente nas suas falas: “Voltar às origens e contribuir através da educação para afirmação da nossa identidade étnica-cultural”. A minha contribuição nesse momento foi de incentivá-los

nesse processo de formação, abordando nas aulas temas que valorizassem a história de sua gente.

Em 2005, fui designado a exercer a função de Coordenador Pedagógico na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Almir Gabriel, inaugurada em 2002, por coincidência tinha em sua matrícula muitos alunos quilombolas e indígenas, principalmente da etnia Wai-Wai. A minha função com os demais coordenadores pedagógicos e professores foi de elaborar uma proposta pedagógica que abrangesse a diversidade étnica-cultural. Hoje a escola é referência no município de Oriximiná em relação a esta temática.

Em 2006, fui aprovado no concurso público da Prefeitura Municipal de Oriximiná, para o cargo de Coordenador Pedagógico, mas por situações adversas à minha vontade, assumi a vaga somente em 2010, sendo lotado numa escola de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A escola tem uma miscigenação de alunos (indígenas, com necessidades educativas especiais, negras dentre outras). Percebe-se que desde a minha infância a margem do Rio Trombetas até a vida adulta e profissional estive ligado à diversidade étnica.

O ingresso em 2015 no Programa de Pós-Graduação em Educação- Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), na linha de pesquisa 2: “Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias”, criou a possibilidade para a concretização de um desejo que nasceu às margens do Rio Trombetas lá nos anos 80 e que agora se efetiva com a pesquisa intitulada: “A Lei 10.639/2003: À Luz das Práticas Pedagógicas em Escolas Quilombolas no Alto Rio Trombetas-Oriximiná/PA”.

INTRODUÇÃO

A presença negra na história do Brasil é marcada por resistências e conquistas. Nesse sentido, ao se falar do negro hoje, devemos ter o cuidado de não limitar o discurso na condição de escravo do passado, mas de referenciá-los como brasileiros e brasileiras, símbolos de conquistas como: Zumbi dos Palmares³, Mestre Baldoíno da Serrinha⁴, Mãe Menininha do Gantois⁵ entre tantos que foram líderes natos, sábios homens e mulheres que com maestria e a seu modo deram a sua contribuição para amenizar as dores de seu povo e conquistar o seu reconhecimento perante a sociedade.

As conquistas negras simbolizam a concretude da liberdade humana, em um país onde existem grandes obstáculos sociais, políticos e econômicos, impedindo que milhares de brasileiros vivam com dignidade. Os negros demonstram, no limiar do século XXI, resistência às injustiças cometidas aos seus antepassados como forma de assegurar direitos adquiridos sob a dura pena do processo escravocrata o qual subestimou vidas contribuindo para o desencadeamento de algumas mazelas sociais, hoje frequentes em um país tomado pela desmoralização política e econômica.

Diante desse quadro de crise em que vivemos, não podemos nos induzir por discursos vazios, devemos sim fazer valer na prática social as diversas políticas públicas⁶ dando sentido a elas como forma de reconhecer e contribuir para a ascensão de indivíduos cuja existência fora negada por muitos anos, como a dos negros e dos indígenas. Mas para isso, é necessário uma nova postura do Estado e da sociedade, no sentido de criar situações viáveis na expansão e consolidação das políticas públicas nos diversos setores sociais como a Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (Lei nº 9394/96), ao incluir no Currículo Oficial da rede de ensino público e privado a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. “Trata-se sem dúvidas, de uma política de reparação pelos sérios danos que o racismo e política tácita de exclusão dos

³Zumbi dos Palmares alagoano, é um grande representante de luta pelo fim da escravidão na época do Brasil Colonial. Foi líder do Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos dos engenhos, índios e brancos pobres expulsos das fazendas.

⁴ Foi morador da Comunidade da Serrinha/Oriximiná-Pá possuía o dom de curandeiro e grande incentivador da educação em sua comunidade.

⁵ Liderou a casa de candomblé Ilé Ìyá Omi Àse Ìyámasé, localizada em Salvador (BA), no bairro do Gantois, por sessenta e quatro anos. Mãe Menininha do Gantois, como era chamada em vida lutou para a reconhecimento da religião dos Orixás e uma figura carismática no trato com as pessoas.

⁶Para Silva (2010), Políticas Públicas são formuladas e implantadas com o intuito de promover aperfeiçoamentos na sociedade, garantir e proteger direitos, corrigir distorções, incentivar avanços.

negros da sociedade brasileira vêm causando, há mais de cinco séculos” (SILVA, 2010, p. 39).

A Lei nº 10.639/2003 apresenta-se como uma política pública de reparação pelos danos causados aos negros através de conhecimentos sobre a História da África e dos seus descendentes no Brasil, que deve fazer parte do currículo escolar. Quatorze anos após a promulgação da lei, nos questionamos ainda sobre como está sendo a sua aplicabilidade nos espaços escolares? Com essa inquietude, fizemos uma aventura ao Alto Rio Trombetas para ir em busca de respostas para a seguinte problemática de pesquisa: *Como a Lei nº 10.639/2003 está sendo vivenciada nas práticas pedagógicas de professores que exercem à docência nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental Baldoíno Melo e Nossa Senhora Piedade, localizadas em Comunidade Remanescente de Quilombos⁷ no Alto Rio Trombetas no município de Oriximiná?* Seguindo das questões corolárias:

- Como a Lei nº 10.639/2003 está sendo vivenciada na rotina educacional das escolas estudadas?
- O que sabem professores e alunos sobre a Lei nº 10.639/2003?
- Quais as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores que atuam em escolas quilombolas para a abordagem de conhecimentos locais em consonância com a Lei nº 10.639/2003?

Vale ressaltar que a pesquisa se volta a um lugar longínquo do país e, em especial, pelo fato da população alvo do estudo (professores e alunos) das duas escolas estudadas, está situada num lugar de forte presença negra na Amazônia, o que promoveu a necessidade de realizar um estudo abrangendo a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 nesses espaços educativos. E com essa ação se fez uma incursão num universo pouco ou ainda inexplorado sobre as práticas pedagógicas de professores que exercem à docência em escolas quilombolas do Alto Rio Trombetas, reduto de gente aguerrida que fazem dessa região distante do centro-sul do Brasil, a sua morada.

Defendendo uma educação onde os valores de igualdade entre os diferentes seja a célula master desse novo paradigma educacional e a prática pedagógica como um dos meios de equalização social, surgiu a seguinte hipótese de estudo: As práticas pedagógicas de professores lotados em escolas quilombolas *contribuem* para a aplicabilidade da Lei nº

⁷ Segundo o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 no seu Art. 2º: Considera remanescente das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

10.639/2003 em um contexto social, histórico e geográfico singular na Amazônia e para a inclusão de conhecimentos locais, na compreensão do papel do negro na sociedade brasileira.

Dentro do contexto da exigência da Lei, as práticas pedagógicas podem vislumbrar um novo jeito de ensinar, valorizando outros saberes, outros seres, ou seja, ver o mundo tendo como ponto de vista não somente o herdado pelo colonizador (visão eurocêntrica de interpretar o mundo), mas fazer o confronto com outros saberes, como aqueles acumulados pelos descendentes de negros escravizados, que habitam os quilombos, que se espalham ao longo do Alto Rio Trombetas.

Esses saberes têm que transcender limites, expandir-se para além do Alto Rio Trombetas e configurar-se também como conhecimento universal. Do mesmo modo, as práticas pedagógicas, como ferramentas de socialização de conhecimentos, devem desenvolver artífices e situações de aprendizagem para que o desafio epistemológico seja a motivação da sua práxis e, com isso, evidenciar conhecimentos construídos ao passar dos tempos pelos negros a outros mundos e compartilhar para outros as suas biografias de vida e suas existências reais.

Com o compromisso de evidenciar como está sendo aplicada a Lei nº10.63/2003 nesses espaços escolares, apresentamos os objetivos desta pesquisa:

Objetivo geral:

➤ Analisar como a Lei nº 10.639/2003 está sendo vivenciada nas práticas pedagógicas de professores, em duas escolas quilombolas do Alto Rio Trombetas, localizadas num espaço geográfico carregado de simbolismo para a memória negra na Amazônia.

Objetivos específicos:

➤ Verificar se há referência à esta Lei no Projeto Político Pedagógico da 3ª Unidade Regional de Ensino (URGE- Quilombola);

➤ Investigar quais estratégias de ensino são utilizadas pelos professores para a inclusão da Lei nº 10.639/2003 nos conteúdos escolares;

➤ Identificar se nas práticas pedagógicas dos professores das escolas quilombolas existem evidências de inclusão de conhecimentos locais na formação acadêmica dos alunos.

Neste sentido, além das leis que servem para combater os ranços preconceituosos como a Lei nº 10.639/2003, reforçada pela Lei nº 11.645/2008⁸ em relação aos grupos socialmente discriminados (negros, indígenas e outros), consideramos a educação primordial para a reparação das injustiças cometidas contra os negros. De outro modo, através da educação há a possibilidade de combater atitudes preconceituosas de ordem social, religiosa, cultural, orientação sexual, etc.

Para tanto, é preciso que por meio da educação, se busque mudar atitudes, superar e abolir preconceitos, a falta de conhecimento e de respeito mútuo, além de derrubar as barreiras de ordem moral, epistemológica, ideológica a participação cidadã. E, por meio da legislação, se tente controlar comportamentos adversos a grupos e pessoas, os efeitos de atitudes discriminatórias, preconceituosas, segregacionistas, assim como garantir condições e oportunidades equânimes de realização de pessoas e comunidades (SILVA, 2010, p.40).

Iniciando a contribuição do estudo para o reconhecimento dos negros nesse longo processo histórico de lutas pela sua liberdade e fortalecimento da sua identidade, não usamos nesta dissertação expressões como “escravos africanos” ou outros significados cujo os sentidos remetam à submissão de um ser humano sobre o outro. Nosso objetivo não é levantar polêmicas e sim proporcionar alguns momentos de reflexão a respeito de como ainda nos direcionamos àqueles que lhes foi tirado o direito à vida liberta. Portanto, optamos por designá-los de “descendentes de seres humanos escravizados” em referência à Macota Valdina,⁹ que, quando questionada se ela era descendente de escravos, a mesma categoricamente respondeu: "Não sou descendente de escravos eu descendo de seres humanos que foram escravizados".

Usaremos a terminologia “diversidade étnica-cultural” ao invés de “diversidade racial”. O termo “diversidade étnica-cultural” traz um significado de pertencer a um grupo social ligado não por traços biológicos, mas sim por pertencer a um grupo cultural e ligados entre si por laços fraternais e que comungam de tradições quase iguais. “Uma etnia é um

⁸ Lei que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”

⁹Valdina Pinto de Oliveira, nascida em Salvador em 1943. É professora aposentada da rede pública municipal, educadora, ativista política e membro do Conselho de Cultura da Bahia. Valdina Pinto ocupa o cargo de Makota, assessora da Nengwa Nkisi, Mãe de Santo do Tanuri Junsara, Terreiro de Candomblé Angola, em Salvador. Fonte: <http://decarlicris.blogspot.com.br/2014/11/nao-sou-descendente-de-escravos-makota.html>. Acesso em: 09/01/2017.

conjunto de indivíduos que possuem em comum um ancestral, um território geográfico, uma língua, uma história, uma religião e uma cultura” (MUNANGA, 2009, p.5).

Em contrapartida, o conceito de “raça” necessita ser repensado quando usado no meio pedagógico para não reforçar a ideologia europeia de superioridade trazida pelos portugueses, quando em 1500, sem permissão dos que já viviam por aqui, ancoraram suas naus trazendo o pensamento racista que pendura até hoje em algumas cenas da vida diária. Segundo Quijano (2000), essa ideia de superioridade nas Américas tem sua gênese com a descoberta, em 1492, por Cristóvão Colombo¹⁰. Inicialmente, é necessário entendermos todo o processo histórico e os interesses de dominação não somente do território, mas da violência imposta aos povos que habitavam as Américas. Esses fatores causaram prejuízos a identidade étnica de muitas pessoas, destituindo um legado de conhecimentos construídos no mesmo grau de inteligência dos nossos “colonizadores”.

Uma das marcas fundamentais da palavra “raça” é o grau de importância dada em alguns discursos sociais, legitimando as matrizes europeias de classificar os seres humanos de acordo com o fenótipo de cada um ou pelas práticas culturais as quais diferenciam das suas. Essa classificação torna-se um tanto perigosa, principalmente, nas práticas pedagógicas, pois temos que ter em mente que nossos “colonizadores” não foram os indígenas e muitos menos os negros africanos, aqueles que nos colonizaram tinham o propósito de dominação de um ser sobre o outro, principalmente, daqueles considerados “diferentes” de suas características físicas e culturais e se permanecermos a nos classificar como raças ainda na ótica do colonizador, estamos reforçando o poder social, político e econômico de uma minoria, como nos dizem Edgar e Sedgwick (2002, p. 273):

Raça é um modo de classificação dos seres humanos que os distingue com base nas propriedades físicas (por exemplo, cor da pele, características faciais) que propositadamente derivam de herança genética. [...] O critério de diferenciação entre o que é designado como “raças” pode, em consequência, ser estabelecido como resultado de outros fatores que tenham uma dimensão de predominância social e que sejam relacionados a, por exemplo, questões socialmente determinadas de **poder e representação**.

Para os autores, a terminologia raça pressupõe uma determinada predominância de forças ideológicas onde determinado grupo social cria suas artimanhas ideológicas para se manter em posição estratégica de bem-estar, prevalecendo o seu pensar e seu estar no mundo.

¹⁰ Foi um navegador da Cidade de Genova- Itália que a serviço da Coroa Espanhola em 12 de outubro de 1492 comandou o início da ocupação do Continente Americano.

O conceito de raça como entendemos hoje nada tem de biológico. Está impregnado de ideologia que legitima a dominação e a discriminação. O discurso da existência das raças, que no passado serviu para hierarquizar e separar os povos, classificando-os em superiores e inferiores não mais se sustenta. No imaginário coletivo ele continua vivo, responsável pela propagação do racismo na sociedade (MUNANGA, 2004, p.26).

É o que Munanga (2004) chama de “raças fictícias” ou “raças sociais”, ainda comum nos discursos pedagógicos e na concepção de alguns indivíduos. Isso reforça o cuidado ao usar nas nossas práticas pedagógicas os conceitos existentes sobre raça questionando sempre de qual lado da história está vindo para podermos destituir preconceitos que estão arraigados nas relações sociais. “Embora a raça não exista biologicamente, isto é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam. O difícil é aniquilar as raças fictícias que rondam nossas representações e imaginários coletivos”. (MUNANGA, 2004, p. 27).

A nossa intenção ao fazermos esses posicionamentos justifica-se pela escolha da terminologia “diversidade étnica-cultural” e em momento algum queremos questionar aqueles que usam nas suas produções acadêmicas expressões como “diversidade racial” mesmo porque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usou o termo “cor” ou “raça” no último censo realizado no país em 2010 e alguns documentos oficiais também fazem o seu uso, sendo assim, a palavra “raça” irá constar nesta dissertação apenas nas citações direta ou indireta dos autores que a embasam teoricamente.

“Etnia” carrega consigo uma gama de características culturais formadoras da identidade de um povo e que vai além das suas particularidades físicas, incluindo também uma cultura estruturada, na base da comunhão comum, mas que transcende fronteira e junta-se a outras etnias, formando a diversidade étnica-cultural. Com isso, vamos visitar aqueles que se unem embaixo dos castanhais do Alto Rio Trombetas na época da colheita, um dos símbolos da identidade étnica e cultural dos pretos¹¹ desse lugar.

Ao ser adotado, o conceito de etnia diz respeito a um grupo que possui algum grau de coerência e solidariedade, composto de pessoas conscientes, pelo menos de forma latente, de terem origens e interesses comuns. Sendo assim, um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação cônica de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas (CASHMORE, 2000, p. 196).

¹¹ No último censo realizado no Brasil em 2010 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizou a denominação Cor ou Raça onde o entrevistado tinha que responder como ele se considerava: branco, preto, pardo ou amarelo.

De forma alguma iremos exaltar ao extremo a identidade étnica de determinado grupo, nossa proposta é conduzir a uma reflexão que nos permita compreender se a Lei nº 10.639/2003 faz parte das ações educativas das escolas e, conseqüentemente, das comunidades onde as mesmas estão construídas. Ao entrarmos em contato com diretor, professor-coordenador, coordenadora pedagógica, professores, pais, alunos e moradores dos lugares que encontrávamos no caminho rumo às escolas visitadas, percebemos pessoas com uma riqueza de conhecimento puro de ver o mundo e que com poucas palavras explicam as suas origens com uma verdade que nos faz repensar se todo conhecimento produzido pela ciência faz sentido às nossas vidas.

Onde adquiriram essa sabedoria? No seu livro intitulado “Ponto de Mutação”, Capra (2001, p. 39) nos remete a seguinte explicação: “Tal sabedoria intuitiva é característica das culturas tradicionais, não letradas, especialmente as culturas dos índios americanos, em que a vida foi organizada em torno de uma consciência altamente refinada com o meio ambiente”, e os descendentes de seres humanos escravizados buscaram na natureza a segurança para construir uma identidade própria com conhecimentos, crenças e valores que somente existem por lá e isso nos instigou a procurar saber como a Lei nº 10.639/2003 está sendo abordada nas práticas pedagógicas de professores de escolas quilombolas para darmos a nossa contribuição no processo de solidificação da mesma, no município de Oriximiná.

Elevamos a nossa preocupação em escrever um texto leve, com expressões de fácil entendimento, mas sem perder o rigor científico da pesquisa, pois, o estudo não se dirige somente ao meio acadêmico como requisito parcial para a obtenção de Título de Mestre em Educação, mas às comunidades quilombolas e aos professores dinamizadores do processo educacional, em um lugar singular da Amazônia, onde esse estudo precisa fazer sentido na realidade local.

Concordamos com Garcia (2001, p. 22) quando afirma:

Será que o que pesquisamos e escrevemos contribui para melhorar a prática pedagógica, a aprendizagem dos alunos e alunas, produz alguma mudança na escola, influi sobre o sucesso ou fracasso escolar, contribui para o silenciamento ou para a tomada da palavra de quem tem sido historicamente impedido de falar, vítima da discriminação, rotulação, segregação e exclusão na sociedade e na escola?

Apresentados os princípios motivacionais e ciente da valiosa contribuição dos resultados do estudo para avançar na discussão sobre a lei, no Brasil, e na região amazônica, o presente texto obedece às seguintes seções, que passamos a apresentar.

A dissertação iniciou com um texto intitulado a “Gênese do Estudo”, no qual apresentamos aos leitores a relação da vida pessoal e profissional do pesquisador com o objeto de pesquisa. A primeira seção traz a Introdução onde consta a pergunta central da pesquisa, assim como as perguntas corolárias, a hipótese, os objetivos e as ações motivacionais para a escolha dessa temática. Apresenta-se também as terminologias “Descendentes de Seres Humanos Escravizados” e “Diversidade Étnica-Cultural que serão usadas no corpo do texto dissertativo e a razões que levaram às suas escolhas.

Na segunda seção, enfatizamos a descrição sobre o percurso metodológico da pesquisa, bem como o resultado de um breve Estudo do Estado da Arte sobre Prática Pedagógica e Aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 na internet. A consulta foi delimitada ao período de janeiro de 2003 a agosto de 2016. Para isso, foi consultada a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

“As Sombras das Castanheiras: Um Bom Lugar para Refletir sobre a Importância da Lei nº 10.639/2003 na Afirmação da Identidade Étnico-Cultural dos Negros do Alto Rio Trombetas” inicia a terceira seção (Marco Teórico), onde abordamos a origem da Lei nº 10.639/2003, seus objetivos e a sua importância para a afirmação da identidade étnica-cultural dos Quilombolas do Alto Rio Trombetas, no Município de Oriximiná no Estado do Pará. Na sequência, apresentamos os desafios da educação étnica-cultural para o século XXI numa perspectiva crítica reflexiva com o intuito de verificar as possibilidades e os entraves que os educadores encontram para desenvolver um trabalho desprovido de qualquer ideologia de exclusão, bem como o currículo escolar pode contribuir para o diálogo entre os conhecimentos universal e local numa relação de igualdade entre eles. Finalizando a seção fazemos uma imersão nas práticas libertárias, heranças das lutas pela liberdade humana, vindo das senzalas e a prática pedagógica de escolas quilombolas e fazemos um ato comparativo entre as duas práticas e como a luta dos descendentes de seres humanos escravizados pode ser fonte de inspiração rumo a concretização de uma educação para a liberdade humana.

Na Quarta seção “A cidade de Oriximiná: Terras de Quilombos” vamos começar a apresentar o *locus* da pesquisa. A intenção é conhecer a origem da cidade, as contribuições dos negros africanos juntamente com as do padre José Nicolino de Souza para o seu surgimento, a caracterização demográfica e socioeconômica do município, a formação dos quilombos do Alto Rio Trombetas e as lutas que travam nos dias atuais para a titulação das áreas que ainda não foram reconhecidas oficialmente pelo Governo Federal.

“Lá no Alto Rio Trombetas a prática pedagógica de professores de escolas quilombolas encontra-se com a Lei nº 10.639/2003? ” é o título da quinta seção. Nela serão apresentados os resultados da pesquisa obtidos através da entrevista, questionário e análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da 3ª Unidade Regional de Gestão Escolar (URGE¹²) seguido das discussões.

Nas considerações finais, voltamos aos objetivos geral e específicos, a hipótese de pesquisa, a pergunta central e as corolárias, apresentando uma reflexão acerca dos resultados do estudo “A Lei nº 10.639/2003: À Luz das Práticas Pedagógicas em Escolas Quilombolas no Alto Rio Trombetas-Oriximiná/PA”, apontando alguns direcionamentos, visando a materialização da lei nas práticas pedagógicas não somente nas escolas quilombolas, mas a todas as instituições de ensino do município de Oriximiná.

¹² Unidade Regional de Gestão Escolar- Escolas localizadas na zona rural do Município de Oriximiná, onde está centralizada a direção, coordenação pedagógica e secretaria escolar a qual tem por um dos objetivos assessorar administrativa e pedagogicamente as demais escolas integrantes. No caso específico desta pesquisa a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Baldoíno Melo” sedia a 3ª Urge Quilombola.

2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA DO ESTUDO

A interação com os métodos e teorias que circundam a pesquisa científica é a ação facilitadora para o pesquisador definir o seu referencial teórico-metodológico cabível ao seu objeto de estudo. As suas escolhas, na fase inicial da pesquisa, o dotará de potencial para manter uma relação sujeito/objeto, sedimentado epistemologicamente em conhecimento já existente e com isso o capacitará na geração de novas interpretações dos fenômenos sociais. Como nos aponta Severino (2007, p. 1008):

Por isso, o pesquisador, ao construir seu conhecimento, está “aplicando” esse pressuposto epistemológico e, por coerência interna com ele, vai utilizar recursos metodológicos e técnicos pertinentes e compatíveis com o paradigma que catalisa esses pressupostos. Daí o nome de referencial teórico-metodológico.

A orientação teórica, de acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 52), “é um modo de entendimento de mundo, das asserções que as pessoas têm sobre o que é importante e o que é que faz o mundo funcionar”. Contudo, corroboramos com Pimentel (2015, p. 26) quando anuncia:

Entendemos que toda investigação científica, de forma implícita ou explícita deve se basear em uma determinada fundamentação teórica, por meio do qual o pesquisador irá desenhar o trajeto de sua investigação, definindo, por exemplo, de que forma irá fazer a coleta e análise dos dados.

Nesta dissertação, a pesquisa bibliográfica proporcionou a compreensão do fenômeno à luz dos conhecimentos sistematizados e socializados por inúmeros estudiosos que emergem sua intelectualidade pelos vários campos das ciências sociais, facilitando a construção e sustentação do estudo. De acordo com Vergara (1998, p. 46), “pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas”. De forma exaustiva foram catalogados em livros, artigos, legislações, documentos educacionais, sejam eles no formato impresso ou eletrônico, sobre temas da área educacional, focalizando as atenções naqueles onde haviam semelhanças com o nosso objeto de estudo: “A Lei nº 10.639/2003: À Luz das Práticas Pedagógicas em Escolas Quilombolas no Alto Rio Trombetas-Oriximiná/PA”.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas

passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet (GIL, 2010, p. 29).

Sedimentamos teoricamente esta dissertação em autores que buscam compreender a educação negra no Brasil como de Munanga (1999; 2004; 2005), Gomes (2001; 2006; 2011; 2012), Candau (2013), Cavalleiro (1998), Silva (2010), Rocha (2007), Onofre (2014), o projeto político- pedagógica na visão de Veiga (1989, 2001), bem como nas reflexões sobre educação de Paulo Freire (1978; 1981; 1996; 1999) e outros que abordam as temáticas práticas pedagógicas, currículo, formação de professores e educação étnica- racial.

Além do referencial teórico acima apresentado, a dissertação “A Lei nº 10.639/2003 e seus desdobramentos, em uma escola quilombola” de Joelson Alves Onofre, defendida na Universidade Federal da Bahia, em 2014, foi utilizada na análise dos nossos resultados, pois, a mesma possui semelhanças com o estudo realizado, dentre as 25 dissertações de mestrado e 03 teses de doutorado resultado da pesquisa Estado da Arte. A pesquisa teve como fonte de informação a rede mundial de computadores (internet) no período de janeiro de 2003 a agosto de 2016, e usamos o descritor “Lei nº 10.639/2003 mestrado e doutorado em educação”.

A importância deste breve Estado da Arte nesta pesquisa justifica-se para verificar estudos existentes sobre a temática “A Lei nº 10.639/2003 e práticas pedagógicas em escolas localizadas em área de quilombos. Com isso, visualizar o campo de abrangência dos estudos acerca da aplicabilidade da lei no Brasil e apontar as lacunas que porventura existam. “O [...] pesquisador capaz de problematizar o tema, indicando a contribuição que seu estudo pretende trazer a expansão desse conhecimento, quer procurando esclarecer questões controvertidas ou inconsistências, que preenchendo lacunas.”. (MAZZOTI, 2006, p.30).

A pesquisa na internet foi a escolhida por dispor de inúmeras publicações de cunho científico voltadas para os vários campos do conhecimento. Segundo, Severino (2007, p.140), “Como se trata de uma enorme rede, com excessivo volume de informações, sobre todos os domínios e assuntos, é preciso garimpar, sobretudo dirigindo-se a endereços certos”.

Segundo a orientação do autor e a limitação temporal para a conclusão da pesquisa, selecionamos apenas um endereço eletrônico com armazenamento volumoso de teses e dissertações, então fizemos a opção pelo *site* da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Em relação as pesquisas “Lei nº 10.639/2003: “À Luz das Práticas Pedagógicas em Escolas Quilombolas no Alto Rio Trombetas- Oriximiná/PÁ”, e a “ A Lei nº 10.639/2003 e seus desdobramento em uma escola quilombola”, suas proximidades englobam

características bem parecidas, a começar pelo espaço geográfico o qual as escolas dos dois estudos estão localizadas, ambas se situam em áreas quilombolas tituladas.

A escola cujo nome foi preservado pelo pesquisador Joelson Onofre dos Santos situa-se na zona urbana de um município do sudoeste baiano também não identificado, numa comunidade quilombola denominada “Barro Preto”, enquanto os sujeitos da pesquisa em questão estão na zona rural de um município amazônico, o que traz um certo pioneirismo em relação a localização espacial. Até o encerramento do presente Estado da Arte não foi catalogado virtualmente nenhuma dissertação ou tese de doutoramento em educação apontando estudos para instituições de ensino de áreas quilombolas rurais. Ressaltamos que as demais teses e dissertações direcionaram seus focos de pesquisa também para escolas da zona urbana.

O pesquisador Joelson Onofre realizou uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa, optou por um estudo de caso, usou questionário e entrevistas como técnicas de coletas de dados e Análise de Conteúdo da Bardin (2011) para interpretar os dados coletados, procedimentos adotados também no caminhar deste estudo. Participaram como sujeitos do universo pesquisado diretora, vice-diretora e coordenadora pedagógica, como referência teórica autores como: Munanga (2005 e 2006), Rocha (2006), Petronilha (2010), Pinto (1993), etc. Como resultado, a pesquisa conclui que a Lei nº 10.639/2003 está subsidiando as práticas pedagógicas, contudo ainda deixa lacunas a ser preenchidas e que a atuação do corpo administrativo e pedagógico da escola seja mais democrática e participativa.

Diante dos números de dissertações e teses em educação coletados, achamos poucos estudos em relação a uma política pública tão importante para um país, onde 50,7% da população¹³ se considera negra e por isso há necessidade de surgirem mais estudos neste sentido. Como bem citou Joelson Onofre, no seu estudo, a constatação da professora Nilma Lino Gomes: “Concordamos com Gomes (2007) em relação aos poucos trabalhos existentes que tratam de investigar as implicações da lei na prática pedagógica dos professores” (ONOFRE, 2014, p. 13).

A pesquisa documental da dissertação “A lei nº 10.639/2003: À Luz das Práticas Pedagógicas em Escolas Quilombolas no Alto Rio Trombetas- Oriximiná/PÁ” enveredou para a verificação de documentos como as leis que dirimem sobre a Educação Étnica: Lei nº 10.639/2003, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Diretrizes Curriculares

¹³Censo Demográfico de 2010 (IBGE), 97 milhões de indivíduos se autodeclararam pretos e pardos, ou seja, 50,7% de residentes. Onofre (2014).

Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, PPP (Projeto Político Pedagógico) da 3ª URGE- Quilombola em Oriximiná.

A hipótese levantada, nesta abordagem científica, torna-se importante porque motiva o pesquisador a esmiuçar todas as nuances que se apresentam a ele e torna-se uma fonte de inspiração rumo a seus objetivos. Na ótica de Oliveira (2014, p. 26):

Seguramente isso é possível porque, ao iniciarmos um estudo, uma pesquisa, fazemos *suposições* quanto à reta final do nosso estudo e/ou trabalho acadêmico. Por isso, em pesquisa devemos levantar hipótese (s) que nos permita (m) delinear os objetivos, a fundamentação teórica e a construção de instrumentais de pesquisa.

Etimologicamente, o termo “hipótese” vem do grego *hyphotesis*, que significa “trabalho de base”. A hipótese é necessária para que possamos adentrar no universo de pesquisa com um norte definido e com isso trazer mais confiabilidade, na condução do processo, pois ela está ali para ser confirmada ou negada. Oliveira (2014, p. 30) afirma que “logo a hipótese deve ser vista como algo para que se deseje buscar fundamentos afim de se chegar à comprovação ou não do que se pretende estudar e sobre o que se propõe um determinado resultado, com base na medida empírica”. Dessa forma, a hipótese é a forma de como enxergamos a realidade empírica para posterior comprovação, com intuito de melhorar aquilo que já é praticado e apontar caminhos para a concretização da lei, nos espaços escolares.

Optamos pelo Estudo de Caso. É preciso ter em mente que este é um tanto complexo, por conta dessa característica, diversos autores o classifica em diferentes tipos ou categorias. Léssard-Hébert et al (1994), Yin (1994), Bogdan e Bilken (1994) e Punch (1998) diferenciam o estudo de caso em: estudo de caso único e estudo de caso múltiplo. Stake (1995), por sua vez, distingue três tipos de estudo de caso: o estudo de caso intrínseco, instrumental e coletivo. Segundo André (2003, p. 30), “é um estudo descritivo de uma unidade, seja uma escola, um professor, um aluno ou uma sala de aula”. Estudos de Caso envolvem uma observação minuciosa de uma realidade, em que se leva em consideração suas singularidades e complexidades para que circunstâncias importantes possam ser entendidas:

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos afim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora. (CHIZZOTTI, 2008, p. 102).

No caso do estudo “A Lei nº 10.639/2003: À Luz das Práticas Pedagógicas em Escolas Quilombolas no Alto Rio Trombetas-Oriximiná/PA”, configura-se em Estudo de

Caso Múltiplo, apesar das escolas serem regidas por um mesmo PPP, mas os objetivos, ações e metas são executados em escolas localizadas em áreas quilombolas distantes uma das outras. Portanto, outra realidade, outros professores, conseqüentemente prática pedagógicas diferentes. “Para o estudo de caso múltiplo, a pesquisa utiliza mais de uma realidade para confrontar dados, visando buscar explicação e fundamentos para os fenômenos que caracterizam o objeto de estudo” (OLIVEIRA, 2014, p.102). Logo, na discussão dos resultados há comparações entre as escolas estudadas quanto a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003, as quais serão apresentadas nas considerações finais.

Apesar do estudo de caso múltiplo caracterizar-se como comparativo, tivemos o cuidado de não fazer dos resultados desta pesquisa uma espécie de troféu à escola que melhor desempenha nas práticas pedagógicas a materialização da lei, mas sim, compartilhar informações, trocar experiências, enfim, criar ainda mais situações de aprendizagens, envolvendo a cultura afrodescendente, no currículo das escolas quilombolas do município de Oriximiná.

De cunho descritivo, a pesquisa tem como âncora descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência, para subsidiar decisões posteriores, tendo como ponto de partida as determinações, posturas e opiniões dos sujeitos baseados nos seus contextos sociais. Trivinos (1987, p.112) alerta que: “a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações [...]. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade. São exemplos de pesquisa descritiva: estudo de caso, análise documental”.

A pesquisa assume uma abordagem qualitativa. De acordo com André (2007), os números não são significativos para explicar o objeto ora pesquisado, ou seja, o qualitativo é sinônimo de não quantitativo. Mas os dados quantitativos não podem ser deixados a margem de uma pesquisa, desde que os eles sejam abordados reflexivamente na constatação de um fenômeno. Para Fonseca (2002, p. 20), “A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”. Contudo, Marconi e Lakatos (2011, p. 269) dão ênfase ao método qualitativo e descrevem que:

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Como instrumento para a coleta dos dados usamos a entrevista semiestruturada e o questionário. A entrevista foi direcionada aos professores, (apêndices A, B, C e D) os quais responderam também a um questionário com questões fechadas (apêndices E, F, G, H, I, J e K). Para os alunos (apêndice F) foi aplicado apenas o questionário. A entrevista nos faz emergir por universos únicos, na busca da identificação de determinado grupo social ou pessoas, desnudando as várias percepções que existem da realidade e suas relações com as ações que permeiam a dinamicidade social. Sobre a técnica de coleta de dados, usando a entrevista Ribeiro e Cruz (2003, p. 19) nos falam:

A técnica da entrevista pode ser entendida como uma conversa orientada para um fim específico, ou seja, colher informações. O que torna necessário ao pesquisador ter sempre um plano para a entrevista, para que no momento em que ela seja realizada, as informações necessárias não deixem de ser colhidas.

Por outro lado, o questionário pode captar informações que sustentarão ou refutarão a hipótese levantada, proporcionando um encontro de informações as quais nos ajudará a perceber os vários pontos de vista sobre determinado assunto. “ O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p.100). Nessa concepção, os questionários aplicados aos alunos ajudaram a perceber se a Lei nº 10.639/2003 permeia ou não as práticas pedagógicas dos seus professores, pois os mesmos responderam às perguntas por escrito, expressando livremente as suas concepções sobre a lei ou não respondendo àquelas as quais não tinham conhecimento.

A validação do roteiro das entrevistas e dos questionários (Pré-teste) foi necessária, pois evitou atropelos quando o pesquisador esteve em campo; esse procedimento impediu improvisações, embaraços ou situações que poderiam comprometer a coleta de dados e, com isso, prejudicar o resultado final do estudo. Os mesmos foram validados por uma especialista, que verificou a clareza, a objetividade e se as mesmas estão de acordo com os objetivos, hipótese e o referencial teórico.

Das 20 perguntas que compõem o roteiro da entrevista com os professores foram analisadas 07 respostas emitidas pelos professores. A seleção dessas respostas justifica-se pelo fato das mesmas oferecerem informações necessárias para que o pesquisador pudesse confirmar ou refutar a sua hipótese e atingir os objetivos propostos nesta dissertação

De início, tínhamos pensado em entrevistar e aplicar o questionário a 08 professores (dois professores de cada disciplina, um de cada escola), mas tivemos que rever

esse número ao ter contato com a realidade pesquisada, quando constatamos no momento da entrevista que alguns professores lecionam mais de uma disciplina, fenômeno validado quando analisamos o questionário, como é o caso de um professor que ministra tanto a disciplina História quanto Geografia. Vale ressaltar que o diretor da 3ª Unidade Regional de Gestão Escolar Quilombola (URGE) a coordenadora pedagógica e o professor-coordenador¹⁴ exercem também a docência nas escolas. Outra situação que alterou o número da amostra da pesquisa foi o período da ida do pesquisador às escolas, o qual aconteceu entre os dias 08 a 12 de agosto de 2016, coincidindo com a ausência de alguns professores, pelo fato de estarem em formação continuada.

Assim, fazem parte da amostra da pesquisa 05 professores, sendo: 2 professores de Língua Portuguesa, 1 professor de História e Geografia, 2 professores de Artes e 19 alunos dos 8º e 9º anos do ensino fundamental das Escolas Municipais de Ensino Fundamental Baldoíno Melo (Comunidade da Serrinha), a qual é a sede da Terceira Unidade Regional de Gestão Escolar (URGE- Quilombola), e “Nossa Senhora Piedade” (Comunidade Arancuã), integrante desta.¹⁵

A escolha levou em consideração a amostragem não probabilística (Intencional), ou seja, quando o pesquisador tem algum conhecimento da realidade pesquisada, ou segundo Fontanella, et al. (2011, p.389), “tal definição é feita a partir da experiência do pesquisador no campo de pesquisa, numa empiria pautada em raciocínios instruídos por conhecimentos teóricos da relação entre o objeto de estudo e o corpus a ser estudado”. A amostragem não probabilista intencional permite que o pesquisador crie critérios próprios para a escolha dos sujeitos que farão parte da sua pesquisa. Sendo os critérios a descrever:

Das Escolas:

➤ A distância e o acesso foram os fatores determinantes para as escolhas das escolas pois, morando atualmente na cidade de Santarém, tive que optar por escolas próximas, uma vez que existem escolas quilombolas distante 24 horas do ponto de partida onde se encontra o pesquisador, como a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Constantino Deodoro” (Comunidade de Cachoeira

¹⁴ Exerce a função de diretor nas escolas integrantes, mas sem os poderes legais inerentes ao cargo.

¹⁵ Após a apresentação do projeto de pesquisa à comunidade escolar, outros professores manifestaram o desejo de serem entrevistados e de responder ao questionário, pedido aceito pelo pesquisador. Dada a necessidade de concluir este estudo dentro do prazo regimentar, decidimos que os dados coletados com estes professores não seriam analisados nesta pesquisa e estão arquivados em áudio para posterior uso em produção de artigos e outras publicações de cunho científico.

Porteira). Para chegar às escolas escolhidas o pesquisador se deslocou de Santarém à Vila de Porto Trombetas¹⁶ 12h de viagem fluvial e de lá em uma embarcação fretada foram levados 1 e 30 min para chegar a primeira escola e 50 minutos dessa para a segunda.

➤ A seleção de uma escola URGE e uma escola integrante permitiu um estudo mais amplo entre a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 através da prática de professores que estão dispersos em espaços geográficos diferentes, mas comungam do mesmo PPP (Projeto Político pedagógico).

➤ A parceria consagrada através de ofícios entre a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná (SEMED), o Conselho Municipal de Educação (COMEO) e a ARQMO¹⁷.

Quanto os professores que ministram as disciplinas: Língua Portuguesa, História, Geografia e Artes, a escolha deu-se pelos critérios a ser justificado a seguir:

LÍNGUA PORTUGUESA:

- A disciplina transversa a outras do Currículo Escolar;
- Além da comunicação entre os pares, a língua é uma ferramenta que permite o indivíduo a interagir com outras formas de pensar e ver o mundo, estimulando os seus sentidos para então compreender a realidade buscando a sua inserção social;
- A Língua Portuguesa está carregada de simbolismo de origem Africana.

HISTÓRIA:

- A História nos aguça a interpretar velhos episódios para descobrir, explorar e projetar novos estímulos que possam produzir perspectivas e atitudes que sejam relevantes na nossa formação e atuação na sociedade;

¹⁶ Construída em 1974 no município de Oriximiná com o objetivo de abrigar os trabalhadores da MRN (Mineração Rio do Norte) que viriam trabalhar na extração do minério da bauxita. Atividade realizada até hoje.

¹⁷Fundada em julho de 1989, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) representa as comunidades quilombolas desse município paraense. A ARQMO surgiu como uma resposta às invasões e ameaças contra os territórios quilombolas registrados a partir da década de 70, quando se intensificou a ocupação da região. Data desse período a instalação da Mineração Rio do Norte que ocupou parte de suas terras; a criação da Reserva Biológica do Trombetas, que impediu o acesso aos principais castanhais; a edificação pela Eletronorte de uma vila para a implantação da Hidroelétrica de Cachoeira Porteira, no Rio Trombetas; e, ainda, o aumento do número de fazendas e ocupações de pequenos posseiros. A criação da ARQMO foi motivada também pela necessidade de se fazer valer o direito à propriedade da terra, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Fonte: <http://www.quilombo.org.br/#!/arqmo/c1kw4>. Acesso em: 25/04/2016.

- A disciplina proporciona ao professor e ao aluno compreender a trajetória dos negros africanos de maneira crítica, na sociedade brasileira desde à sua condição de escravo até os dias atuais.
- Por outro lado, a História cultiva a memória de um povo, despertando reflexões acerca da importância de abordar saberes diferentes sobre nós mesmos.

GEOGRAFIA:

- A Geografia permite ao indivíduo perceber que ele é o reflexo do lugar onde vive. A sua identidade cultural está intimamente ligada ao seu *habitat*;
- O território para alguns povos representa a sua própria existência, como é o caso dos Quilombolas e a disciplina proporciona a afirmação da identidade étnico-cultural a partir do momento em que o aluno passa a compreender que está intimamente ligado ao espaço geográfico onde acontecem as suas relações sociais e a sua interação como o meio ambiente;
- A formação populacional, econômica e social de um povo são aspectos relevantes na discussão dos papéis sociais e, na participação de cada cidadão, na formação do espaço geográfico e a disciplina amplia esse debate nos espaços escolares.

ARTES:

- A disciplina abrange ensinamentos a respeito das expressões culturais de um povo, valorizando as características locais;
- Por meio do estudo da Arte é possível fazer uma ressignificação da realidade, dialogando com as demais formas de cultura;
- A disciplina proporciona ao indivíduo compreender a mesma coisa de maneira diferente, construindo o seu próprio conhecimento, isto é, seu ponto de vista.

DOS ALUNOS:

- São alunos que já adquiriram um certo grau de conhecimentos variados, aprendidos durante a sua vida escolar e por isso já dominam algumas habilidades para explicar a realidade onde vivem;
- A aplicação dos questionários a essa clientela nos permitiu fazer uma comparação entre o discurso dos professores sobre a vivência da lei nos espaços escolares.

Para verificar em *locus* a hipótese levantada e atingir os objetivos propostos nesta pesquisa fomos a campo atrás de informações. A visita nas escolas aconteceu entre os dias 08 a 12 de agosto de 2016. Nos dias 08 e 09 na Escola Baldoíno Melo e nos dias 11 e 12 na Escola Nossa Senhora Piedade. Na escola Baldoíno Melo, a direção reuniu os professores, a coordenadora pedagógica, a secretaria escolar, professores, alunos do Jardim I ao 9º ano do ensino fundamental, barqueiros, auxiliar de serviços gerais e alguns pais na área coberta da escola. O pesquisador iniciou sua fala agradecendo a acolhida e na sequência falou da Lei nº 10.639/2003 e expôs sucintamente o seu projeto de pesquisa, finalizando reafirmando que o estudo é de suma importância para a afirmação da lei, nas escolas de quilombos de Oriximiná. No dia 09/08 foi aplicado o questionário aos alunos, autorizados pelos pais ou responsáveis através da assinatura registrada no TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) (apêndice M), entregue a eles no dia anterior, e no fim das atividades escolares foi apresentado um sarau cultural com apresentação de danças, músicas, poesias, brincadeiras de rodas, medicina local e um morador relatou sobre a origem do lugar.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Nossa Senhora Piedade”, a dinâmica se deu da seguinte forma: o pesquisador reuniu-se com os sujeitos da pesquisa separadamente para apresentação do projeto. Pela parte da manhã do dia 11/08, a exposição do projeto de pesquisa foi apresentada aos alunos, sendo que os mesmos levaram para casa o TCL para os pais ou responsáveis assinarem e a tarde foi exposto aos professores logo em seguida, responderam ao questionário e foram entrevistados. No dia 12/08 responderam o questionário somente os alunos que trouxeram o TCL assinado.

As entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio em uma das salas de aula das escolas, reservada pela direção da 3º URGE (Escola Baldoíno Melo) e pelo professor-coordenador (Escola Nossa Senhora Piedade). A média das entrevistas foi de 30 a 56 minutos. Antes da aplicação da entrevista e do questionário, os professores leram e assinaram o TCLE. Para manter o anonimato dos professores, optamos pela identificação com o nome de Orixás¹⁸ mais as letras: B.M (Baldoíno Melo) ou N.P (Nossa Senhora Piedade).

A análise dos dados está alicerçada objetivamente na “Análise de Conteúdo” (BARDIN, 2011), a qual facilita entender e interpretar os depoimentos de atores sociais em

¹⁸São deuses africanos que correspondem a pontos de força da Natureza e os seus arquétipos estão relacionados às manifestações dessas forças. A característica de cada Orixá aproxima-os dos seres humanos, pois eles manifestam-se através de emoções como nós. Sentem raiva, ciúmes, amam em excesso, são passionais. Cada orixá tem ainda o seu sistema simbólico particular, composto de cores, comidas, cantigas, rezas, ambientes, espaços físicos e até horários.

seu contexto e analisa definições em livros e documentos, com vistas a uma visão sistêmica da temática em estudo. Afinal, o que vem a ser essa técnica de análise dos dados? A própria Bardin (2011, p. 15) responde no prefácio de seu Livro “Análise de Conteúdo”, dizendo que é:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a “discurso” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas- desde o cálculo de frequência que fornece dados cifrados, até extração de estruturas traduzíveis em modelos- é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: Inferência.

Para a compreensão dos fatos empíricos, é necessário que primeiramente conheçamos os procedimentos e as etapas usadas da Análise de Conteúdo (AC). Sabemos da responsabilidade de analisar dados, por isso não ficamos somente na descrição dos fatos, fomos muito além disso, fizemos de uma forma interpretativa, crítica e reflexiva para chegarmos o mais próximo da realidade e, com isso, contribuir para a melhoria da aplicação da lei nesses espaços escolares.

Definida a base teórica condizente com o estudo e, depois de reunir toda a parte documental: Constituição Federal, LDB 9394/2006, Lei nº 10.639/2003, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola na Educação Básica, Projeto Político Pedagógico da 3ª URGE-Quilombola, bem como as entrevistas transcritas e questionários tabulados, definimos os três polos da AC (Análise de Conteúdo) para analisar as mensagens presentes nestes materiais coletados.

- Pré-análise: caracteriza-se pela organização do material a ser analisado e compreende pela leitura geral desse material, essa fase é de suma importância para que o pesquisador possa percorrer de maneira segura pelas outras etapas;
- Exploração do material: consiste em fazer uma leitura aprofundada do material coletado para posterior criar categorias de análise simbólicas ou temáticas;
- Tratamento dos resultados obtidos e Interpretação: neste polo o pesquisador precisa captar na íntegra as mensagens emitidas pelo material coletado através das entrevistas, questionários e documentos.

Assim, fizemos a transcrição das entrevistas, imprimimos e categorizamos as perguntas em 03 Categorias: **“Conhecimento e formação continuada sobre a Lei nº 10.639/2003”, A Lei nº 10.639/2003 e prática pedagógica de professores em escolas quilombolas e A Lei nº 10. 639/2003 e a criação de uma disciplina específica para a abordagem de conteúdos referente a história e cultura negra** com as respectivas respostas dos professores. “Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte em comum entre eles” (BARDIN, 2011, p. 148). Para a autora, podemos categorizar as mensagens seguindo os seguintes critérios: semântico, sintático, léxico e expressivo: A categorização consiste:

Classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos ... sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 2011, p. 147).

Quadro 1-Descrição dos critérios de categorização propostos por Bardin (2011)

Critério de categorização	Como caracterizar
Semântico	Categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade ficam agrupados na categoria “ansiedade, enquanto os que significam descontração ficam agrupados sob o título conceitual “descontração”.
Sintático	Os verbos e os adjetivos.
Léxico	Classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos.
Expressivo	Por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem.

Fonte: Bardin (2011, p.147).

Usamos o critério semântico para fazer categorização das perguntas. Embaixo de cada categoria estão as interpretações e inferências. A AC (Análise de Conteúdo) permite ao pesquisador autonomia para criar suas categorias, assim como, escolher o seu critério de categorização. “A Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasta, as das comunicações”. (BARDIN,2011, p. 37).

Dada a importância da comunicação para a compreensão do mundo e das ações dos sujeitos que nele vivem, a AC (Análise de Conteúdo) contribui para interpretar as falas dos professores e alunos dos 8^a e 9^o anos sobre aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003, nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental “Baldoíno Melo” e “Nossa Senhora Piedade”, as quais estão situadas num espaço rico em conhecimentos da história negra, além de favorecer a investigação sobre a implementação da Lei nº 10. 639/2003, tendo como âncora as práticas pedagógicas de professores nessa variância, bem como discuti-la a partir da cotidianidade de descendentes de seres humanos escravizados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO DO ESTUDO

Nesta seção, abordamos o surgimento da Lei nº 10.639/2003 e sua contribuição para a afirmação da identidade étnica-cultural dos negros do Alto Rio Trombetas, possibilitando a compreensão desta Lei a partir da realidade local. O currículo como um espaço de diálogo entre os saberes universal e local numa interação de respeito mútuo, na construção de um mundo melhor. A educação para a diversidade étnica-cultural do século XXI dentro de uma proposta inclusiva de conhecimentos heterogêneos que se fazem presentes nas escolas e como a prática libertária vindo das senzalas e a pedagógicas das escolas quilombolas podem juntas construir práticas para a liberdade humana.

3.1 AS SOMBRAS DAS CASTANHEIRAS: UM BOM LUGAR PARA REFLETIR SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LEI Nº 10.639/2003 NA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA-CULTURAL DOS NEGROS DO ALTO RIO TROMBETAS

Toda e qualquer política pública voltada para os quilombolas¹⁹ e indígenas é resultado de uma longa e árdua luta, elas não existem a partir de um projeto de lei ou aprovação da mesma mas, as suas construções são históricas e particulares, sendo provenientes de lutas que objetivam colocar em destaque no cenário nacional as etnias consideradas subalternas no passado, e que ainda são percebidas nessa condição na atualidade.

Insistimos na ideia de que as ações afirmativas precisam ser compreendidas dentro de um contexto mais amplo, qual seja: o da possibilidade de compensação e reparação das desigualdades que são fruto de uma herança secular de escravidão e injustiças. Pensamos também que as ações podem e devem ser estabelecidas nas áreas da educação, saúde, mercado de trabalho, ou seja, nas áreas onde ainda se presencia muito fortemente casos de exclusão e discriminação (ONOFRE, 2014, p.51).

Realizando um retrospecto da história dos negros africanos aqui em destaque, constatamos que estes foram trazidos de terras distantes e postos em condição de subalternidade, e transformados em peças produtivas do sistema colonialista exploratório português, tanto do ponto de vista econômico quanto aos desrespeitos aos direitos humanos. Juntamente com os indígenas, tiveram as suas liberdades transformadas em sacrifício,

¹⁹Quilombola nesta dissertação adquiri outro significado como indivíduo descendente de seres humanos escravizados, em contradição aos conceitos ainda tão comum encontrados na literatura atual brasileira como descendentes de escravos.

representando um retrocesso na vida desses seres humanos. Tolheram-lhes suas existências, as diversidades de conhecimento, no trato com o mundo, provenientes da relação direta com a natureza e com seus pares, ocasionando a sua exclusão social, refletindo até hoje na vida de muitos descendentes de seres humanos escravizados espalhados pelas cinco regiões demográficas do Brasil.

O respeito à diversidade étnica- cultural de um determinado grupo de pessoas é a base de uma convivência pacífica, é a união entre os diferentes que se reverenciam numa reciprocidade mútua, combatendo atitudes danosas às suas particularidades. E essas particularidades algumas vezes tornam-se critérios de segregação étnica contras índios, negros, hippies, ciganos e outros grupos de pessoas que escolheram viver padrões de vidas diferentes daqueles impostos pelas normas sociais, provocando exclusão de identidades que formam o mosaico cultural brasileiro. Ainda assim, sentimos a força dessas identidades nos vários movimentos sociais quando se sentem tolhidos nos seus direitos.

A identidade negra é um caso especial (dando o mesmo grau de importância a outras identidades no contexto brasileiro), pelo fato da sua identidade ter sido aprisionada ao seu próprio corpo não podendo manifestá-la sob pena de punição física ou psicológica. Contudo, a sua consciência sobre o que eram os capacitou para propagar na linha do tempo da diversidade étnica- cultural brasileira a sua identidade com seus traços marcantes e diferentes, e essa diferença gerou preconceito; mas ela se faz aparecer, como destaca Munanga (1994, p. 177-178), ao falar sobre identidade:

[...] a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.

Apesar das lutas e batalhas vencidas desde cativos até os dias atuais a favor da sua identidade, os negros tinham seguridade da sua identidade, sendo hoje uma das mais presentes no jeito de ser dos brasileiros. Ainda assim, essa identidade é posta na esteira do preconceito, reforçando as injustiças cometidas a eles em tempos remotos. Chegamos ao século XXI com alguns avanços sociais, em direção à reparação das oportunidades roubadas de seus antepassados de não terem seguido à vida liberta, crime esse que nunca houve julgados e nem condenados, fazendo do Brasil uma das nações que mais desrespeitou e desrespeita os direitos humanos.

A Lei nº 10.639/2003²⁰ é uma das Políticas de Ações Afirmativas que transcende a exigência de uma lei. É um conjunto de valores e conhecimentos de memórias passadas e histórias escritas pelas comunidades negras no Brasil afora. Segundo Dias (2005, p. 59), “A lei visa concretizar o reconhecimento da contribuição negra na construção da sociedade brasileira respondendo as antigas reivindicações do movimento negro”. E, em conformidade com Gomes (2012, p. 19):

A Lei n.º 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) e pode ser considerada uma reivindicação do Movimento Negro e de organismos da sociedade civil, de educadores e intelectuais comprometidos com a luta antirracista. Pode também ser entendida como uma resposta do Estado às demandas em prol de uma educação democrática, que considere o direito à diversidade étnico-racial como um dos pilares pedagógicos do País, especialmente quando se consideram a proporção significativa de negros na composição da população brasileira e o discurso social que apela para a riqueza dessa presença.

A Lei nº 10.639/2003 nos fez repensar outros paradigmas que descortinem novos conceitos de aprendizagens que vá além daqueles abordados nos livros didáticos, os quais ainda transmitem conceitos estereotipados de negros em situação de escravidão, sem levar em consideração a imagem do ser humano ali exposta e contextualizar de forma dialética, epistêmica e intercultural o papel social que desempenha na sociedade brasileira. “É preciso esclarecer que a Lei nº 10.639/03 é uma política de ação afirmativa que visa à reparação, reconhecimento e valorização da identidade, cultura e história dos negros brasileiros” (ONOFRE, 2014, p.95). Corroborando com o autor, Gomes (2011, p. 75) afirma que:

[...] Somos ainda a geração adulta que, durante a infância, teve contato com a imagem do africano e seus descendentes no Brasil mediante as representações dos pintores Jean-Batiste Debret e Johann Moritz Rugendas sobre o Brasil do século XIX e seus costumes. Africanos escravizados recebendo castigos, crianças negras brincando aos pés dos senhores e senhoras, os instrumentos de tortura, o pelourinho, o navio negreiro, os escravos de ganho e algumas danças típicas são as imagens mais comuns que povoam a nossa mente e ajudam a forjar o imaginário sobre a nossa ancestralidade negra africana.

Apesar desta constatação estar presente em algumas formas de ver o negro, a lei sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 09 de janeiro de 2003 e

²⁰ À Lei nº 10.639/0333 que modificou a 9394/96 Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN, de 20 de dezembro de 1996, passando a vigorar acrescida do artigo 26-A que preconiza: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. Em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprova o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 que instituem e regulamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Onofre (2014).

referendada pelo Parecer CNE/CP nº.01/2004²¹, que orienta as indicações, recomendações e explicita as diretrizes de implantação, deve ser entendida como:

Um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional, a implementação da Lei nº. 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam à melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas. (BRASIL, 2004, p. 32).

A lei fortalece a dinâmica social dos movimentos negros e se posta em prática viabiliza a desconstrução de conceitos errôneos e alavanca o fortalecimento da identidade étnica e cultural daqueles que mesmo tendo habitado lugares distantes das decisões políticas e administrativas do país, necessitam exercer os seus direitos de cidadãos; a exemplo, citamos os descendentes de seres humanos escravizados do Alto Rio Trombetas e a Lei nº 10.639/2003 carrega consigo o poder de infiltrar-se em qualquer espaço geográfico através da educação.

Ela escancara, impõe, para quem negou-se até agora a ver que os afro-brasileiros existem, foram e são sujeitos na construção da sociedade brasileira, têm história, têm cultura, têm memória, têm valores que precisam ganhar amplitude e status de conhecimento também dentro da escola, no fazer cotidiano da sala de aula. Assim a lei, ao determinar a inclusão de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da Educação Básica, busca valorizar devidamente a história e cultura do povo negro, na perspectiva de não só elevar a auto-estima e compreensão de sua etnia, mas de todas as etnias, na perspectiva da afirmação de uma sociedade multicultural e pluriétnica (MIRANDA, 2004, p. 3).

A Lei nº 10.639/2003 pode expor para nós a biografia dos afrodescendentes, que se emprenham nas grandes ou pequenas cidades, ou “as sombras das Castanheiras” existentes nos Quilombos do Alto Rio Trombetas. Por mais que o seu objetivo maior seja a inclusão de temáticas sobre a história dos negros e afrodescendentes nas práticas escolares, que não nos limitamos a falar apenas nas salas de aulas, ela tem que fazer parte do contexto local. Assim, a lei encontra-se como uma identidade étnica que configura como um dos mais importantes quilombos do norte do Brasil, que segundo Acevedo e Castro (1988, p. 27), “os Filhos do Trombetas, como costumam identificar-se ante o visitante, fazem do movimento das águas o pulso de sua existência e memória social”.

O orgulho da sua identidade afrodescendente configura-se como sua maior riqueza cultural, formada num espaço geográfico limitado, ou seja, a territorialidade que

²¹ Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

representa a sua imagem refletida, pois há narrativas e histórias de vidas encontradas “somente lá” e a Lei nº 10.639/2003, ao direcionar a inclusão sobre temáticas negras no currículo escolar, fortalece a identificação dessa gente através daquilo que consideram mais soberano: o lugar onde vivem, o território. Entendemos por território, segundo o conceito antropológico de Little (2002), o resultado do esforço coletivo de um grupo social que ocupou, usou, controlou e se identificou com uma parcela do ambiente biofísico.

Território e identidade configuram-se como a digital de um povo onde a identidade é formada de acordo com as características do território e o território é transformado de acordo com essa identidade, nessa reciprocidade surge a relação entre território e identidade. A identidade negra quando reconhecida e respeitada provoca a necessidade de ações para sua afirmação. A normativa busca provocar reflexões que se espalham para todos os seguimentos sociais num embate crítico reflexivo, as quais trará novos fortalecimentos para a propagação de saberes herdados de seus ancestrais, que por falta de oportunidades poderiam ficar limitados ao espaço onde vivem e hoje é pulsante a sua visibilidade numa relação dinâmica que dá origem ao diferente.

A cultura negra possibilita aos negros a construção de uns “nós” de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética à corporeidade, à musicalidade à religiosidade, à vivenciada negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esses “nós” possibilita o posicionamento de negro diante do outro e destaca aspectos relevantes da sua história e de sua ancestralidade .(GOMES, 2003, p.79)

Ao fortalecer a identidade étnica dos descendentes de negros africanos a lei permite mostrar a todos o significado de ser negro como o seu repertório de valores e tradições, fortalecendo os laços culturais, religiosos e provocar a dialogicidade com outras formas de percepção do mundo. E os descendentes de seres humanos escravizados que se espalham entre os vastos castanhais do Alto Rio Trombetas têm muito a nos dizer sobre as suas experiências de mundo e do seu mundo, o qual é carregado de simbolismo onde a liberdade humana constitui o bem maior a ser resguardado: “a existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo” (FREIRE,1987, p. 78).

A Lei nº 10.639/2003 pode trazer aos negros, e aqueles que não se consideram negros mas habitam os Quilombos do Alto Rio Trombetas, a se verem como produtores de mudanças e propagadores de saberes fincados em terra onde a liberdade encontrou o seu espaço e, por isso, as ações que promovam a valorização de sua identidade étnica-cultural

precisam estar sedimentadas nas histórias reais, pois continuam sendo escritas entre matas e rios, fonte de sua sobrevivência. Freire (1987) nos presenteia ao falar do homem como um ser autônomo e, portanto, a Lei nº 10. 639/2003 fará sentido neste espaço geográfico a partir do processo de construção e/reconstrução da sua identidade.

As normativas legais que tratam de questões étnico-culturais são provocativas, uma vez que instigam reflexões críticas sobre as questões racistas e preconceituosas difundidas historicamente, e assim, promovem o resgate e a afirmação de uma cultura constituída por valores e tradições que, ainda, não vem recebendo a visibilidade merecida. De acordo com Freire (1996, p.12), “[...] O melhor para lutar por ela é vivê-la. Em nossa prática, testemunhá-la”.

A identidade étnica de um povo é seu bem maior, logo o seu reconhecimento por parte do estado brasileiro através de uma política pública contribui para aceitação de valores até então considerados inferiores. Em se tratando de negros no Brasil e os do Alto Rio Trombetas carregam consigo a magnitude de seus antepassados, heróis anônimos, provocadores de mudanças contra a ordem escravagista da região, os quais de alguma forma contribuíram, mesmo estando longe, para a libertação de seus pares país afora.

Dessa forma, a identidade desses sujeitos é o resultado de um processo de construção histórica e social, considerando as boas relações que sempre mantiveram com os seus pares unidos no mesmo propósito de vida, pautadas na compreensão e sintonia com a natureza, fornecedoras de elementos formadores daquilo que são. A lei como ferramenta jurídica-educacional eleva o compromisso de todos, na sua disseminação no meio social. Para Gomes (2006, p.33):

A garantia na lei de as populações negras verem a sua história contada na perspectiva da luta, da construção e da participação histórica é um direito que deve ser assegurado a todos os cidadãos e cidadãs, de diferentes grupos étnico-raciais, e é muito importante para a formação das novas gerações e para o processo de reeducação das gerações adultas, entre estas, os próprios educadores.

A lei em diálogo com a identidade local pode trazer novos entendimentos que venham valorizar a participação de vozes ainda silenciadas, nas discussões mais amplas e consubstanciadas dentro de uma realidade concreta e propícia a inclusão de novos paradigmas de convivência, baseada em razões históricas e não por interesses ideológicos comuns, numa sociedade desigual como a brasileira. Além disso, a lei pode proporcionar uma conexão com outras culturas, onde identidades se encontrariam numa proposição de conhecimentos e respeito valorativo, assim, a convivência e aceitação seria um processo mais descortinado de

preconceitos dentro de uma sociedade que ainda tem dificuldade de se aceitar como miscigenada.

O brasileiro foge de sua realidade étnica, de sua identidade, procurando, mediante simbolismo de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior, isto é, branco. A identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificados, usados pelos próprios não brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador (MUNANGA, 1999, p. 120-121).

Nessa perspectiva, a implantação da Lei nº 10.639/2003 é de suma importância no reconhecimento dos negros africanos, na formação social, cultural, econômica e política brasileira; tal evento abriu a possibilidade a todos, de modo geral, a aprender e a valorizar a rica história dessa gente, mas, para isso é necessário o cumprimento das legislações, pois, as mudanças trazidas pela Lei nº 10.639/2003 lançam olhares críticos sobre a lógica hegemônica de uma cultura comum, herdada do colonizador que escraviza, explora e cala os gritos vindos das senzalas.

A Lei nº 10.639/2003 veio favorecer o fortalecimento da identidade étnica dos descendentes dos seres humanos escravizados, pois busca evidenciar o significado de ser negro, considerando todo o seu repertório cultural (valores, tradições, religiosidade), estabelecendo conexões com outras concepções socioculturais, sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária, que prima pela equanimidade dos direitos, e agindo contra toda a forma exploração e exclusão.

Mas para que a identidade étnica-cultural dos negros do Alto Rio Trombetas tenha vida longa igual a Castanheira, a qual vive em média 300 anos, é necessária a sua impetração nas comunidades quilombolas, objetivando a sua propagação numa região da Amazônia onde pessoas descendentes de seres humanos escravizados compartilham heranças culturais, as quais correm risco de desaparecerem se uma política pública como esta não for desenrolada com seriedade.

Mas considerando a atual conjuntura governamental brasileira, estamos correndo o sério risco de a lei ser esquecida ou extinta, caso isso seja concretizado, sejamos conscientes da importância de se manter uma postura compromissada com as minorias étnicas, reforçando as suas identidades como forma também de luta contra a redução da participação do Estado, na permanência de direitos conquistados.

3.2 A EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICA-CULTURAL: PREMISSAS DE NOSSOS TEMPOS

O pensamento que norteia a educação para a diversidade no século XXI perpassa por questões que vão além das políticas públicas, requerendo, então, a problematização da educação ofertada em nosso país, o resgate histórico da luta pelo fim da escravidão, a denúncia dos preconceitos disfarçados contra negros, indígenas e, até mesmo de gênero.

Portanto, não se pode ofertar uma educação descontextualizada, pois, se assim for, esta perde totalmente o sentido como atividade sistemática de interação entre os seres sociais. “As qualidades e virtudes são construídas por nós, no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e fazemos” (FREIRE, 1996, p.72).

A igualdade real irá requerer o engajamento de todos os agentes históricos envolvidos, implicando o comprometimento não somente do Estado com suas políticas educacionais, mas daqueles que conduzem e fazem educação nesse país, os educadores, os quais devem ser um dos agentes da valorização e inclusão da diversidade étnica-cultural e de seus sujeitos, nos ensinamentos pedagógicos, a partir de uma prática pedagógica que valorize a cultura, a história e a identidade de negros, indígenas e de todas as faces das identidades ocultas, no currículo escolar e conceber a educação como instrumento para a construção e reconstrução pessoal, social e política dessas identidades.

A direção a novos tempos está intimamente ligada a atitudes e valores, condicionados, na maneira como estamos localizados, no tempo e espaço e como educadores temos a missão de desenhar uma proposta didática que proporcione novos direcionamentos ao encontro da equidade social, uma realidade um tanto quanto distante na vida de alguns brasileiros, principalmente, das minorias étnicas excluídas das atribuições sociais do Estado.

Ao pensarmos em uma educação étnica-cultural, não devemos negar a diversidade que chega as nossas escolas, que não se limitam a negros e indígenas; existem descendentes de judeus, mulçumanos, orientais, hindus, tribos urbanas, etc que carregam consigo a imagem de sua essência. Contudo, a educação precisar ser diferenciada, no sentido de proporcionar ao diferente o orgulho de não ser igual ao outro, isso é basilar na condução do processo educativo quando se pensa em combater a privação dos indivíduos de serem aquilo que são, devido as suas raízes étnica-culturais. No entanto, a educação como esse fundamento terá a necessidade de caminhar rumo a essa diversidade, revendo conceitos e práticas educacionais, principalmente, aquelas embasadas na superioridade de culturas ou raças.

Transformações fundamentais deverão ser empreendidas na educação no sentido de contribuir para a melhoria de sistemas educacionais. Estas transformações deverão

ter um caráter universal, incidindo sobre o âmbito da educação formal e seus sujeitos, mas também incorporar uma dimensão singular para contemplar democraticamente a todos. É preciso alinhar a elas reflexões conscientes sobre a incorporação do uso pedagógico da diversidade, orientando e apoiando o desenvolvimento da educação étnico-raciais. (ROCHA,2007, p. 30).

A diversidade étnica-cultural que se descortina a nossa frente, exige repensar se nossos valores educacionais condizem à educação como direito social e se esses valores estão condizentes com a realidade das nossas escolas. Nesse sentido, a educação deve trilhar caminhos que vão ao encontro de garantir o direito de ser e sentir-se diferente, proporcionando direcionamentos à visibilidade de pessoas que são obrigadas a se curvarem diante de padrões sociais pré-estabelecidos, carregados de preconceitos. A educação para a diversidade étnica-cultural ultrapassa barreiras ideológicas dominantes e comungam de práticas pedagógicas libertárias, no sentido de derrubar os muros ideológicos ainda pichados de discriminação contra a minoria étnico-cultural. Gomes (2001, p.83) aponta uma das finalidades da educação:

Todos nós sabemos que a Educação é um direito social. É colocá-la no campo dos direitos é garantir espaço à diferença e a enfrentar o desafio de implementar políticas públicas e práticas pedagógicas que superem as desigualdades sociais e raciais. Essa é uma questão que precisa ser levada a sério pelos/as educadores/as e formuladores/as de políticas educacionais.

Contudo, repensar em mudança de paradigma educacional perpassa pelas práticas pedagógicas dos professores, sobre um novo jeito de ensinar para alunos únicos, possuidores de culturas múltiplas, conhecimentos variáveis, vidas e histórias de vidas que precisam ser apreendidas por todos, cujos conhecimentos históricos, sociais e culturais permanecem na memória de poucos ou não existem mais. Por falta de disseminação e preservação, necessitam vir à tona para se contrapor a hegemonia eurocêntrica de ver o mundo infundido no Brasil pelo colonialismo²² português, que no processo da colonialidade²³ criou raízes profundas no currículo escolar.

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e

²²Colonialismo aqui entendido no conceito de Maldonado-Torres (2007): O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império.

²³Colonialidade também será compreendida no conceito de Maldonado-Torres (2007): a Colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça.

realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (GOMES, 2012, p. 102).

Na contemporaneidade, as diversidades de gênero, étnica ou social são bastante perceptíveis nas relações sociais, provocando nos indivíduos comportamentos e atitudes que requerem uma compreensão dialógica frente a dinâmica social que se desenvolve dentro de um contexto histórico em andamento, para que se possa formar opiniões de como lidar com o diferente, considerando as particularidades de fórum íntimo de cada indivíduo. Sendo assim, a educação que visa descolonização epistêmica do ser sobre o outro tem que fazer uma ruptura como o eurocêntrismo²⁴ permeado nas práticas pedagógicas.

Brasil deveria tratar dessa questão com mais força, porque é um país que nasceu do encontro das culturas, das civilizações. Os europeus chegaram, a população indígena –dona da terra – os africanos, depois a última onda imigratória é dos asiáticos. Então tudo isso faz parte das raízes formadoras do Brasil que devem fazer parte da formação do cidadão. Ora, se a gente olhar nosso sistema educacional, percebemos que a história do negro, da África, das populações indígenas não fazia parte da educação do brasileiro (MUNANGA, 2009, p. 18).

Ressaltamos que o contato “civilizatório” não se deu por livre arbítrio dos habitantes locais (indígenas), ou dos que foram sequestrados e arrastados para o desconhecido (os negros africanos). Assim, a formação da sociedade brasileira se constitui como elemento provocador de discussões e reflexões sobre as culturas, os valores, as crenças dos povos dominados, cujas contribuições são indiscutíveis para o Brasil.

A educação para a diversidade étnica-cultural requer um novo jeito de ensinar destituindo rótulos ideológicos ainda perceptíveis nos ensinamentos didáticos, pois, termos como “escravo” ainda são comumente ouvidos em nossas salas de aula, reforçando uma postura pedagógica discriminatória para os negros do século XXI, como bem exprime uma professora quilombola lotada em uma das escolas pesquisadas:

Olha, isso é uma coisa que me pergunto a mim mesma né, meu Deus por que todo tempo escrava, escrava ali, todo tempo mostrando aquela mesma figura daquelas pessoas ali e como digo, hoje ainda vi um pouquinho diferente nas olimpíadas ele lá fazendo aquele gesto né, da, da planta e não num teria outra maneira de colocar por que só escravo, só escravo, só aparece aquelas pessoas sofrendo que eu nem muitas

²⁴Quijano (2005), eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América.

vezes não gosto de ver[...]. (PROFESSORA OXUMARÉ, B.M. ENTREVISTA, 2016).

A angústia desta professora representa a dor silenciada de outros indivíduos que não têm oportunidade de se expressarem como ela a respeito de como se sentem ao serem rotulados de palavras carregadas de significados de submissão. Por isso, a educação para a diversidade do século XXI deve caminhar no sentido de proporcionar uma aprendizagem que venha desconstruir conceitos e criar outros, os quais ajudarão a fortalecer as conquistas sociais adquiridas por todos aqueles, cuja a origem étnica-cultural diferencia-se do padrão dominante de ser e sentir o mundo.

A educação étnica-cultural para o século XXI abrange uma pluralidade de saberes, de seres e conhecimentos miscigenados, numa interação contínua e dinâmica frente ao cenário de rápidas transformações sociais, levando a preocupação de criar situações de aprendizagens que gerem mudanças de comportamentos, no sentido de destituir a elevada importância dada ao pensamento excludente, oriundo da percepção colonialista européia. “Cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos introjetados pela cultura racista na qual foram socializados” (MUNANGA, 2005, p. 17).

É notório que a diversidade étnica-cultural está posta como um desafio às escolas as quais precisam rever o seu trato com essa diversidade e para a isso é necessário que as mesmas também se percebam como um espaço que abriga um mosaico de identidades e proponha um novo discurso pedagógico que abarque as visões de mundo dos indivíduos, desmitificando os mitos de superioridade e inferioridade (MUNANGA, 2005). Deste modo, reconhece-se que a educação para a diversidade do século XXI precisa desenvolver práticas pedagógicas contemplativas, no sentido de incluir no seu currículo aspectos cognitivos, afetivos, sociocultural indissociáveis de seus alunos e, principalmente, propiciar a eles trocas de experiências de vida e de cultura.

A construção do conhecimento para a educação étnica-cultural deve levar em consideração as questões étnicas, de gênero, classe, sexo, entre outras, primando pelo papel social desempenhado por cada aluno, seja na escola, na família e nos diversos grupos sociais aos quais participam, valorizando os conhecimentos inerentes a cada um deles e, com isso, enriquecendo muito mais o ensino e a aprendizagem.

Quando falamos em educação étnica-cultural para o século XXI estamos nos direcionando a criar situações pedagógicas onde as oportunidades sejam democráticas a todos os alunos para demonstrarem a sua origem como realmente são: o aluno negro com sua

descendência africana e não como descendente de escravos, o aluno indígena com sua cultura voltada para os ritos da natureza, razão de sua existência, e não como um ser desprovido de inteligência como apregoavam os colonizadores, enfim, uma educação de olhares múltiplos sobre o outro, caracteriza a educação para a diversidade do século XXI.

3.3 O CURRÍCULO ESCOLAR: UM DIÁLOGO ENTRE OS CONHECIMENTOS UNIVERSAIS E LOCAIS

O currículo escolar é um campo ao mesmo tempo democrático e limitador, daquilo que se deve ser discutidos nos conteúdos e nas propostas pedagógicas das escolas; a sua construção é histórica, portanto, há uma relação de poder embutido na sua organização, significando ainda a supremacia do cientificismo europeu que ofusca ou deturpa outros conhecimentos tão antigos quanto este.

Os currículos, programas, materiais e rituais pedagógicos privilegiam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnico-raciais presentes na sociedade. Os valores desses grupos são na maioria das vezes, ocultados ou apresentados de uma forma tal que não coloque em conflito os valores dominantes. (SILVA, 2001, p. 16).

Constatamos que no currículo escolar ainda são construídas as histórias e legitimadas as visões de um determinado grupo de pessoas numa interposição do pensamento ocidental, racional e universalista. Capra (1982), em seu livro *Ponto de Mutação*, ressalta que o pensamento eurocêntrico, fundado nas ideias científicas de raça, encontra-se presente no sistema educacional, constituindo os currículos escolares, e colocando a educação a serviço da difusão, sustentação e legitimação do racismo. O currículo escolar é, portanto, um instrumento privilegiado para a ratificação de um sistema social de exclusão. As ideias científicas encontram-se tão arraigadas nos currículos escolares, que a mudanças destes requerem iniciativas, segundo Foucault (1992), paciência histórica-prática de resistência que contestam a monocultura do conhecimento e reclamam um currículo para a diversidade cultural dos sujeitos.

O currículo escolar, em decorrência da resistência a mudança no que tange ao diálogo com outros saberes não-hegemônicos, vem sendo foco de preocupação dos pesquisadores da área educacional. Conforme os pesquisadores, o currículo privilegia os conhecimentos científicos, e nega as narrativas ou saberes construídos historicamente pelos

sujeitos considerados não alinhados ao conhecimento ocidental racional, negando-lhes a afirmação de suas identidades e singularidades.

Moore e Young (2001, p.198) definem currículo como “um determinado corpo de conhecimentos a serem transmitidos pela escola, é tão antiga como a própria instituição escolar” e, para Sacristán (2000, p.36), currículo é “um projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada”. Sacristán (2009) nos diz que o conteúdo é a lógica do ensino, e ele é a identidade de uma cultura que se oferece como o “modelo ideal de vida”, é quem determina o conhecimento e como lidar com ele, nas práticas sociais; por isso, é a única que deve povoar os currículos escolares como se não houvessem outras identidades formadoras de opiniões, no entanto, o mesmo autor nos alerta para a seguinte reflexão:

A relação de determinação sociedade-cultura-curriculo-prática explica que a atualidade do currículo se veja estimulada nos momentos de mudanças nos sistemas educativos, como reflexo da pressão que a instituição escolar sofre desde diversas frentes, para que adapte seus conteúdos à própria evolução cultural e econômica da sociedade (SACRISTÁN, 2000, p.20).

O currículo escolar vem através dos tempos acompanhando as mudanças trazidas pela globalização para dar respostas concretas a uma sociedade econômica que se perpetua na exploração material, físico e intelectual do homem. Porém, não se deve ignorar o sentido humano do currículo quando busca lidar no mesmo sentido de igualdade com conhecimentos que tem os mesmos fundamentos de existir, pois, de alguma forma explicam o mundo a partir de uma determinada cultura e que dá sobrevivência a seus praticantes.

Falar em currículo educacional hoje é falar em diversidades de conhecimentos, no seu domínio de perceber o mundo, o cientificismo europeu com sua fé na racionalidade humana, as culturas quilombolas onde se curam os males da alma e do corpo com rezas e banhos de ervas. Enfim, o currículo é tudo isso, onde conhecimentos vindos de longe e os de perto possam dialogar e perceber as várias maneiras de compreensão de quem somos, mas essa integração enfrenta resistências, isso justifica-se pelo caráter político e ideológico do currículo escolar, onde predomina o discurso eurocêntrico de dominação, muito bem apreendido pela elite brasileira.

A descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais

profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e educadoras, o currículo e a formação docente (GOMES, 2012, p. 107).

Diante desses desafios de ganhar notoriedade no currículo escolar, o conhecimento local (aquele produzido culturalmente pelos indivíduos de uma determinada comunidade) pode estar num momento favorável para ganhar espaço dentro do currículo, diante da crise que vive na atualidade o cientificismo europeu (conhecimento universal), pois o mesmo não está tendo capacidade de resolver os problemas sociais do mundo através dos seus próprios conhecimentos produzidos durante a sua existência. Fritjof *Capra* publicou em 1982 a obra “*Ponto de Mutação*”, já anunciada anteriormente, desenvolvendo uma análise da sociedade de sua época e que reflete fielmente o mundo em que vivemos:

As últimas duas décadas de nosso século vêm registrando um estado de profunda crise mundial. É uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais. Da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais; uma crise de escala e premência sem precedente em toda a história da humanidade (CAPRA, 1982, p.19).

As observações do autor chegam a modernidade com mais força do que na época em que seus estudos foram realizados e, por conta disso, o currículo é convidado a repensar até que ponto a ênfase dada ao cientificismo europeu faz sentido nos dias atuais. Pensamos nós que o conhecimento local não resolveria a contento a todos os problemas do mundo, no entanto ajudaria a buscar em conjunto soluções para alguns problemas elencados por Capra. A junção desses conhecimentos proporcionará a reordenação de valores, a extinção de alguns ou a criação de novos; isso faz parte do processo de ressignificação, pois a predominância maciça nos currículos escolares ainda é dos conhecimentos considerados como universais.

Nessa reordenação de conhecimentos, o currículo escolar pode posicionar o conhecimento local como um saber que precisa fazer sentido na dinâmica educacional e com isso, o indivíduo de uma determinada comunidade passa a compreender o universo mais amplo tendo como ponto de partida a sua vida real com todo o seu jeito peculiar de ser. Nessa perspectiva, ao englobar no currículo escolar conhecimentos de determinados grupos étnico-culturais, abriríamos várias vertentes para entendermos o mundo em que vivemos e o qual encontra-se em crise, justamente por excluir e subjugar como inferior outras formas de saberes.

Pensar um currículo que valorize os saberes locais é tornar possível um espaço de convivência dos saberes local e universal. Pensar o contexto local, valorizando o que

somos e o que sabemos, para poder relacionar-nos nas melhores condições com o global é como pensar a partir de nós mesmos, do contexto sul-americano, do nosso continente indígena, europeu, africano, asiático e de nossa mestiçagem cultural, para crescermos e construirmos um projeto de vida a partir daquilo que aprendemos (MARTINS, 2010, p. 17).

A congratulação dos conhecimentos locais nos currículos escolares poderá dar ênfase a relatos orais como este: “Na comunidade da Serrinha, no município de Oriximiná/PA viveu Baldoíno Melo, curandeiro, que previu tempos atrás o seguinte acontecimento: Com o passar do tempo surgirá do meio do rio árvores de aços”. Hoje nada mais são para os habitantes do lugar as torres do Linhão de Tucuruí²⁵, as quais foram construídas nos rios e lagos que circundam o lugar onde moram. Eis, que surge na história oral um terreno propício para a inclusão do conhecimento local e análise da dinâmica universal, remetendo a um currículo desprovido de qualquer ideologia de supressão de conhecimentos, mas ao contrário, que esses conhecimentos sejam postos como âncora, para que os sujeitos entendam a transformação do espaço geográfico onde vivem.

A partir dos pressupostos apresentados pode-se concluir que os saberes locais são relevantes para a aprendizagem e, por isso, o seu resgate para a sala é imprescindível. Para isso, é racional fundamentar o porquê do resgate da cultura local para a escola. O novo currículo parece pretender acabar com a regionalização dos saberes e conceber um projecto voltado à diversidade cultural, embora o conhecimento progrida dando referência ao universal. (BASÍLIO, 2006, p.39).

Ao incluir no currículo escolar temas locais, os mesmos contribuiriam para a perpetuação de narrativas significantes, pois os estudantes teriam sempre à mente a identidade de seu povo, contribuindo para a expansão de seu conhecimento a nível universal. O currículo escolar que priorize a identidade étnica- cultural dos vários grupos sociais facilitará a compreensão de que fazemos parte de um todo. “Então, pensar a identidade de um grupo, é necessário pensá-la em um contexto muito mais amplo, inclusive historicamente construído por meio de muitas gerações que nos antecederam a sua construção” (GHEDIN, 2012, p.28).

Assim como, o conhecimento universal, o conhecimento local possui toda uma dinâmica histórica surgida na interação entre seus membros, ou seja, este saber não surge do nada, pois configura-se dentro de um panorama específico e, portanto, tem sua validade em determinada comunidade, igualando-o ao conhecimento universal, porém, com uma diferença

²⁵São torres de energia elétrica pertencentes a Hidrelétrica de Tucuruí, que estão instaladas em várias comunidades de Oriximiná, inclusive em terras quilombolas que distribuem energia elétrica as cidades esquerdas do Rio Amazonas e as Capitais Manaus (AM) e Macapá (AP) as integrando ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de energia.

em relação a este, visto que a sua aceitação, validade e abrangência são limitadas. Ampliar o espaço do conhecimento local no currículo escolar significa colocá-lo em consonância com o conhecimento universal, abrindo frente de expansão, contudo, sem perder de vista a sua essência.

Sendo assim, o papel da escola é crucial para a construção de conhecimentos que farão parte do seu currículo e da vida de vários indivíduos. Conhecer o mundo que os cercam deveria ser a mola propulsora para descoberta de novos conhecimentos, que poderão ser empilhados, na mesma condição de igualdade, compreendendo quem somos e para onde vamos, partindo da realidade vivida, em conjunto com a realidade universal, e primando pela conservação da origem dos membros da comunidade.

Nesse sentido, o currículo escolar como organizador de conhecimentos juntará no mesmo espaço pedagógico formas de perceber o mundo contidas em cada um, onde possa estabelecer conexões entre eles sem fazer apologia de dominação, característico do etnocentrismo²⁶, ou conveniente com o momento histórico em que foram produzidos.

O que queremos dizer é que o currículo da escola formal tem sido construído de acordo com os interesses dos grupos hegemônicos que de alguma maneira tem o controle ideológico, econômico, político e sociocultural da sociedade. Por isso, não é difícil perceber que o currículo resulta de diferentes discursividades, de diversas intencionalidades, de várias representações, que nem sempre mostram explicitamente as consequências que esse tipo de currículo pode representar (PILLETI, apud GHEDIN et al., 2004, p. 47).

O currículo escolar ainda é pensado dessa maneira, o que causa a negação dos conhecimentos locais e a perpetuação e o fortalecimento dos universais, gerando um currículo de visão homogênea, de sentido único, distanciando-se das realidades locais. O currículo pensado dessa maneira fortalece ainda mais o conhecimento universal dando-lhe mais força e contribuindo para a negação da existência de outro, que fariam a compreensão de que somos de maneira tão significativa quanto este.

Ao abrir a discussão sobre currículo escolar, conhecimento local e universal, não pretendemos colocar local como o novo dominador da epistemologia mundial, se assim o for, perderia o seu significado e assumiria o mesmo patamar de poder que o universal ainda tem, apesar dos malefícios que vem fazendo a humanidade, “ênfatizo assim, especialmente, que as

²⁶Conforme Praxedes e Praxedes (2014), o etnocentrismo é uma forma de preconceito alimentada pela certeza de que as ideias, os valores, as crenças e os costumes da coletividade da qual participamos e com base na qual utilizamos o pronome “nós”, são mais razoáveis, normais, corretos, higiênicos, justos, inteligentes etc. do que os outros.

limitações da visão de mundo cartesiana e dos sistemas de valores em que se assenta estão afetando seriamente nossa saúde individual e social. (CAPRA, 1982, p.14).

Diante da constatação de Capra, o saber local encontra-se numa situação propícia para deixar de ser tratado, no currículo escolar, como uma mera lenda ou mito, porém, para que este possa ganhar sentidos mais amplos, é fundamental a sua visibilidade envolta a um diálogo com o saber universal. Mas para que isso aconteça, o saber local precisa fazer sentido, no currículo escolar, principalmente, na vida dos alunos, que se sentirão seguros ao defender o seu ponto de vista (identidade) quando chamados a dar a sua participação, na construção de um mundo mais tolerável. A harmonia entre os saberes trará uma nova imagem ao currículo escolar, e deixaremos de pensá-lo como uma seleção proposital de conhecimentos e com interesses já determinados. Criar um novo currículo escolar é o fio condutor rumo a integração de conhecimentos e pode proporcionar oportunidades aos alunos de transitar entre dois mundos com autonomia.

3.4 A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESCOLAS DE QUILOMBOS E APRÁTICA LIBERTÁRIA DAS SENZALAS: AS PRÁTICAS DA LIBERDADE HUMANA

A educação é um fenômeno social e faz parte da humanização do sujeito, assumindo um caráter de cunho político, cultural e ideológico. Por conta dessa abrangência ela está carregada de simbolismo que precisa ser reinventada a cada necessidade humana, atendendo aos anseios de seu tempo, visando a integração entre a práxis do sujeito e a práxis da realidade histórica e social, a qual está posto a sua frente, conforme Tarfid e Lessard (2001, p.36), citando Habermas (1988):

Que a partir do século XVIII, interpretará a educação como um instrumento de emancipação coletiva e atribuirá ao professor uma missão quase evangélica, mas de fundo profano e laico: instruir o povo, formar cidadão esclarecidos, graças as luzes da instrução e do conhecimento, finalmente partilhado.

Não há educação que não esteja associada aos processos históricos. Assim, o professor não pode ingenuamente pensar práticas pedagógicas dissociadas dos enredos sociais que são postos como referências. Não se pode praticar educação descontextualizada, pois existe uma relação intrínseca entre educação e as inquietações individuais ou coletivas; se assim não for, a educação perde totalmente o seu sentido, ou seja, “o ato pedagógico pode então ser definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais [...] (LIBÂNEO, 1994, p. 56).

A educação para uma prática pedagógica sustentada no processo histórico, percorrido pela sociedade a qual pertence educadores e educandos e subsidiada pela vida real, poderia abordar conhecimentos concretos da realidade nos espaços escolares e a mesma serviria de ferramenta contra as amarras que ainda aprisionam vidas e mentes pela ideologia fundada na dominação e exploração, resquícios da nossa colonização.

Portanto, a prática pedagógica de escolas quilombolas, construídas dentro de um trajeto histórico, proporciona inquietações, indagações e ultraja o professor a fazer do seu ato docente uma manifestação dialética, e o conhecimento a ferramenta que o aluno fará uso para aplicar nas diversas esferas da vida social. Torna-se relevante que as práticas pedagógicas estejam mergulhadas em ideologias libertárias que primam pela superação da antedemocratização do conhecimento e a distribuição igualitária do bem cultural e material da humanidade:

Uma vez que os professores reelaboram os saberes em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos contextos escolares. É nesse confronto e num processo coletivo de troca de experiências e práticas que os professores vão constituindo seus saberes como *practicum*, ou seja, aquele que constantemente reflete sobre a prática (PIMENTA, 2000, p. 29).

Nesse sentido, o professor de escolas quilombolas necessita embasar a sua prática pedagógica em consonância com a experiência de vida de seus alunos, agregando valores locais as suas atividades, numa interatividade dinâmica de resgate, construção e reconstrução de conhecimentos. E, em se tratando de escolas específicas de quilombos, a riqueza epistemológica que as cercam podem servir de fonte para práticas pedagógicas, como as práticas pela liberdade articuladas pelos descendentes de seres humanos escravizados, primeiros habitantes desses territórios. Pois, as ações pensadas e planejadas pelos seus antepassados foram direcionadas a um único propósito, a vida liberta, a vida além senzala, recheada de sonhos e expectativas dentro de uma realidade onde pudessem ser senhores de suas vontades em plena sintonia com o meio natural.

Uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social que pressupõem a teoria-prática, e é essencialmente nosso dever como educadores a busca de condições necessárias à realização (VEIGA, 1989, p.16).

Assim, a prática pedagógica deve enveredar por trilhos onde levem os alunos de escolas quilombolas a conhecerem, compreenderem e fazerem um elo entre o passado de lutas e um presente de possibilidades de alavancarem socialmente através da educação, sem perder as suas origens étnicas-culturais e experiências de vida de seus antepassados. Essa prática

pedagógica voltada para a valorização histórica da luta negra pela sua liberdade pode ajudar o Brasil Contemporâneo a reparar a dívida social que ainda tem com descendentes de seres humanos escravizados; mesmo com alguns avanços sociais, políticos e econômicos ainda existe ranços a serem sucumbidos:

O dilema deste início do século está na elaboração de uma agenda que se volte para a quitação das dívidas sociais; que, de fato, supra a necessidades de comunidades afrodescendentes, já que vivemos em uma sociedade globalizada economicamente e socialmente (SILVA, 2009, p .55).

A discussão é pertinente para que possamos planejar práticas pedagógicas que superem a dicotomia intenção e resultados plausíveis, no sentido de fomentar uma educação que atenda as expectativas de reconhecimento e inclusão social àqueles descendentes de seres humanos escravizados que ainda sofrem com os resquícios da escravidão imposta a seus antepassados. Os negros brasileiros não vivem somente em quilombos, eles estão espalhados de norte a sul do país, carregando consigo as suas raízes africanas como todo o seu passado de privações, mas também de vitórias, e as práticas pedagógicas devem vislumbrar-se de maneira positiva, na inclusão de conhecimentos inovadores em relação ao negro expandindo além do senso comum, e propondo uma prática pedagógica libertária.

A prática docente tendo como postulado a prática libertária, busca seus fundamentos em correntes de pensamentos que dirimem a sua base filosófica dentro de um parâmetro contestador das certezas daquilo que é posto como real. É primordial que a prática pedagógica em escolas de quilombos esteja sustentada por um método que venha despertar a criticidade dos alunos, fazendo-os a enveredarem por novas descobertas, revelando diferentes maneiras de perceberem a história negra, tendo como postulado a liberdade humana, hoje restrita não por paredes de senzalas, mas por privações de cunho social, político e econômico, impedindo a ascensão social de muitos deles.

O professor que trabalha pela libertação do povo começa por tomar a libertação como objetivo central e real de sua ação educadora. Frente aos seus alunos, este objetivo central poderia ser definido da seguinte maneira: “Ajudar as crianças a se desenvolverem como seres capazes de libertar-se das estruturas opressivas da sociedade atual” (NIDELCOFF, 1985, p. 29).

As diversas práticas pela libertação que os negros postos em situação de escravidão empregavam estava a fuga das senzalas, sendo esta ação um dos aspectos mais marcantes da resistência escrava em todos os lugares, em que a escravidão se institui e estavam sempre motivadas por objetivos reais e de acordo com sua condição de sujeito tolhido de direitos individuais, por isso, algumas delas bem-sucedidas, pois a sua

intencionalidade direcionava ao seu bem-estar. Assim, as práticas pedagógicas, em escolas de quilombos, precisam estar imersas em experiências concretas e em consonância com as expectativas de vida futura de cada aluno diante da sua condição social, étnica e cultural se não correemos o risco de cairmos num obscurismo educacional nesses espaços educacionais.

Todos nós somos feitos para a liberdade, no caso da questão negra, mesmo com as rupturas das paredes das senzalas ainda não se concretizou completamente englobando hoje vários fatores para que isso aconteça, dentre eles, a garantia de consolidar a sua trajetória de conquistas com situações de aprendizagem que vislumbrem com um futuro onde as amarras das desigualdades sejam abrandadas a cada avanço social e se comece a traçar um novo perfil do negro, não mais como um ser escravizado como muitos educadores ainda apregoam, no seu fazer pedagógico, mas sim, como um importante agente de transformação e um dos primeiros indivíduos a se rebelarem no Brasil contra as injustiças, ainda presentes na atualidade. Este cenário coloca o professor de:

Modo privilegiado diante dos sujeitos históricos que foram massacrados, que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades e lutando por seus direitos de cidadania plena na nossa sociedade, enfrentando relações de poder assimétricas, de subordinação e exclusão. (CANDAU, 2013, p.46).

Sendo assim, é salutar a perspectiva de criar caminhos pedagógicos, na efetivação de um novo paradigma, como ferramenta para o enfrentamento das diversas formas de desigualdades e fomentar uma educação em prol da transformação da vida social, política e econômica dos alunos descendentes de seres humanos escravizados. Assim, contribuir para que práticas pedagógicas nas escolas de quilombos possam mergulhar na prática libertária das senzalas e compor o seu enredo de ações contendo a perseverança, a determinação e acima de tudo a esperança de dias melhores, como conquistaram seus antepassados na luta pela liberdade e, com isso, possam se libertar das “senzalas modernas”, aqui personificada na exclusão social, afetando milhões de brasileiros.

4 A CIDADE DE ORIXIMINÁ: TERRA DE QUILOMBOS

A seção apresenta o caminho para chegarmos aos professores das escolas quilombolas pesquisadas. Primeiramente, faremos um relato histórico do município de Oriximiná desde a sua fundação, sua caracterização física e geográfica e a formação dos quilombos do Alto Rio Trombetas e, posteriormente, abordaremos os desafios que os descendentes de seres humanos escravizados dos quilombos do Alto Rio Trombetas enfrentam para terem as suas terras tituladas e a ameaça que sofrem com o avanço da exploração mineral e a possibilidade da construção de hidrelétrica, em seus territórios.

4.1. UM POVOADO E UM PADRE: A ORIGEM DA CIDADE DE ORIXIMINÁ.

A fundação da Cidade de Oriximiná, assim como a biografia do seu possível fundador, o Padre José Nicolino de Souza, está envolta a mitos e histórias, os quais são estudados por diferentes autores, como Figueira (1994), Tavares (2006), Câncio (2014) e Henrique (2015). Esses autores nos dizem das contribuições do padre José Nicolino de Souza para o surgimento da cidade, no entanto, os mesmos afirmam que o lugar já era habitado por pessoas antes de sua chegada.

Entre as pessoas que moravam no lugar estava Carlos Maria Teixeira, um comerciante português que provavelmente tenha chegado à localidade por volta de 1872, onde negociava a compra de Castanha-do-Pará e outros produtos com o índios e negros dos quilombos. Pelo fato de existirem pessoas morando na região antes da chegada do padre e o significado da palavra “fundador”²⁷, este ato não pode ser atribuído a ele, mas na história oral da cidade é comum ouvimos que a fundação da cidade é tributada ao padre José Nicolino de Souza, no dia 13 de junho de 1877. Mas, para Henrique:

A principal evidência de que Uruá-tapera não foi fundado por José Nicolino de Sousa é o próprio diário que ele escreveu. No primeiro registro do diário, referente aos acontecimentos do dia 25 de novembro de 1876, o padre indica os nomes das pessoas que o acompanharam em sua primeira viagem desde o lugar chamado Agerena e, em seguida, relata que “no Uruá-tapera embarcaram-se José Agostinho Leandro, digo, Agostinho Moissinho e João Garcia de sena” (Sousa, 1946, p. 11). Note-se que estas pessoas embarcaram em um lugar que já era chamado Uruá-tapera (HENRIQUE, 2015, p. 59).

²⁷Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss Conciso a palavra “fundador” significa: que estabelece o princípio de (algo); o que se inicia.

No Artigo “Entre o Mito e a História: O Padre que nasceu índio e a História de Oriximiná (Henrique, 2015), aponta que mito e história se confundem quando se trata da origem do padre, um dos muitos viajantes que apontaram na região do Alto Rio Trombetas. Nas três viagens que fez ao Alto Rio Trombetas, Padre Jose Nicolino de Souza encontrou índios livres na natureza e negros reconstruindo suas vidas cercadas de cachoeiras e castanhais. Nesse artigo, o autor traça um perfil da biografia do padre, sem chegar a um consenso sobre a sua origem:

Em artigo publicado na Folha do Norte, em 2 de abril de 1917, José Carvalho afirma ter perguntado a certo Zacarias Pantoja, veterano da Guerra do Paraguai que residia em Faro, no oeste do Pará, “quem fora o pai do Padre Nicolino”. Pantoja teria respondido: “Ah! Foi Fragatão... um cabano terrível que sangrava e bebia quente ainda o sangue dos inimigos portugueses” Carvalho, 1917, p. 1). Ser filho de cabano é apenas uma das muitas lendas envolvendo o índio- padre. Uns dizem que ele nasceu em Faro, outros dizem que foi capturado no Alto Rio Branco no Rio Amazonas (HENRIQUE, 2015, p. 50).

Ou conforme Tavares (2006, p. 1):

Descendente da tribo indígena Uaboys, que habitavam a região do Alto Rio Nhamundá as proximidades da Serra da Lua, no Município de Faro, José Nicolino de Souza foi a, adoção da família Queiróz de Souza, quando contava com dez anos de idade, tendo nascido em 10 anos de agosto de agosto de 1836. Iniciou seus estudos no Colégio São José, na cidade de Óbidos, sendo dotado de grande inteligência se mostrou interessado em seguir a carreira sacerdotal no que foi apoiado pelo Bispo D. Antônio de Macedo Costa, que tomou a iniciativa de mandá-lo para a França, tendo feito seus estudos preparatório no Seminário de Serigueux, e depois no de Aire, onde concluiu o curso de Teologia.

As pesquisas de Cânciao (2014) nos mostram que além das motivações de cunho religioso, o Padre José Nicolino de Souza, ao emprenhar-se nas matas ao longo do Alto Rio Trombetas, tinha a intenção de chegar aos cobiçados “campos gerais”²⁸, terras que os mocambos provavelmente faziam a exploração de ouro, que era comercializado na cidade de Óbidos. Segundo o autor, essa versão sobre a intenção do padre pouco circula nos debates acadêmicos no município.

Quando fazia seus estudos teológicos no Seminário de Aire, Jose Nicolino teve a oportunidade de conhecer alguns manuscritos que Ihe foram mostrados pelo Padre Reitor desse educandário, redigidos em Latim pelos Missionários da Companhia de Jesus, onde estava registrado o itinerário de uma expedição exploradora feita desde o

²⁸Campos gerais é uma denominação regional dada para as regiões serranas do município de Óbidos, Oriximiná e Alenquer. O terreno chega a uma altitude de mais de 1 200 pés, sendo em torno de 2 graus Celsius mais frio que nas cidades, durante o dia. Durante a noite faz aquele frio de montanha, em plena região amazônica.

Orenoco até o Prata. Esse documento dava notícia da existência de extensos campos naturais ao Sul 46 da Cordilheira de Tumucumaque, muito propícios ao desenvolvimento da criação de gado. Ha quem mencione também os vestígios de indicações sobre a existência de uma Igreja de ouro maciço, o em algum ponto do itinerário traçado pelos exploradores, na parte mais densa da floresta que se entende entre o vale do Cuminã e a faixa de terras que demanda aos campos gerais. Mas, pelo que se sabe o Padre Jose Nicolino nunca revelou o conhecimento. (TAVARES, 2006. p. 1).

Padre José Nicolino de Souza volta ao Brasil onde exerce à docência, no Seminário Menor em Belém, sendo que mais tarde viria pedir afastamento do cargo para dedicar-se a Paróquia de Monte Alegre e depois a de Óbidos. Em 12 de junho 1877, José Nicolino aponta em terras firmes, à margem esquerda do Rio Trombetas. E no dia 13 de junho de 1877 rezou uma missa consagrada a Santo Antônio, simbolizando a fundação da cidade e denominou o pequeno povoado de Santo Antônio de Uruá- Tapera²⁹ ou Mura- Tapera, nome que genericamente tenha relação com uma tribo indígena que habitava aquelas mediações e a escolha do nome do santo, pelo fato do dia 13 de junho ser honroso a Santo Antônio³⁰.

Anos depois da 1ª missa celebrada em solo oriximinaense, o pequeno povoado cresceu e, por meio da Lei nº 1.288/1886 o presidente da Província do Pará Dr. Joaquim da Costa Barrada elevou à categoria de freguesia, com a denominação de “Freguesia de Santo Antônio do Uruá-Tapera. Esse crescimento também contribuiu para o povoado ganhar destaque, na sociedade paraense da época, sendo que em 9 de junho de 1894 houve a elevação de Freguesia para a categoria de Vila no então governo de Lauro Sodré, já com o nome atual: Oriximiná³¹. Logo em seguida, no dia 5 de dezembro de 1894, a Vila foi elevada à categoria de cidade, sendo nomeado como prefeito o Senhor Pedro Carlos de Oliveira. Porém, por

²⁹ Figueira (1994) nos diz que Uruá-Tapera etimologicamente significa Uruá- molusco gastrópode da família dos apurárideos, espécie de caramujo (levando em facilidade com que esses moluscos são apanhados); Tapera- aldeia indígena abandonada, habitação em ruínas (do Tupi Taba + puera- “que foi”). Com base nesses significados, Uruá significa tolo, ingênuo, podendo ser associado a matuto; Tapera significa aldeia abandonada, que foi uma taba. Assim, Uruá- Tapera significa um lugar outrora habitado que antes havia sido uma taba. A denominação de Santo Antônio de Uruá- Tapera ou Mura- Tapera, conforme Figueira (1994) deve-se ao fato do povoado ter sido fundado em 13 de junho, dia onomástico de Santo Antônio de Lisboa.

³⁰ Há 70 anos a Igreja Católica de Oriximiná, no Oeste do Pará, realiza no 1º domingo de agosto o Círio Fluvial de Santo Antônio. Uma manifestação de fé e cultura do povo católico oriximinaense, que nos últimos tempos também virou atração turística por conta do espetáculo de luzes e cores do maior Círio Fluvial Noturno do Mundo. Um evento que atrai milhares de devotos e turistas do mundo inteiro. Um momento especial de adoração a Deus nas águas do Rio Trombetas.

Fonte: http://www.espocabode.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65:artes. Acesso em 20/05/2016.

³¹ De acordo com Figueira (1994) o nome é de origem indígena, há duas versões para o significado deste nome. Poder-se-á deduzir de URUÇI- ARICI- ORIX = ORIX = abelha (uma das espécies), e MINÁ significado então “o macho da abelha”, o zangão. Outra versão ainda segundo Figueira, é a defendida por um religioso que por muito tempo esteve à frente da Igreja Católica no Município. O Frei Protásio Frinckel, grande conhecedor da região e que mantinha uma grande proximidade com a população tanto da cidade como as da zona rural para ele o significado do nome do município, inclinava-se pela derivação de Eruzu- M' NA que significa “muitas praias ou “minas de praia”.

motivos políticos e econômicos, em 3 de abril de 1900 o governador do Estado do Pará, Sr. Paes de Carvalho, retirou o *status* de Município.

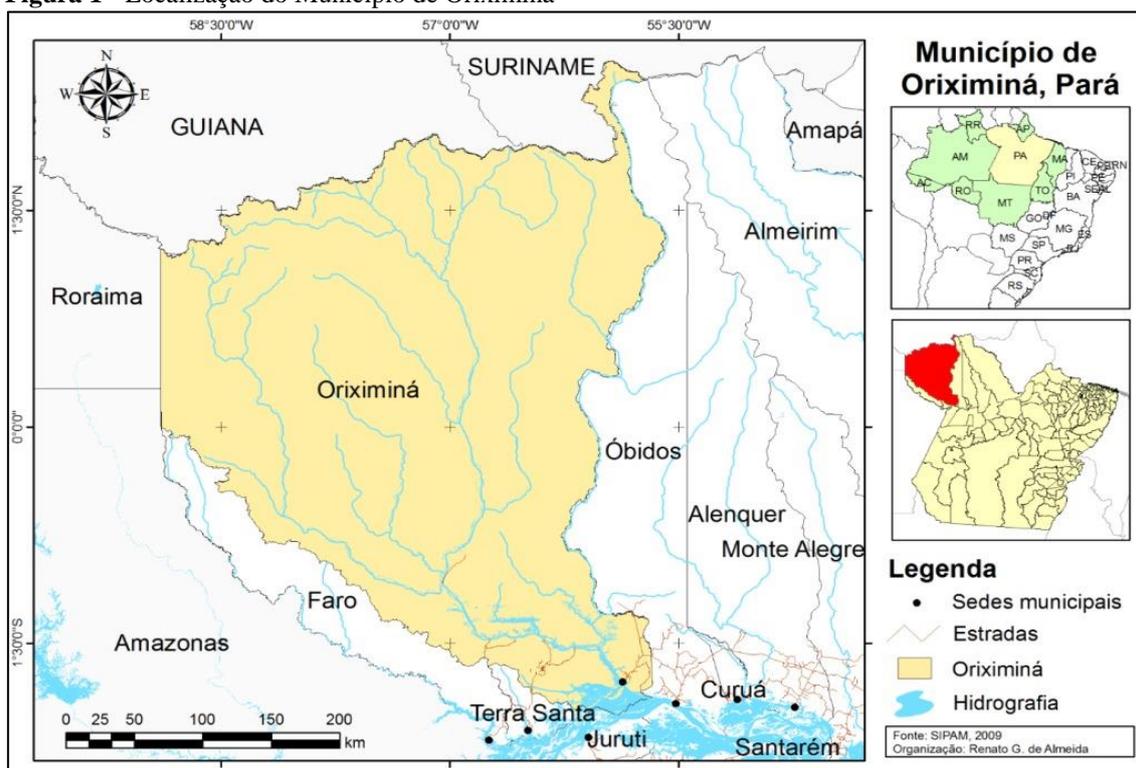
A destituição do Município pendurou por mais de trinta anos, após muitas lutas a sua emancipação política e administrativa somente foi restituída no governo do Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, interventor do Pará que criou a subprefeitura de Oriximiná, em 4 de julho de 1933, data muito comemorada pelos oriximinaenses na época. Um povoado no caminho de um padre, uma missa que marca a fundação de uma cidade, a busca do elo dourado, a catequização de índios e negros segundo a doutrina católica por um padre de origem indefinida, o comerciante Carlos Maria Teixeira vivente naquele lugar antes da chegada do padre, entre fatos reais e mitos a serem comparados e estudados, Oriximiná torna-se município autônomo no dia 24 de dezembro de 1934.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DA CIDADE DE ORIXIMINÁ

A cidade de Oriximiná está localizada ao extremo oeste do Estado do Pará, à margem esquerda do Rio Trombetas, no coração verde da Amazônia Legal. O referido Município pertence à mesorregião do Baixo Amazonas e à Microrregião de Óbidos. Limita-se, ao Norte, com a Guiana Francesa e Suriname; a Leste, com o Município de Óbidos; ao Sul com os Municípios de Juruti e Terra Santa; e a Oeste, com o Município de Faro e com o Estado de Roraima. A cidade está localizada a uma latitude de 01°45'56" Sul e uma longitude 55°51'58" Oeste, estando a uma atitude de 46 metros. Sua distância de Belém (capital do estado) é de aproximadamente 818,5km em linha reta.

De acordo com o censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE em 2010, a população era de 62.794³², habitantes. A população do município é formada etnicamente por reminiscência indígena (Konduris, WaiWai e Tiriós), africana (remanescentes de quilombos) e europeia (portugueses e italianos). Mas, as etnias que sobressaem são as de origem africana e indígena, basta observar a cotidianidade à “beira da cidade”. Do total de habitantes do município, 36% residem na área rural e 64% na área urbana. Oriximiná é o 7º município do mundo em extensão territorial, o 4º do Brasil e o 2º do Estado do Pará, com uma área de 107.604,4 km², somente superado pelo Município de Altamira (161.445,91 km). A figura 1 na próxima página ilustra a localização do município de Oriximiná.

³² Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150530>. Acesso, em 10 de agosto de 2016.

Figura 1 - Localização do Município de Oriximiná

Fonte: <http://aurelioschmitt.blogspot.com.br/2015/05/oriximina-para-princesinha-do-trombetas.html>. Acesso em: 24/11/2016.

Trata-se, de acordo com o Instituto de Administração Municipal (IBAM), de um município de médio porte, por concentrar uma população entre 50.001 a 100.000 habitantes. A economia do município volta-se para a agricultura familiar, extração vegetal (principalmente a extração da Castanha-do-Pará), a qual é exportada para o mercado externo, a pesca em pequena escala, a pecuária que abastece o mercado interno e a exploração da Bauxita no Distrito de Porto Trombetas, distante a 70 km da sede do município, sendo este minério explorado pela MRN³³ (Mineração Rio do Norte S/A), essa atividade econômica é a principal fonte de arrecadação do município.

Enfim, o Município de Oriximiná apresenta as características típicas das cidades amazônicas, com um povo lutador e hospitaleiro e um lugar que acolheu nas suas matas, cachoeiras e beiras de rios, ao longo do Alto Rio Trombetas, os negros que fugiram da escravidão imposta pela burguesia da época do Brasil escravocrata.

³³A Mineração Rio do Norte S.A (MRN ou Sociedade Anônima) é uma Sociedade Anônima (S.A.) de capital fechado, que tem como acionistas: a. Vale S.A, Alca Alumina Ltda., BHP Billiton Metais S.A., Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Alumínio S.A., NorskHydro Brasil Ltda., Alcoa World Alumina LLC e Alcoa World Alumina Brasil Ltda. Informações disponíveis em: <[HTTP://WWW.Mrn.com.br/informes%20financeiras/24x27cm-DOE-2013.pdf](http://WWW.Mrn.com.br/informes%20financeiras/24x27cm-DOE-2013.pdf)>. Acesso em jan.2016.

4.3 A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS DO ALTO RIO TROMBETAS E DESAFIOS ATUAIS: BREVES APROXIMAÇÕES

A liberdade constitui a essência do ser humano que nasceu para ser livre como os demais seres vivos. A luta pela liberdade representou para alguns um processo duradouro e penoso, como exemplo, podemos citar a luta empreendida pelos seres humanos escravizados contra a ordem estabelecida através da criação e recriação de estratégias rumo à tão sonhada liberdade, representando séculos de batalhas para conseguirem concretizar o domínio de suas vontades e vidas.

O Brasil, desde a sua constituição histórica sempre enveredou para um cenário de desrespeito e negação de direitos fundamentais a seus cidadãos o que vem se repetindo nos dias atuais, caracterizando-o como uma das nações mais desiguais do mundo. Ainda assim, o desejo de um país que ofereça condição de igualdade a todos, nos faz ter esperanças de dias melhores.

O crescimento econômico do Brasil deve-se muito ao trabalho do negro africano, mas quando se fala em crescimento econômico vale ressaltar que o mesmo não se estende a todos os brasileiros, resume-se ao acúmulo de capital por uma minoria e as riquezas produzidas, no período marcado pela escravidão foram para Portugal e de lá enviadas a Inglaterra, país com o qual tinha acordos econômicos. Vale ressaltar que os negros africanos contribuíram com o trabalho forçado desde o início da colonização portuguesa até a abolição da escravatura em 1888, um período marcado por profundo massacre da dignidade humana.

A escravidão é um assunto particularmente doloroso e chocante, um crime contra a humanidade, que provoca a nossa indignação. É espantoso que tenhamos conseguido conviver com ela durante muito tempo. Mas bons sentimentos e julgamentos morais não bastam: se quisermos combater de maneira eficaz uma prática tão frequente na história do mundo, temos que nos esforçar para compreender o que ela favoreceu, por que foi imposta por tanto tempo e como pode ser admitida (PÉTRE-GRENOUILLEAU, 2009. p. 1).

A ocupação portuguesa no Brasil seguiu uma linha de interesse econômico, de início procurou-se por metais preciosos, principalmente o ouro; como não foi possível lograr êxito nesta empreitada a metrópole adiou o processo de colonização, efetivando-se alguns anos depois de 22 de abril de 1500³⁴, quando perceberam que podiam perder o nosso território para outras nações colonizadoras da época (holandeses, ingleses e franceses).

³⁴ Data do descobrimento do Brasil.

Todavia, o processo de exploração do território brasileiro e distribuição dos negros africanos se deu de maneira distinta entre as regiões e de acordo com a demanda de riquezas produzidas por elas. O Nordeste foi a primeira região a ser explorada, resultando na devastação da Mata Atlântica onde o pau-brasil foi a primeira riqueza natural a ser comercializada e exportada para a Europa. Em seguida, outros ciclos econômicos aguçaram a cobiça dos exploradores, dentre estes podemos citar: o ciclo da cana-de-açúcar no Brasil Colônia, o do ouro no Brasil Imperial e a do café no começo da República brasileira. Desde a exploração do pau-brasil até os serviços do cotidiano, por mais de três séculos foi utilizada a mão de obra negra africana em condição de exploração e maus tratos, vitimando milhares de vidas.

O negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha direito nenhum e, pelas Ordenanças do Reino, podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era propriedade privada, propriedade como qualquer outro semente, como o porco ou o cavalo (MOURA, 1989, p. 15).

Mesmo não sendo tratado como ser humano, os negros trazidos para cá geraram riquezas incalculáveis à Coroa Portuguesa e ajudaram a povoar o território brasileiro de norte a sul, em menor ou maior escala, como foi o caso da Amazônia que recebeu um pequeno número deles pois, não oferecia produtos que rendessem benefícios econômicos, por isso, a sua ocupação ficou em segundo plano. A economia da região restringia-se a coletas das chamadas drogas do sertão (a baunilha, urucum, raízes e folhas medicinais da floresta e sementes oleaginosas).

A chegada dos primeiros negros na Amazônia dar-se-á entre os séculos XVII e XVIII, ou como diz Salles (1988, p.88), "...ele chegou na primeira centúria e logo o negro passou a constituir força de trabalho bem mais rentável que o "gentio"; desde então a região passou a empregar o trabalho escravo, mas a escravidão na Amazônia não foi tão expressiva como em outras regiões do país, sendo o Estado do Pará que mais introduziu o negro africano nas suas atividades econômicas. Conforme Bezerra (2001, p.27):

Na Amazônia Portuguesa já havia então uma economia comercial lastreada na exploração do cacau silvestre, em larga escala, e do cacau cultivado, em menor importância, que sustentava as ligações econômicas com a metrópole quando da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Igualmente desenvolviam-se na colônia outras atividades relativas ao cultivo de cana-de-açúcar, tabaco, café, algodão, arroz, bem como a criação de gado bovino, que seriam em maior ou menor grau beneficiados pela política pombalina, com o estabelecimento da Companhia Geral de Comércio. Sem a fecunda colaboração da empresa mercantil o extremo norte permaneceria, seguramente, ainda durante longo tempo na sua

miséria, representado por um incipiente extrativismo vegetal e por arrastada agricultura itinerante e de subsistência.

A intensificação do tráfico negreiro para o Pará se deu no século XVIII, concomitante com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1775, a qual financiava e monopolizava a compra de negros. A Companhia tinha como meta a aquisição de africanos que posteriormente eram postos à venda nos espaços públicos de Belém e São Luís.

Durante a vigência do monopólio comercial do tráfico pela Companhia Geral do Comércio, entre os anos de 1755-1778, foram introduzidos na Amazônia Portuguesa um número de escravos possivelmente superior aos 25.365 africanos desembarcados nos portos de Belém e São Luís pelos navios da companhia (BEZERRA NETO, 2001, p. 28).

Com a ocupação de várias regiões da Amazônia pelos portugueses em busca de riquezas e construções de fortificações de defesa como o Forte Pauxis, construído em 1620 na Cidade de Óbidos houve a necessidade da introdução de negros africanos pelos lugares mais distantes da capital Belém, fundada por Francisco Caldera Castelo Branco em 1616, como foi o caso do Baixo-Amazonas, principalmente, as cidades de Santarém, Óbidos, Monte Alegre e Alenquer que desenvolviam o cultivo do cacau e a criação de gado, sendo eles em menor número por aqui, mais de alguma forma foram marcante para o desenvolvimento da região.

As freguesias de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Faro, seguindo de Santarém, alteraram seu movimento lento de ocupação sob a pressão e demanda crescente da política econômica colonial da fase pombalina. Alguns sesmeiros iniciaram por volta de 1780 a plantação do cacau e a criação de algumas cabeças de gado, bem menos sucedida (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p.43).

Perante a condição de seres humanos escravizados, os negros africanos foram postos a diversas situações que fere e desrespeita a natureza humana, como nascemos para sermos donos de nossas vontades, os mesmos traçaram estratégias que os elevariam a patamares de uma vida livre longe dos domínios de seus senhores. Ao aventurar-se por caminhos desconhecidos rumo à liberdade, os negros escravizados tiveram como desafio encontrar um lugar seguro onde pudessem redirecionar a sua condição de escravo a homens e mulheres libertas, mas a solidificação das suas liberdades iria depender da perspicácia para encontrar um lugar distante das senzalas e quanto mais longe fossem estariam seguros.

Dentre os vários quilombos que existem Brasil a fora temos os quilombos do Alto Rio Trombetas no Município de Oriximiná, lugar que se tornou refúgio de muitos negros que conseguiram livrar-se das amarras da escravidão das cidades circunvizinhas: Santarém,

Óbidos e Alenquer de outras regiões da Amazônia, os quais encontraram segurança e condições necessárias à vida liberta, tendo as barreiras naturais como as cachoeiras do Rio Trombetas e seus afluentes para gozarem a vida em liberdade.

Os escravos do Baixo Amazonas iniciaram com a subida às cachoeiras do Curuá e Trombetas ou a internação em lagos, menos transitados pela canoas, igarité e barcos de comerciantes, sesmeiros, religiosos e viajantes, a conquista e invenção de sua liberdade que certamente, escapa com relato ao domínio de qualquer história escrita. A memória dos descendentes de escravos retém com clareza a situação dos seus antepassados que ocorridos da escravidão, vindos de Alenquer, de Óbidos e de Santarém, romperam com o regime de trabalho escravo (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p.41).

Os negros que subiram o Rio Trombetas, mesmo estando a mercê da sujeição, imposta pela sociedade escravocrata da época, buscaram a desbravar espaços que lhes permitissem conquistar autonomia e acima de tudo integra-se na ordem social, viabilizando a ruptura definitiva com a exploração e exclusão que os impossibilitaram de alavancar socialmente por causa da escravidão.

A formação dos Quilombos do Alto Rio Trombetas representa a concretude das batalhas negras que firmaram sua identidade étnica-cultural no início do século XIX, quando em fuga chegaram por estas bandas e firmaram-se dentro de um território cercado de natureza e esperanças. Na narrativa de Salles (1971, p. 233), “com o corre do tempo, o quilombo do Trombetas, localizado nas proximidades de Óbidos, contava com mais de duas mil almas entre negros e mestiços; e, guardadas as devidas proporções, tornou-se tão celebrado na Amazônia, quanto Palmares, nordeste”.

Falar em comunidades negras remanescentes de quilombos, no Rio Trombetas, Estado do Pará, é remeter a uma história marcada por conflitos, resistências de cativos que romperam com a sua condição social ao fugirem dos cacaiais, das fazendas de criar, das propriedades dos senhores de Óbidos, Santarém, Alenquer e mesmo de Belém e outros centros urbanos. É navegar nas reminiscências vivas que marcam as experiências sociais e vivências dos afro-amazônidas, descendentes desses negros que constituíram no alto Trombetas os seus espaços, onde ser livre era possível (FUNES, 2000, p.3).

Ao lograrem a liberdade, caberia também a eles conservá-la, pois foram organizadas várias expedições de captura sob o comando de pessoas contratadas pelas autoridades da época para tal fim. Conforme Acevedo e Castro (1988), na segunda metade do século XIX os governadores instruíram e ordenaram a perseguição dos denominados mocambos. Estes eram considerados como ameaças a propriedade, o que justificou a organização das repetidas expedições de destruição. Segundo Wanderley (2008, p.6):

O curso estreito dos rios, a floresta densa e as grandes quedas d'água permitiram aos negros adquirirem maior proteção. Essas características físicas do território dificultavam a chegada das milícias, facilitavam a vigilância no sopé das cachoeiras, permitindo que os negros evacuassem os quilombos antes de serem surpreendidos pelas tropas.

Diante das perseguições e investidas contra os quilombos ou mocambos, houve grandes resistências como a ida para lugares mais distantes, tendo as barreiras naturais como aliados. Hoje os quilombos ou mocambos firmam-se entre florestas e águas que formam cachoeiras, as quais abrigam comunidades com identidades e culturas próprias, e que na atualidade são conhecidos como remanescentes de quilombos, possuidores de história de lutas e heroísmo e determinação herdada dos antepassados.

Na Bacia do Trombetas, os maiores mocambos estavam situados nos altos cursos dos rios Trombetas e Erepecuru, em trechos pouco navegáveis. A inacessibilidade à essa região foi um elemento inicialmente fundante, mas também há que se destacar que a permanência destes grupos nestes lugares se deve também ao fato de as terras do Alto Trombetas serem propícias ao cultivo, o que favorecia também a produtividade para subsistência e para o comércio, a partir do contato direto com as cidades da região ou pelo processo de comercialização de mercadorias, mediado por terceiros (CÂNCIO; ARAÚJO. 2014, p.45).

Atualmente, os quilombolas de Oriximiná vivem em oito territórios étnicos nas margens dos rios Trombetas, Erepecuru, Acapu e Cuminã, e encontram-se organizados em 28 comunidades, totalizando aproximadamente 6 mil descendentes de seres humanos escravizados, que constroem a sua base econômica no extrativismo, principalmente o da castanha-do-pará, embora pratiquem, também, a pesca, a caça e o cultivo de produtos de subsistência. A luta dessa gente não é mais pela liberdade individual, mas pela agilidade no processo da titulação de suas terras, que vêm sofrendo ameaças de invasão capitalista desde o início da década de 70, com a extração da bauxita e planos de estudos para a construção de hidrelétrica, como denuncia a Comissão Pró-Índio de São Paulo³⁵:

Em Oriximiná, durante décadas o isolamento ajudou os quilombolas a manter suas terras protegidas. Seus territórios apresentam grandes extensões de florestas com quase 100% de suas áreas preservadas. Mas o avanço da ocupação dessa região da Amazônia torna os quilombolas e suas florestas cada vez mais vulneráveis a uma série de ameaças, como a exploração madeireira e mineral, os planos de exploração

³⁵A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma organização não governamental fundada em 1978 que atua junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia, o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas e o combate à discriminação racial. A parceria da CPI-SP com os quilombolas de Oriximiná iniciou-se em 1989 e se concretiza por meio da assessoria às organizações quilombolas, da promoção de atividades de capacitação, do desenvolvimento de ações conjuntas de incidência e da busca de alternativas de manejo sustentado dos territórios quilombolas.

do potencial hidroelétrico dos rios que cortam suas terras, ação de pescadores e garimpeiros, e ainda pelos impactos das mudanças climáticas (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011, p. 8).

A Constituição Federal de 1998, no Artigo 68, das Disposição Transitórias³⁶, e o Decreto nº 4. 887/03³⁷ determinam a regularização territorial das comunidades quilombolas, assim como a proteção de sua cultura. Essas bases legais juntamente com a mobilização das comunidades remanescentes de quilombos do Alto Rio Trombetas conseguiram a titulação de 21 comunidades, sendo, a de Boa Vista em 1995, a primeira do Brasil a receber a titulação definitiva de suas terras, que foram desbravadas pelos seus descendentes no início do século XIX.

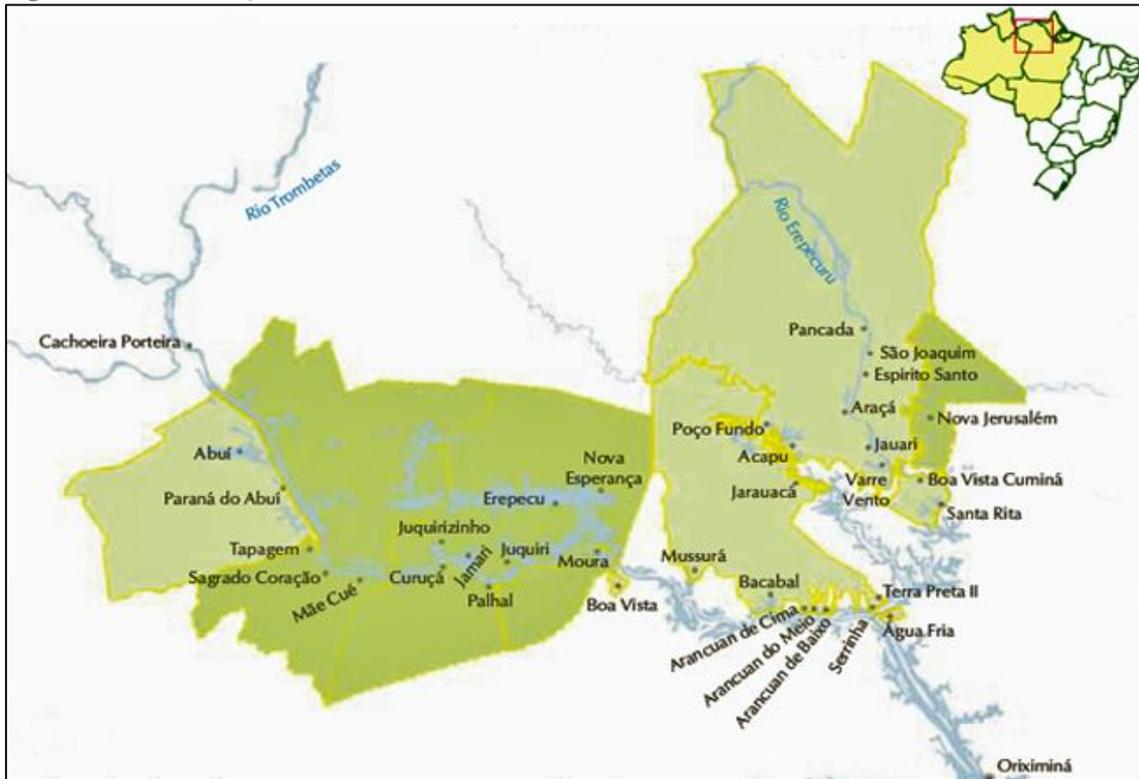
O desafio que se coloca, neste momento, para as comunidades remanescentes de quilombos da bacia do rio Trombetas, portanto, não é mais a demonstração de sua ascendência quilombola, mas a luta para que seja reconhecido e respeitado, no processo de titulação, o seu modo específico de explorar as suas terras (que, como já mencionamos, inclui as atividades de coleta, caça, pesca e agricultura), ou, nas palavras dos remanescentes de quilombos, que seja respeitada "a cultura do negro" (ANDRADE, 1995, p.81).

Na página seguinte, a figura 2 ilustra o Território Quilombola do Alto Rio Trombetas - Oriximiná/PA.

³⁶ Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos definitivos.

³⁷ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescente das comunidades dos quilombos de que trata o art.68 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias.

Figura 2 - Território Quilombola do Alto Rio Trombetas - Oriximiná/PA.



Fonte: Comissão Pró- Índio de São Paulo. WW.cpis.org.br. Acesso em: 24/11/2016.

Mesmo que a lei garanta o direito à titulação coletiva, ainda são vinculadas notícias de mobilização de moradores de quilombos ou de indígenas vindos de lugares distantes da cidade de Oriximiná para manifestarem as suas angústias perante as autoridades constituídas.

Quilombolas do município de Oriximiná, no oeste do Pará, cobram agilidade na titulação das terras. Eles alegam que a demora na regularização das terras está causando transtornos para as famílias, principalmente com a extração de madeira e bauxita na região (<http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2016/04>).

5. LÁ NOS “ALTOS DO RIO TROMBETAS”, A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE ESCOLA QUILOMBOLAS ENCONTRA-SE COM A LEI Nº 10.639/2003?

Nesta seção, abordamos o processo de criação das URGEs, descrevemos a estrutura física das escolas pesquisadas, a organização pedagógica, administrativa, a quantidade de alunos, o quadro docente com sua respectiva formação acadêmica das escolas, a análise do PPP da 3ª Unidade Regional de Gestão Escolar- Quilombola e o que dizem os professores e alunos sobre a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 nas práticas pedagógicas dos professores das disciplinas: Língua Portuguesa, História, Geografia e Artes, assim como as discussões e inferências substanciadas pela pesquisa do Estado da Arte, do marco legal e do referencial teórico.

5.1 A CRIAÇÃO DAS URGES (UNIDADES REGIONAIS DE GESTÃO ESCOLAR)

A extensão territorial do município de Oriximiná (107.604,4 km²) supera áreas de muitos países da Europa como: Portugal, Dinamarca e Suíça, apesar dessa imensa territorialidade, a sua densidade demográfica segundo dados do IBGE de 2010 é de 0,58 (hab/km²), o quais estão espalhados tanto na zona urbana quanto na zona rural. A grandeza de seu território, o privilegia por abrigar uma diversidade de etnias como as indígenas: Wai-Wai, Kahyana, Kaxuyana, Katuwena, Hixkaryana, Tiriyó, Txikiyana, Tunayana, Xerew, Zo' é e outros grupos isolados, assim como, descendentes de seres humanos escravizados.

Por conta da sua extensão territorial e diversidade étnica-cultural, o atendimento pedagógico e administrativo às escolas que atendem esses grupos e outras escolas da zona rural do município, era um dos grandes desafios da Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná (SEMED). Algumas delas ficam distantes 12h de viagem de barco (transporte mais usado no município), como é o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Quilombola Constantino Deodoro na Comunidade de Cachoeira Porteira.

Na Figura3, na página seguinte, encontra-se ilustrada a Comunidade Quilombola Cachoeira Porteira.

Figura 3 - Comunidade Quilombola Cachoeira Porteira



Fonte: http://redepara.com.br/imagens/galeria/61165/61165_180165.jpg. Acesso em: 23/01/ 2017.

Vale ressaltar, que esse tempo é gasto no período conhecido como “inverno amazônico”³⁸, quando o Rio Trombetas ganha grande volume de água facilitando a navegação por outro lado, no também conhecido “verão amazônico”³⁹, quando baixa o nível de água do rio, aumentando as horas de viagem e transformando em uma grande aventura àqueles que desejam chegar por lá principalmente para professores, por surgirem grandes “banco de areia”⁴⁰ e cachoeiras em alguns trechos do Rio Trombetas ou dos seus afluentes.

Diante dessa particularidade amazônica e com intuito de universalizar o direito à educação, como aponta a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, a Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná viabilizou a criação das Urges (Unidades Regionais de Gestão Escolar), com o objetivo de melhorar o atendimento administrativo e pedagógico a professores, alunos e as comunidades da zona rural do município.

³⁸ O nome se refere a grande incidência de chuvas que ocorrem entre os meses de dezembro e maio na região.

³⁹ Expressão usada para designar na região o período do ano compreendido entre os meses de junho a novembro, onde as chuvas são escassas.

⁴⁰ Consiste no acúmulo de areias no leito de um rio.

A implantação das Unidades Regionais de Gestão Escolar- URGEs- é integrante de um projeto que visa dar maior abrangência ao atendimento qualitativo das populações que habitam, frequentam e utilizam de Escolas do Campo, das águas e das florestas no município de Oriximiná-PA. (CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ORIXIMINÁ- COMEO, PROCESSO Nº 002/2009, p. 01)

A implantação da URGES começou a ser discutida desde janeiro de 2009 com miniconferências regionalizadas pela zona rural do município, encontros entre os profissionais da Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná e o Conselho Municipal de Educação (COMEO), culminando com novos debates e votação, na III Conferência Municipal de Educação. Elas fazem parte do Sistema de Ensino do Município de Oriximiná e são criadas por meio de leis municipais, as adotando de autonomia pedagógica e administrativa, como por exemplo, a construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) e emissão de documentos escolares como: histórico escolar e certificado de conclusão de curso que antes era realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

As Urges podem oferecer, deste de que, autorizadas pelo Conselho Municipal de Educação de Oriximiná os níveis de ensino: da Educação Infantil ao Ensino Fundamental e as seguintes modalidades: Educação de Jovens e Adultos, Educação a Distância e Ensino profissionalizante. As Urges são formadas por escolas polos e integrantes⁴¹. Nas escolas polos funciona a sede das Urges e são lotadas de: Diretor, Vice-diretor, secretário escolar e Coordenador Pedagógico, os quais atendem as escolas integrantes.

No quadro 2, na página seguinte, apresentamos as quatro Urges- Quilombolas com suas respectivas sedes, onde as mesmas estão localizadas, leis de criação e decretos expedidos pelo Poder Executivo de Oriximiná dando a elas autorização para emissão de documentos escolares, reconhecidos nacionalmente, assim como as escolas integrantes que as compõem.

⁴¹Escolas integrantes são aquelas pertencentes a uma das Urges e conta com um coordenador educacional o qual assume a responsabilidade de organizar o funcionamento dessas escolas.

Quadro 2 - URGE Quilombolas e escolas integrantes

Escolas Urges	Lei de Criação	Decreto	Região	Escolas Integrantes	Localidade
Escola Municipal de Ensino Fundamental “Nossa senhora do Perpetuo Socorro”- 2º Unidade Regional de Gestão Escolar- Comunidade Lago do Moura	8.423/06/2014	085/2014	Alto Rio Trombetas	Boa Vista,	Porto Trombetas
				Nova esperança	Erepecu
				Santa Maria	Erepecu
				Santo Antônio	Jamari
Escola Municipal de Ensino Fundamental “ Baldoíno Melo”- 3º Unidade Regional de Gestão Escolar - Comunidade da Serrinha	8.424/06/2014	086/2014	Alto Rio Trombetas	N.S. da Piedade	Arancuã
				N.S de Fátima	Bacabal
				N.S das Graças	Água Fria
				São João	Varre Vento
Escola Municipal de Ensino Fundamental “Raimundo Vieira dos Santos”- 11º Unidade Regional de Gestão Escolar Comunidade Tapagem	8.432/06/2014	094/2014	Alto Rio Trombetas	Constantina Deodoro	Cachoeira Porteira
				Tancredo Neves	Abuí Grande
Escola Municipal de Ensino Fundamental “São Francisco Canidé”- 12º Regional de Ensino- Comunidade	8.428/06/2014	095/2014	Médio Rio Erepecu	Bom Jesus	Varre Vento
				Nova Aliança	Acapu II
				São Francisco	Poço Fundo
				São Tomé	Tarumã

Fonte: Projeto de Criação das Unidades Regionais de Gestão Escolar, 2009.

Para que uma escola possa sediar uma URGE é necessário equipá-la administrativa e pedagogicamente e obedecer aos seguintes critérios: quantidade de alunos, localização geográfica e estrutura física da escola. Atualmente existem 14 URGEs e 80 escolas integrantes. Dentre elas, existem 1 URGE indígena localizada na Aldeia Wai-Wai, Rio Mapuera e 04 URGEs quilombolas.

5.2 CONHECENDO AS ESCOLAS PESQUISADAS: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “BALDOÍNO MELO” E A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “NOSSA SENHORA” DA PIEDADE.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental “Baldoíno Melo” está localizada na Comunidade Remanescente de Quilombo Serrinha, área quilombola titulada, a margem esquerda do Rio Erepecu é a sede da 3ª Unidade Regional de Gestão Escolar- URGE-Quilombolas pertencente à Rede Municipal de Ensino de Oriximiná. Conforme o Projeto de Criação das URGEs, a escola auxilia no atendimento pedagógico e administrativo a mais

quatro escolas integrantes (ver quadro 3). A Escola Baldoíno Melo oferta da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental com turmas seriadas e multisseriadas, totalizando 120 alunos.

Quadro 3 - Matrícula de alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Baldoíno Melo” ano letivo de 2016

Turmas	Organização	Nº de alunos
Jardim I e II	Multisseriada	18
1º e 2º anos	Multisseriada	20
3º	Seriada	15
4º	Seriada	10
5º	Seriada	16
6º	Seriada	15
7º	Seriada	09
8º	Seriada	11
9º	Seriada	06

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná- Setor de Matrícula e Estatística, 2016.

O quadro administrativo e pedagógico é formado por 1 diretor, 1 coordenadora pedagógica, 1 secretaria escolar, 2 agentes de alimentação e 1 agente de zeladoria e 8 professores. A escola é a sede da 3ª URGE o diretor, a coordenadora pedagógica e a secretaria escolar prestam serviços administrativos e pedagógicos as 4 escolas integrantes. A estrutura física da escola é de alvenaria com área coberta, 1 secretaria, 1 diretoria, 1 cozinha, 7 salas de aulas, 1 sala de leitura, 1 almoxarifado, 5 banheiros e 1 corredor.

Na página seguinte, a entrada principal da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa senhora Piedade encontra-se ilustrada na figura 5.

Figura 4 - Entrada principal da Escola Municipal Baldoíno Melo



Fonte: Acervo de fotos da coordenadora pedagógica da escola, 2016.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental “Nossa Senhora da Piedade”, localizada no Lago Arancuan de Baixo (área quilombola titulada) faz parte também da Rede Municipal de Ensino de Oriximiná. Oferece da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental com turmas seriadas e multisseriadas, com uma clientela em 2016 de 103 alunos. A escola integra a 3ª Urge- Quilombola. No quadro 4, encontra-se ilustrada a matrícula dos alunos desta escola no ano letivo de 2016.

Quadro 4 - Matrícula de alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Baldoíno Melo” ano letivo de 2016.

Turmas	Organização	Nº de alunos
Jardim I e II	Multisseriada	13
1º e 2º anos	Multisseriada	08
3º	Seriada	12
4º	Seriada	11
5º	Seriada	07
6º	Seriada	08
7º	Seriada	14
8º	Seriada	19
9º	Seriada	10

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná- Setor de Matrícula e Estatística, 2016.

A sua estrutura física é de alvenaria com 1 diretoria, 1 secretaria, 1 cozinha, 7 salas de aulas 1 sala de leitura 1 almoxarifado, 5 banheiros, 1 área coberta 1 corredor e conta com o apoio de 10 professores os quais possuem como formação (magistério, curso superior completo ou cursado), 1 professor-coordenador, 1 agente de zeladoria e 2 agentes de alimentação.

Na página seguinte, a entrada principal da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Nossa senhora Piedade” encontra-se ilustrada na figura 5.

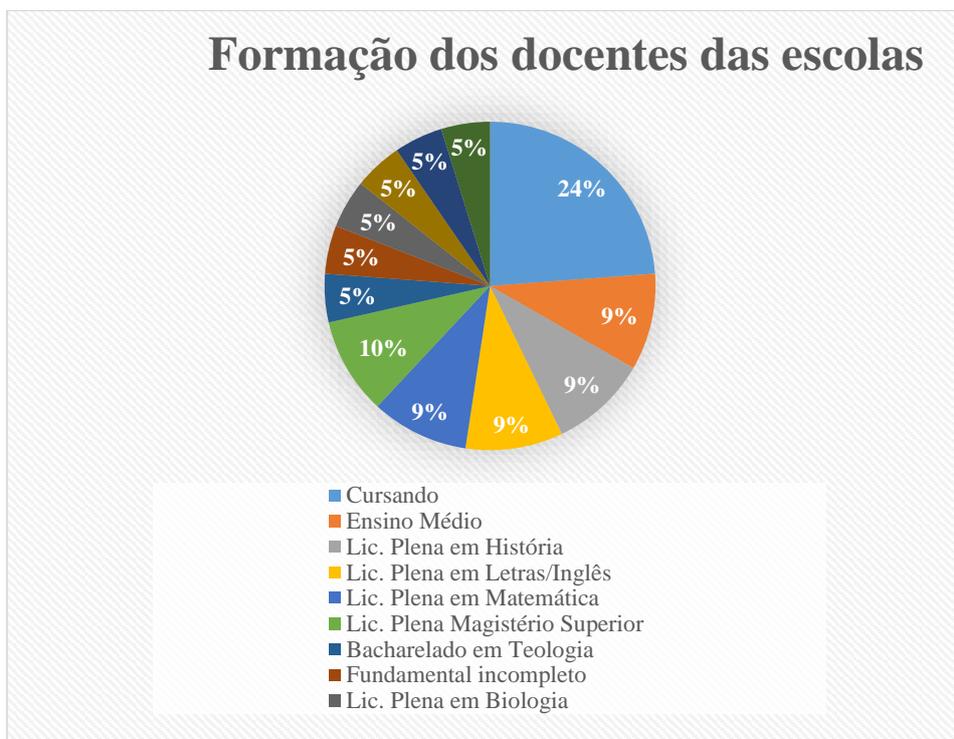
Figura 5 - Escola Municipal de Ensino Fundamental “Nossa Senhora Piedade”



Fonte: Danilo Almeida, 2016.

A formação acadêmica dos docentes das escolas pesquisadas mostrou o predomínio de professores ainda em formação nas mais variadas licenciaturas e aqueles que já concluíram sua formação a nível de graduação. Mas por outro lado, encontramos no quadro de professores das escolas pesquisadas um professor com ensino fundamental incompleto, conforme mostrado no Gráfico 1, na página seguinte.

Gráfico 1 - Formação acadêmica dos professores lotados nas escolas municipais Baldoíno Melo e Nossa Senhora da Piedade.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná/Setor de lotação, 2016.

5.3 A LEI 10.639/2003 E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA 3ª UNIDADE REGIONAL DE GESTÃO ESCOLAR- URGE QUILOMBOLA.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser a identidade da escola, em consonância com a realidade vivenciada pelos professores, alunos, pais, etc., abrangendo todos os aspectos que envolvem o processo ensino aprendizagem. “Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade” (VASCONCELLOS, 2004, p. 17). Por isso, a sua elaboração é uma ação conjunta integrando a ele todos os sujeitos da comunidade escolar com suas expectativas em relação a visão de educação que querem para aquela unidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização de sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada é importante ressaltar que o projeto político pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade (VEIGA, 1989. p. 14).

Desta forma, o PPP não é somente metas e procedimentos a serem cumpridos mecanicamente, ele precisa ganhar movimentos rumo a caminhos a serem seguidos, visando a formação de cidadãos independente de sua origem étnica-cultural. Diante disso, os PPPs das escolas devem englobar aspectos históricos, culturais e sociais inerentes às comunidades onde estão localizadas, visando a vivência nas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, contribuindo para a inserção dos alunos, no mundo globalizado, a partir de suas origens. “Um projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida” (GADOTTI,1998, p.16).

O Projeto Político Pedagógico representa para as unidades escolares a sua digital, as suas expectativas de educação, ou seja, constitui-se a sua alma pedagógica e administrativa. É a partir do PPP que se originam planos de aulas, projetos escolares, enfim, ele é o fio condutor das ações de uma escola e a sua construção é um momento de reflexão e aprendizagem para professores, alunos, diretores e comunidade circundante a ela. A sua elaboração é complexa, sem deixar de ser um momento de aprendizagem, de escolhas daquilo necessário para a sua fundamentação teórica, jurídica, metodológica e avaliativa, aspectos fundamentais na constituição da identidade da escola.

Logo, a escolha desses aspectos é de grande importância, pois serão eles que fundamentaram legalmente este documento. Em se tratando de escolas quilombolas é conveniente além da Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96 a inclusão de outras leis, diretrizes, portarias, decreto e jurisdições, relacionadas a valorização e reparação voltadas a questão negra como a Lei nº 10.639/2003, uma política pública, que deve constar no PPP das escolas quilombolas como forma de assegurar, (se for posta em execução) a identidade negra através da prática pedagógica dos professores.

Ao considerar essa dimensão, a Lei nº 10.639/03 pode ser interpretada como uma medida de ação afirmativa, uma vez que tem como objetivo afirmar o direito à diversidade étnico-racial na educação escolar, romper com o silenciamento sobre a realidade africana e afro-brasileira nos currículos e práticas escolares e afirmar a história, a memória e a identidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros na educação básica e de seus familiares. (GOMES, 2001, p.2).

Dessa forma, a elaboração e implementação do PPP em escolas quilombolas ganha um sentido diferente, na sua configuração, pois além de ser um projeto político e pedagógico, segundo Saviani (1983), ele ganha status de afirmação de identidades, de valores,

histórias de lutas pela liberdade e contra o preconceito por descenderem de seres humanos escravizados, por isso, a importância da Lei nº 10.639/2003 presentes no PPP da 3ª Unidade Regional de Gestão Escolar- Quilombola. Informamos que o PPP da 3ª URGE- Quilombola é extensivo a mais 4 escolas integrantes e seu período de execução é de 2014 a 2016.

Segundo Veiga (2001, p. 13) o PPP “É construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”. A LDB 9394/96 aponta as responsabilidades das escolas e dos professores quanto a sua elaboração:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; (BRASIL, 1996).

Na justificativa do Projeto Político Pedagógico da 3ª URGE consta que ele foi construído com a participação da comunidade escolar, tendo como marcos legais a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/2006 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Enquanto a Lei nº 10.639/2003, a identificamos apenas na seção do Currículo.

A organização dos Programas ou Planos de Cursos, as escolhas dos conteúdos, levam em consideração a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres do cidadão, respeito ao bem comum e à ordem democrática (art.27, LDB) observando o disposto pela lei nº 10.639/2003 e art. 26 da LDB (Projeto Político pedagógico da Terceira Unidade Regional de Gestão Escolar- URGE Quilombola, 2009, p.22).

A leitura do documento na íntegra nos possibilitou verificar que há necessidade de uma discussão mais detalhada da lei o que facilitaria o seu conhecimento, a sua compreensão e como aplicá-la, nas diversas atividades desenvolvidas pelas escolas e o momento ideal para que isso acontecesse seria, na sua elaboração coletiva. A ênfase na Lei nº 10. 639/2003 nos PPPs das escolas quilombolas vem corroborar para uma prática pedagógica que valorize o conhecimento local, buscando conciliar a história e costume de sua gente com os conhecimentos escolares, proporcionando àquilo que já foi apontado nesta dissertação, como diálogo entre saberes. Por isso a presença da lei é de suma importância nesse PPPs:

O Projeto Político Pedagógico, como documento escolar, é aqui entendido enquanto importante instrumento de diagnóstico coletivo, visto que sua construção deve ser feita por toda a comunidade escolar e é capaz de revelar elementos da aplicação dos conteúdos da Lei 10.639/03 e de suas Diretrizes (PEREIRA, 2015, p.13).

Apesar do PPP da 3ª Unidade Regional de Gestão Escolar mencionar a lei, não há um embasamento consistente o que lhe daria uma identidade própria de acordo com a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 o qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Segundo a resolução, os PPPs das escolas quilombolas deveram obedecer aos seguintes princípios norteadores:

Art. 32 O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas.

§ 1º A construção do projeto político-pedagógico deverá pautar-se na realização de diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e seu entorno, num processo dialógico que envolva as pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território.

§ 2º Na realização do diagnóstico e na análise dos dados colhidos sobre a realidade quilombola e seu entorno, o projeto político-pedagógico deverá considerar:

I - os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola;

II - as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla.

§ 3º A questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas deverá orientar todo o processo educativo definido no projeto político-pedagógico.

Art. 33 O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deve incluir o conhecimento dos processos e hábitos alimentares das comunidades quilombolas por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores e lideranças locais. (BRASIL, 2012)

Assim, diante da análise realizada no Projeto Político Pedagógico da 3ª URGE-Quilombola à luz da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, foi possível perceber que há lacunas a serem preenchidas, principalmente sobre a Lei nº 10.639/2003. Apesar de ter sido construído, em um processo democrático, faltou a inclusão de fatores ligados a realidade local dos quilombos. Vale ressaltar a importância da Lei nº 10.639/2003 para a fundamentação legal do PPP da 3ª URGE, mas a sua materialização no dia a dia das escolas somente irá acontecer através do engajamento de toda a comunidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico não referendado pela Lei nº 10.639/2003 descompromete este documento de assumir uma postura identitária com a história negra dos quilombos do Alto Rio Trombetas, no currículo das escolas, contrariando o parágrafo VII das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica “implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar,

elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas”.(BRASIL, 2012, p. 06)

Ao analisar o PPP da escola quilombola do município do sudoeste baiano, Onofre (2014) identificou que a escola elaborou o seu documento maior, em consonância com a Lei nº 10. 639/2003 e demais legislações voltadas para a temática diversidade étnico-cultural e definiu uma corrente pedagógica como embasamento teórico para a sua proposta pedagógica com objetivos e metodologias voltadas para a valorização da questão negra, no currículo, definições ausentes no PPP da 3ª Unidade Regional de Ensino- Quilombola:

Na estruturação didático-pedagógica do PPP faz-se perceber que a mesma é norteadada pela pedagogia interétnica com objetivo de combater o racismo e o etnocentrismo na sociedade. Seguindo os métodos e procedimentos propostos pela pedagogia supracitada, a escola reconhece a necessidade da valorização da cultura e da história do povo negro e indígena, utilizando para tanto a metodologia da pesquisa-ação, fazendo uso de entrevistas ao corpo docente e discente com objetivo de apontar as causas da não utilização dos saberes da comunidade local na prática pedagógica diária. (ONOFRE, 2014, p. 120).

O não cumprimento de algumas leis pelo Estado e por nós mesmos, provoca na sociedade desorganização, exclusão, preconceitos de todos os tipos e o aumento da desigualdade social. Mas infelizmente o que temos acompanhado na cena política, econômica e social é o desrespeito total a Constituição Federal de 1988. Acompanhado, a desobediência às leis vem a impunidade a quem deixa de cumpri-las, evidenciando as suas fragilidades perante a sociedade brasileira. E quando se trata de uma política de inclusão social, como a Lei nº 10.639/2003 torna-se desafiador para as escolas a sua materialização pois, requer investimentos públicos e num cenário bem realista, como o Brasil não prioriza de maneira responsável a educação de seus cidadãos, a lei corre o risco de configura-se apenas como marco legal nos PPPs das escolas ou representar o esforço heroico de alguns professores no desenvolvimento de práticas pedagógicas conscientes ou não da sua importância para os negros brasileiros.

5.4 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS ESTUDADAS SOBRE A LEI Nº 10.639/2003.

A partir da AC da Bardin (2011) e levando em consideração os três polos já definidos na metodologia, chegamos na fase mais complexa e desafiadora que é compreender como nº Lei 10.639/2003 está sendo aplicada, nas práticas pedagógicas de professores, nas escolas quilombolas, numa região da Amazônia marcada pela resistência contra escravidão.

As perguntas da entrevista estão divididas em três categorias: Conhecimento e formação continuada sobre a Lei nº 10.639/2003; A Lei nº 10.639/2003 e Prática Pedagógica de professores em escolas quilombolas e A Lei nº 10.639/2003 e a criação de uma disciplina específica para abordagem de conteúdos referentes a história e cultura negra.

Após dividirmos as perguntas das entrevistas em categorias e as respostas transcritas e impressas, com um marca texto, destacamos as expressões ou palavras-chave de cada resposta com o intuito de interpretar a fala dos entrevistados à luz do marco teórico⁴². A seguir, apresentaremos a análise das respostas dos professores obtidas através da entrevista. Os dados coletados pelo questionário aplicado aos alunos dos 8º e 9º anos e aos professores estarão expostos ao longo da análise das três categorias com o intuito de confirmar ou anular a hipótese levantada.

5.4.1 Conhecimento e formação continuada sobre a Lei nº 10.639/2003.

Esta categoria buscou abordar a percepção dos professores entrevistados acerca de seu conhecimento sobre a existência da lei e aquilo que sabem a seu respeito e se já participaram de alguma formação continuada que abordassem estudos envolvendo as suas diretrizes.

Quando perguntado aos 05 professores (2 professores de Língua Portuguesa, 01 de História e Geografia e 2 de Artes) se tinham conhecimento da Lei nº 10. 639/2003, todos responderam que “Sim”. Porém, um dos professores, ressaltou “que conhecia a lei não em profundidade, mas sim”. O posicionamento desse professor vem confirmar o efeito causado pela não inclusão mais explícita da lei no PPP da 3ª Unidade Regional de Ensino-Quilombola assim, sem um direcionamento de como a lei poderia ser incluída, nas práticas pedagógicas dos professores, nas atividades envolvendo conhecimentos a respeito da história negra, no Brasil compromete um aprendizado mais consistente na vida escolar dos alunos, contrariando aquilo que nos diz Munanga (2005, p. 200).

Cabe ao professor selecionar e retirar do projeto pedagógico em desenvolvimento na escola aqueles objetivos que digam respeito à cidadania e à democracia e permitam ao aluno um trabalho continuado contra o racismo, o preconceito e a discriminação [...].

⁴²Informamos que as respostas das entrevistas na íntegra dos professores participantes da pesquisa estão em anexo nesta dissertação para consulta.

Refletindo sobre o pensamento do autor podemos concluir que o PPP da 3ª Unidade Regional de Ensino significa “a fonte de inspiração” para os professores construírem os seus planos de cursos, projetos escolares, etc, de acordo com os preceitos contidos nele. A limitação da lei, apenas, na seção do currículo do PPP, afeta o conhecimento do professor sobre a mesma, não contribuindo para um aprendizado crítico-reflexivo. Como demonstrado no quadro 5, ilustrando algumas falas dos alunos retiradas do questionário quando indagados “O que foi abordado sobre os assuntos referentes à história da África e dos descendentes dos Africanos no Brasil”?

Quadro 5 - Vozes dos alunos do 8º e 9º anos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental Quilombola “Baldoíno Melo” e “Nossa Senhora Piedade” a respeito dos assuntos estudados sobre a História da África e dos descendentes de Africanos no Brasil.

Sobre costumes, cultura e culinária.
 Foi falado que eles vieram fugidos do país de origem e trouxeram a cultura deles para o Brasil.
 Capoeira foram
 Os africanos que trouxeram para o Brasil.
 Quando eles já vieram para o Brasil trouxeram a Capoeira.
 A história de uma leitura.
 As descendências, os costumes, capoeira, os alimentos, eles vieram como escravos.
 Ela falou sobre a escravidão, sobre como os africanos chegaram até o Brasil quando eles trouxeram a capoeira.

Fonte: Questionário aluno, 2016.

Observamos pelas colocações dos alunos ilustrados no quadro acima, uma visão restrita do papel do negro na sociedade brasileira, limitando-se apenas a cultura, a culinária e a sua condição de escravo e a Lei nº 10.639/2003, contida com mais abrangência no PPP, proporcionaria ao professor subsídios para a planejar atividades envolvendo outros temas como os citados por Munanga (2005): preconceito, discriminação e racismo e a grande relevância da participação negra no campo da política, economia e outras áreas sociais e, com isso, desconstruindo conceitos de superioridade de um ser sobre outro, onde impera a supremacia do pensamento eurocêntrico.

Ao omitir conteúdos em relação à história do país, relacionados à população negra, ao omitir contribuições do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e ao reforçar determinados estereótipos, a escola contribui fortemente para a constituição de uma ideologia de dominação étnico-racial (ROCHA,2006, p.75).

Outras questões abordadas dentro dessa categoria dizem respeito de como ficaram sabendo da existência da Lei nº 10.639/2003, se já participaram de curso de formação

continuada e o que trata o seu conteúdo. Essas informações são essenciais para percebermos junto aos docentes aquilo que sabem a respeito da lei, para podermos verificar se suas práticas pedagógicas estão atendendo os seus dispositivos, mesmo não constando de maneira clara no PPP da 3ª URGE.

- Como ficaram sabendo da existência da Lei nº 10.639/2003?

R: A partir do momento que ela foi publicada ela, nós ficamos apar da situação e foi algo interessante que e precisamos trazer pra nossa realidade mostrar para o oo nosso povo, a nação quilombola e aí eu passei a ler bastante ela e fazer as comparações né, do que havia (PROF. XANGÔ, B.M. ENTREVISTA, 2016).

R: “É por que a gente já tra...trabalhava né a antiga Lei e quando ela foi implementada a gente já tava no quadro trabalhando aí ficando agente começou a trabalhar com mais eficácia (PROF. IEMANJÁ, N.P. ENTREVISTA, 2016).

R: “Através de leitura né, de...documentos que vem pra escola né... (PROF. OGUM, N. P. ENTREVISTA, 2016).

R: “ Bom, da existência eu fiquei sabendo na questão da formação que tenho quando é digamos, geografia da Amazônia, que eu fiz uma instituição, foi um dos primeiros passos, depois nas próprias reuniões de secretaria de educação e quando cheguei na área quilombola, mas ainda, por que a Lei ela é muito trabalhada aqui pelos professores, direção e demais comunidades. (PROF. OXÓSSI, B.M. ENTREVISTA, 2016).

R: Através de movimentos, de encontros de educação quilombolas promovidos pela SEMED e pelas associações da área onde eu trabalho. (PROF. IANSÃ, N.P. ENTREVISTA, 2016).

- Participaram de curso de formação sobre a Lei

R: “[...] desde de 2003, curso de formação pra os professores quilombolas né...e seminários em janeiro de 2016 em Oriximiná e todos os outros cursos voltado a Educação quilombola.” (PROF. XANGÔ, B.M. ENTREVISTA, 2016).

R:Sim. Nós temos o o projeto da... Vagalume... é pela UFF que eles ministram alguns cursos pra gente. (PROF. IEMANJÁ, N.P. ENTREVISTA, 2016).

R: Ainda no momento não. (PROF. OGUM, N. P. ENTREVISTA, 2016).

R: “[...] aquela parte da educação patrimonial, já participei de outros que foi apresentados, esqueci no momento o nome! Que foi apresentados , um curso, com os professores também do COPI, e o segundo que foi a oficina no barracão de Fatima no município de Oriximiná.” (PROF. OXÓSSI, B.M. ENTREVISTA, 2016).

R: Sim, foram três, são promovidos pela a Secretaria Municipal de Educação e a Arqmo, junto com outras associações de área. (PROF.IANSÃ, N.P, 2016. ENTREVISTA, 2016).

- Tem conhecimento e o que trata o conteúdo da lei?

R: [...] as diversidades culturais existentes no município e nas comunidades no qual fazem parte deste polo” (PROF. XANGÔ, B.M. ENTREVISTA, 2016).

R: “[...] da cultura identidade afro brasileira né, e a gente trabalha é voltado pra essa temática pra cultura identidade. (PROF. IEMANJÁ, N.P. ENTREVISTA, 2016).

R: “[...] ela já é conhecida há bastante né a gente já trabalha já muito tempo, só que eu acho que ela tem que ser mais bem trabalhada do que ela já é” (PROF. OGUM, N. P. ENTREVISTA, 2016).

R: “[...] a diversidade né, a diversidade na educação, não só quilombola, mas também inserindo a criatividade do aluno... trabalhamos a criatividade do aluno, a questões dele de artesanatos, a questão de adivinhas, então a questão de digamos assim, do trabalho assim do costumes e cultura que cada comunidade ou localidade ela tem (PROF. OXÓSSI, B.M. ENTREVISTA, 2016).

R: “[...] resgate e valorização da problemática em sala de aula. (PROF. IANSÃ, N.P. ENTREVISTA, 2016).

Os professores das Escolas pesquisadas informaram que tiveram conhecimento da lei das mais diversas maneiras desde a formação continuada, até por meio de leituras de materiais enviados pelo Ministério da Educação. Em relação à participação dos professores em curso que abordasse a lei, apenas um ainda não teve a oportunidade de estar presente em formação dessa natureza. Mesmo que a maioria tenha confirmado a sua participação em cursos de formação continuada, os mesmos apresentam dificuldades para apontar aquilo que está expresso na lei ou não dominam o seu teor que buscamos destacar abaixo:

§ 1º: O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003, p. 01).

A Lei nº 10.639/2003 é uma política pública educacional de grande relevância para a identidade negra, pois, através dela podemos inovar a nossa prática pedagógica em relação aos ensinamentos sobre a presença negra, na história de mais de quinhentos anos de Brasil. Ela vem proporcionar uma reflexão crítica e construtiva afim de compreender o estar do negro na sociedade brasileira, desde quando foram postos em situação de escravidão, perpassando pelas inúmeras conquistas. A lei representa um instrumento legal a serviço da educação e se for entrelaçada às práticas pedagógicas cumprirá uma de suas principais finalidades:

[...] um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos

materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação (CAVALEIRO, 2010, p. 19).

A fragilidade do conhecimento apresentada pelos professores pode comprometer a implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas, contrariando a importância desse documento para os descendentes de seres humanos escravizados. Isso pode provocar um retrocesso nas conquistas dos negros, inclusive dos que moram nos quilombos do Alto Rio Trombetas, provocando uma ruptura com os seus antepassados e fortalecendo a ideologia dominante, herança da nossa colonização ainda permeada, nas nossas práticas sociais.

A Lei nº10.639/03 completou uma década de promulgada em 2013 e ainda há dificuldades para sua implementação. Muitos seriam os motivos que poderiam ser atribuídos a essa realidade presente em muitas escolas brasileiras. Falta de conhecimento sobre o conteúdo da lei, formação de professores ineficiente, gestão escolar pouco preocupada com as discussões provenientes da Lei, comunidade distante da escola e alheia aos assuntos que ela debate, alunos que não se veem representados culturalmente no ambiente da sala de aula, ausência de propostas políticas etc. (ONOFRE, 2014, p.130).

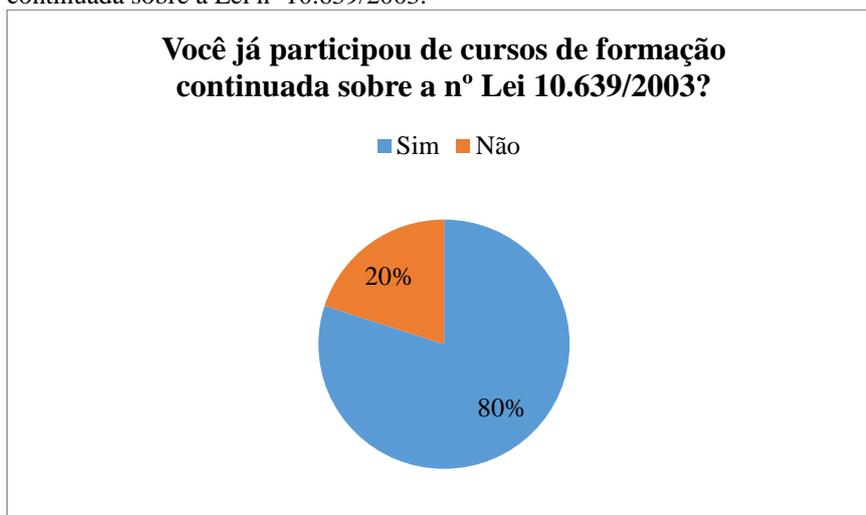
Existem muitos fatores que impedem a vivência da lei na sua totalidade entre eles: a falta de uma discussão mais ampla e reflexiva sobre a sua importância no processo de formação de professores e uma abordagem mais profunda no currículo escolar. De qualquer modo, à sua maneira alguns educadores sobressaem na dianteira de sua aplicabilidade mesmo alguns deles não terem recebido subsídios conceituais fundamentais a seu respeito por isso, a necessidade da formação continuada aos professores, e ao executar determinada atividade saberia o seu real significado, firmando como um ato de aprendizado consistente construindo um aprender onde o reconhecimento, a aceitação e o respeito pela cultura afrodescendente seja uma rotina na sua prática pedagógica:

Reconheço o grande avanço que significa a Lei 10 639/2003, que visa fazer o resgate de nossa história e de nossa memória e torná-las patrimônio cultural de todo o povo brasileiro, mas tenho que elevar a minha voz para dizer que esta lei não está sendo cumprida, ou tem a sua implementação dificultada, por todos aqueles que não querem mudanças nas relações de dominação racial em nosso país. (NASCIMENTO, 2012, p. 75).

Outra questão que nos chama atenção é o fato de 80% dos professores (Ver gráfico 2) terem participado de cursos de formação sobre a lei, o que demonstra que a maioria já teve acesso a alguma informação sobre as suas diretrizes, no entanto, ao apresentarem insegurança ou mesmo total desconhecimento sobre a mesma podemos concluir que essas formações não atingiram os seus objetivos de formar professores aptos para incluir nas suas

práticas pedagógicas atividades, envolvendo os ditames da lei de forma consciente, ou como nos diz Paulo Freire (1999, p. 43): “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. [...] Por isso o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”.

Gráfico 2 - Participação dos professores entrevistados em cursos de formação continuada sobre a Lei nº 10.639/2003.



Fonte: Entrevista-professor, 2016.

A aplicabilidade da lei sustentada nos princípios da liberdade humana trará uma nova postura ao professor, pois sua práxis será dotada de sentidos e significados, ou seja, será consubstanciada na ação-reflexão, principalmente, em se tratando de práticas que se propõe a quebrar paradigmas a respeito da questão negra, desnudando outros valores, não somente aqueles aprendidos pelos alunos das escolas pesquisadas, ou seja, a lei e a prática pedagógica nesse caso não podem estar dissociadas uma da outra ou como enfatiza novamente Freire (1999, p.12): [...] “O melhor para lutar por ela é vivê-la. Em nossa prática, testemunhá-la”.

5.4.2 A Lei nº 10.639/2003 e Prática Pedagógica de professores em escolas quilombolas

Esta segunda categoria serviu para verificar junto aos professores qual a importância da sua prática pedagógica para a aplicabilidade da lei e quais as atividades que desenvolvem para que isso aconteça, assim como, as dificuldades que enfrentam na inclusão da temática negra e conhecimentos locais quilombolas no currículo das escolas pesquisadas.

- Qual a importância da sua prática pedagógica para aplicabilidade da Lei em escolas localizadas em áreas quilombolas?

R: “[...] eu faço a a conectividade da Língua Portuguesa com a língua popular dentro dos territórios quilombolas, mas eu trabalho a valorização dos territórios, eu trabalho os limites dos territórios, o eu trabalho o nosso público existente, então eu faço o que é chamado de, da comunicação entre diferentes áreas [...]” (PROF. XANGÔ, B.M. ENTREVISTA, 2016).

R: “Acredito que seja pra pra fortalecer essa cultura que se você trabalha, a gente trabalha né a cultura não fica esquecida é us us us us novatos a nova geração ela vem tendo conhecimento se a gente trabalhar, se a gente deixar esquecida eles não vão u uus, us novos não vão mais saber daquela cultura que antes né é é fez parte da sociedade” (PROF. IEMANJÁ, N.P. ENTREVISTA, 2016).

R: “Olha, a lei ela é bem clara né, pra nós trabalharmos nas escola, então é por isso que a gente professor acha que a gente tem que trabalhar com ela pra puder ela ter a sua garantia e valorização sobre os as escolas que a gêntia trabalha né. (PROF. OGUM, N. P. ENTREVISTA, 2016).

R: “Bom, a minha prática pedagógica [...] trazendo assim porque e, como to falando, eu vou falar assim, trabalho e diversidade [...] por exemplo, cantigas locais, ai nós temos artesanatos locais, é aí nós temos, por exemplo, a questões que levam o aluno a o espaço geográfico da localidades, quanto a vida do patrono nessa escola Baldoíno Melo [...], que era um líder né aqui [...] tudo isso a gente insere dentro da nossa prática pedagógica por que não adianta eu trazer, por exemplo, ah eu trazer prática que não seja assim, nada haver com a questão quilombola, por que ele geralmente eles conversam com a gente, olha nós queremos trabalhar o que é nosso, mas dentro da prática pedagógica a gente também faz a questão de interação, questão educação quilombola e as demais educações não quilombola, sempre fazemos esses intercambio né” (PROF. OXÓSSI, B.M. ENTREVISTA, 2016).

R: “Olha a...relevância é, é de fundamental importância, por que? porque o próprio quilombola ele não se auto titula quilombola. Ele tem entre eles simplesmente um, um pré conceito que eles sejam chamados de quilombolas, por que? por não conhece a sua matriz, pra não ter conhecimento e quando nós se tem conhecimentos se julga algo que não é. E quando a gente traz esses temas pra sala de aula, o aluno começa a ter uma noção do que é ser quilombola” (PROF. IANSÃ, N.P. ENTREVISTA, 2016).

- Quais são os maiores desafios encontrados nas suas disciplinas para a inclusão de assuntos referentes à temática negra?

R: “É um mundo letrado né, nosso povo não é letrado, num tem hábito da leitura e isso dificulta um pouco né, por que parte desse nosso contexto ele tem que ser escrito pros acervos ficarem e o que tem livro o nossos alunos, eles não tem o habito de leitura[...]” (PROF. XANGÔ, B.M. ENTREVISTA, 2016).

R: “É é assim a aa falta de material né, que é o material mais acessível pa gente é do vagalume, então a gente não é é a internet por exemplo, que a gente faz pesquisa é só na cidade que a gente faz, a gente não tem aqui, então isso dificulta muito a gente não pode fazer um trabalho de pesquisa [...]” (PROF. IEMANJÁ, N.P. ENTREVISTA, 2016).

R: “Professor ó, eu sinto assim, falta de...sim tipo de argumento, pesquisas que as vezes a gente quer alguma coisa pa pesquisar, alguns assuntos pa inovar, e a gente acha dificuldade” (PROF. OGUM, N. P. ENTREVISTA, 2016).

R: “Bom, o primeiro momento eu tive assim um impasse, por que assim, não questão, de não, de não ter conhecimento, mas assim que eu tenho

recen...recentemente torna trabalhando é a primeira experiência numa escola quilombola [...]. Meu Deus do céu! será que eu vou me sobressair diante dessa situação tendo a primeira experiência em uma escola quilombola [...]" (PROF. OXÓSSI, B.M. ENTREVISTA, 2016).

R: "O aluno auto se aceitar como quilombola e negro, o remanescente de quilombo ele não se auto aceita como negro e nem como quilombola, o empecilho é aí quando se trata também da educação... da religião, da religiosidade em sala de aula. O aluno não tem é, interesse em conhecer as religiões de matriz africana pro que já são mi...meitificadas, digamos assim, já criaram um mito, dizendo que algo é ruim na cabeça dele, e pra derrubar e transpor esse muro do da falta de conhecimento é aí que as nossas barreiras como professor esse de, de ensino das artes" (PROF. IANSÃ, N.P. ENTREVISTA, 2016).

A prática pedagógica se caracteriza por sua intencionalidade, no intuito de atender determinados objetivos pré-estabelecidos, permeados por elementos constitutivos da comunidade escolar, como os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Nesse sentido, a prática pedagógica reveste-se da responsabilidade de mediar conhecimentos e oportunizar uma formação que possa influir de maneira positiva na vida dos educandos a partir da sua realidade histórica, interligando-o com o universo mais amplo de conhecimentos. A prática pedagógica, conforme Souza (2012, p. 28) nos remete a:

Processos educativos em realização, historicamente situados no interior de uma determinada cultura, organizados, de forma intencional, por instituições socialmente para isso designadas implicando práticas de todos e de cada um de seus sujeitos na construção do conhecimento necessário a atuação social, técnica e tecnológica.

Essa constatação da prática pedagógica na construção social humana chega com mais intensidade, em escolas de quilombos, pela singularidade do lugar o qual está carregado de valores e tradições construídos na égide de batalhas pela conquista do direito de estar e ser livre, além de proporcionar aos alunos conhecimentos necessários para sua inclusão, em um mundo em constante transformação. Diante disso, a prática pedagógica dos professores de escolas quilombolas abarca dupla finalidade: trazer o novo para sala de aula e preservar o existente com a finalidade de manter a identidade dos descendentes de seres humanos escravizados que habitam as margens do Alto Rio Trombetas.

Nessa perspectiva, a prática pedagógica requer uma reflexão sobre a sua importância na consolidação da Lei nº 10.639/2003, no currículo escolar ou como diria Freire (2011, p. 24), de "criar possibilidades para a sua produção e a sua construção". Eis a importância da prática pedagógica, nesse processo, oportunizar momentos de aprendizagem valorativa quando abordar temas sobre a África e os descendentes de africanos no Brasil de forma segura e com embasamento solidificado em um marco legal, como a citada lei.

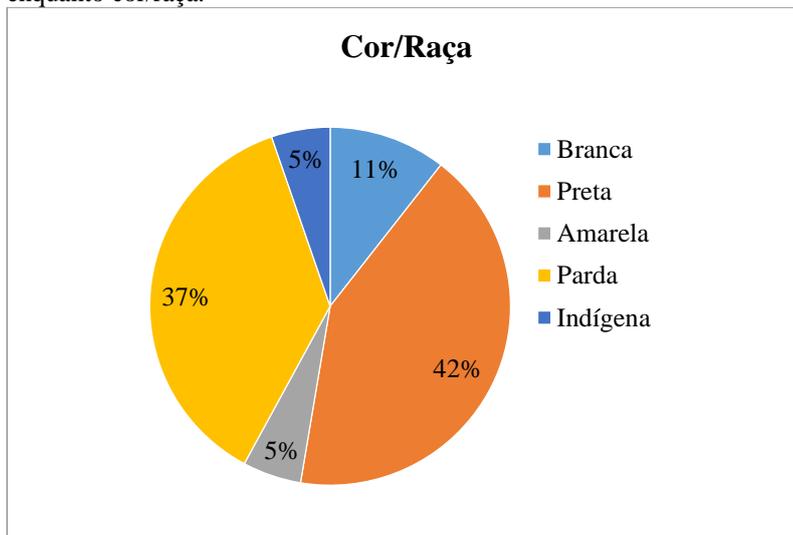
Ao analisar os dizeres dos professores sobre a importância da sua prática pedagógica para a aplicabilidade da lei em escolas quilombolas, os mesmos não são explícitos ao expressarem as suas respostas, mas, de alguma forma apontaram algumas contribuições como: ajudar o aluno negro aceitar-se como quilombola, a inclusão da cultura local nas atividades escolares, fazer a interação da educação quilombola com as demais educações não quilombola e conectar a Língua Portuguesa com a língua popular dos territórios quilombolas. Essas questões levantadas pelos professores tornam-se interessantes, pois, mesmo não dominando ou não sabendo dos direcionamentos propostos pela lei, eles percebem que suas práticas pedagógicas colaboram de alguma forma para fortalecer a identidade étnica-cultural dos quilombos do Alto Rio Trombetas.

Dessa forma, essas práticas necessitam estar circundadas daquilo que Freire (2006) denomina como reflexão teórico-prática, ou seja, os professores precisam dar sentido a sua práxis por meio de uma proposta pedagógica onde a lógica de ensinar seja um ato de liberdade dentro de um contexto onde ação e reflexão precisam estar em constante movimento. A prática pedagógica em escolas de quilombos lida com memórias coletivas de alunos cercados de valores próprios de sua gente e as quais foram ou ainda são negados nas práticas pedagógicas. Segundo Moreira e Candau (2007, p. 25):

[...] legitimam-se saberes socialmente reconhecidos e estigmatizam-se saberes populares. Silenciam-se as vozes de muitos indivíduos e grupos sociais e classificam-se seus saberes como indignos de entrarem na sala de aula e de serem ensinados e aprendidos. Reforçam-se as relações de poder favoráveis à manutenção das desigualdades e das diferenças que caracterizam nossa estrutura social.

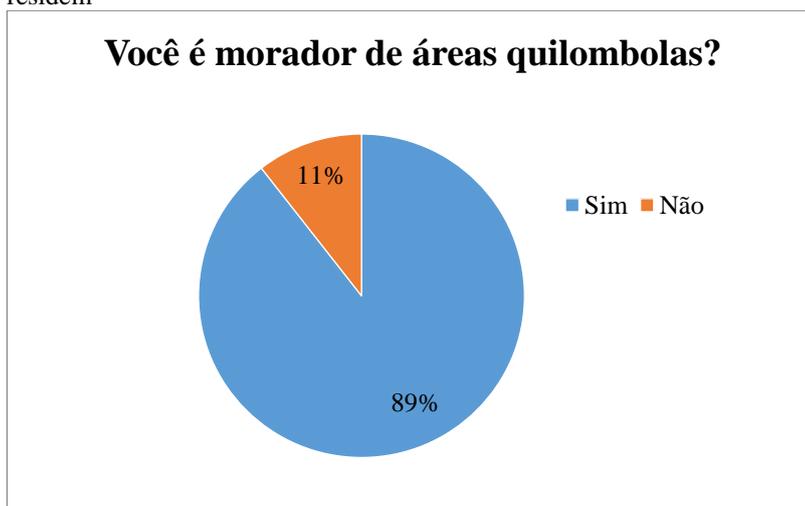
Portanto, a prática pedagógica em escolas de quilombos podem vislumbrar novos caminhos para ampliar o reconhecimento da identidade negra quebrando tabus impostos pela ideologia eurocêntrica de que ser negro é sinônimo de ser diferente, como bem aponta um dos professores ao acenar que alguns alunos não se aceitam como descendentes de seres humanos escravizados, mesmo a maioria deles se autodeclara negros e são moradores de comunidades quilombolas há pelo menos 12 anos em média, conforme os gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 - Resposta dos alunos entrevistados em relação à auto-declaração enquanto cor/raça.



Fonte: Questionário aluno, 2016.

Gráfico 4 - Resposta dos alunos entrevistados em relação à área onde residem



Fonte: Questionário aluno, 2016.

A dificuldade dos alunos em aceitarem a sua descendência pode provocar uma negação com o passado ocasionando a supressão de sua origem étnica-cultural, portanto, fardada ao desaparecimento. Ao reconhecer que sua prática pedagógica é um mecanismo de auto-aceitação, o professor pode atrelar a lei às atividades elaboradas, visando o aluno negro ater orgulho de suas raízes africanas e o efeito seria mais eficaz, exatamente porque a sua prática pedagógica retrataria uma política pública cuja a finalidade volta-se para a valorização, preservação e a aceitação da identidade negra, principalmente para esses alunos

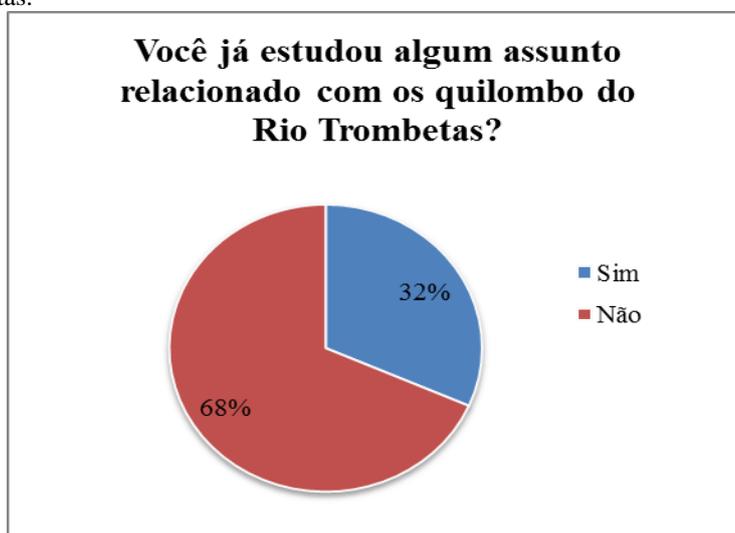
que rejeitam a sua gênese, logo “Ensinar exige reconhecimento e assunção da identidade cultural” (FREIRE, 2002, p. 41).

A inclusão de assuntos locais nas ações docentes é um fator relevante para a construção de um novo currículo onde os saberes quilombolas possam estar em permanente diálogo com outras formas de conhecimentos. Mas esses conhecimentos precisam ser trabalhados de forma organizada, planejada e com objetivos claros e definidos, com base num currículo que garanta a sua legitimidade, a sua existência, desconstruindo conceitos do colonialismo, os quais os vê como inferiores, portanto sem valor: “Os currículos, programas, materiais e rituais pedagógicos privilegiam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnico-raciais presentes na sociedade” (SILVA, 2001, p. 16).

A importância de conhecimentos locais no currículo escolar facilita a compreensão do percurso histórico, a partir de duas visões: a “oficial” (eurocêntrica) e das experiências concretas do aluno e de sua descendência (saberes locais), em se tratando de escolas de quilombos torna-se necessário a sua importância para que o aluno se perceba como participante de um grupo étnico-cultural símbolo de lutas e resistência e não somente como “descendente de escravos”, como a ideologia dominante ainda os classificam. Os conhecimentos locais fortalecem a identidade étnica do aluno.

Quando um dos professores entrevistado ressalta que o aluno negro tem dificuldade em aceitar-se como quilombola pode ser ausência ou pouco destaque que o mesmo recebe no currículo escolar, como apontam as respostas ilustradas no gráfico 5 na página seguinte, do questionário aplicado aos alunos dos 8º e 9º anos das escolas pesquisadas.

Gráfico 5 - Resposta dos alunos entrevistados em relação ao estudo de assuntos sobre os Quilombos do Alto Rio Trombetas.



Fonte: Questionário aluno, 2016.

O gráfico anterior demonstra um número significativo de alunos dos 8º e 9º anos (68%) das duas escolas pesquisadas afirmando que não estudaram nenhum assunto relacionado aos quilombos do Alto Rio Trombetas. A ocultação desses saberes locais na formação intelectual dos alunos quilombolas significa a anulação da sua identidade étnico-cultural e se a escola de quilombo não se preocupar em oferecer no seu currículo assuntos voltados ao resgate, valorização e disseminação, dificilmente, outra instituição de ensino fará e se fizer não será com o mesmo significado que esses saberes representam para os moradores de quilombos e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica traz em seu Art. 35:

I – garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;

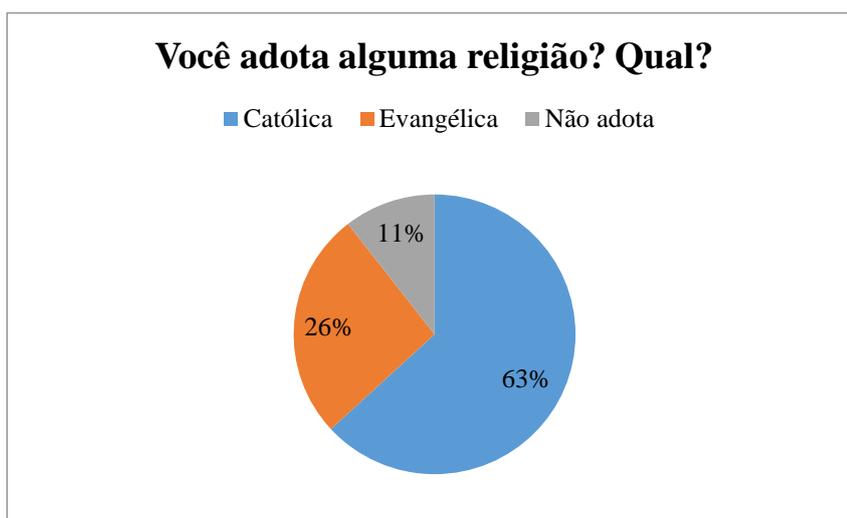
II – implementar a Educação para as Relações Étnico-raciais e o Ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº 9.394/96 na redação dada pela Lei nº 10.639/03, e da resolução CNE/CP nº1/2004.

III – reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana. (...)

V – garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importante eixo norteador do currículo [...] (BRASIL, 2012, p. 34).

A Lei nº 10.639/2003 é uma política pública de visibilidade a conhecimentos silenciados ou abordados apenas como folclore popular e em datas comemorativas, por isso, a importância de conhecê-la, no intuito de repensar a nossa postura pedagógica e ao abordá-los em sala de aula temos que ter em mente que fazem parte da vida dos educandos moradores de quilombos, logo não são mitos, ao contrário, representam a sua existência real e os perceber como produtores de conhecimento vivos fará de nós verdadeiros educadores (MUNANGA, 2005).

A interação “da educação quilombola e as demais educações não quilombola”, ao remeter essa colocação, um dos professores entrevistados menciona em suas palavras a diversidade étnico-cultural, isso é de grande relevância, pois frequentam diariamente as escolas quilombolas pesquisadas alunos negros, indígenas, pardos e brancos os quais são praticantes de culturas variadas e seguidores de diversas religiões. Na próxima página, encontra-se o gráfico 6 com o percentual das religiões adotadas pelos alunos dos 8º e 9º anos do ensino fundamental das escolas quilombolas pesquisadas.

Gráfico 6 - Religiões adotadas pelos alunos entrevistados

Fonte: Questionário aluno, 2016.

A Lei nº 10.639/2003 inserida dentro desse contexto cria situações de aprendizagens significativas para que os alunos possam conhecer e respeitar as diferenças culturais e religiosas uns dos outros e perceberem que o Brasil é a soma de tudo isso, cabendo a nós professores ensinar reflexivamente o papel de cada um nesse processo de formação da identidade nacional (MUNANGA, 2008). A lei não é restrita somente a educação de alunos negros, mas a coletividade de sujeitos oriundos dos diversos grupos étnico-culturais que juntos podem aliar-se na reconstrução da história do negro a partir de um olhar desconstruído de preconceitos.

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p. 16).

O professor é um dos elos fundamentais para a aprendizagem do aluno, por isso, é de suma importância que o espaço escolar onde este profissional atua seja equipado de recursos didáticos variados para atender as suas necessidades pedagógicas, visando dinamizar as aulas.

No entanto, sabemos que uma certa parcela das escolas públicas brasileiras não oferece aos professores materiais didáticos necessárias ao desenvolvimento de práticas pedagógicas que facilitem a aprendizagem do aluno, como pontua um dos professores ao

apontar que a ausência de um acervo escolar o qual possa usar como fonte de pesquisa, como a internet é um dos impedimentos para a inclusão de assuntos referentes a temática negra em sua disciplina.

Outro professor cita que povo não é letrado e por conta disso, não tem o hábito da leitura. A constatação do professor torna-se um chamado para a importância da leitura na aquisição de qualquer conhecimento e um alerta as escolas no intuito de aprimorar a sua prática pedagógica, em relação ao melhoramento da aprendizagem da leitura por parte de seus alunos.

5.4.3 A Lei N° 10.639/2003 e a criação de uma disciplina específica para abordagem de conteúdos referentes a história e cultura negra.

Esta categoria apresenta a percepção dos professores entrevistados acerca da criação de uma disciplina específica para abordagens de conteúdos relacionados aos conhecimentos voltados a história e cultura negra na parte diversificada do currículo escolar nas escolas quilombolas do município de Oriximiná.

- Na sua opinião há necessidade da criação de uma disciplina para abordar as diretrizes da lei?

Professor, no meu ponto de vista seria não né, por que a cultura afro brasileira e africanas elas se encontram em todos os componentes curriculares né, é eu vejo é esse trabalho dentro da língua portuguesa, eu vejo dentro da História, da Geografia, isso vai depender muito do docente que vai trabalhar, entender de fato e saber conciliar e esse assunto. Então eu acho que ele está presente em todos os componentes curriculares, resta agora ele colocar na prática. (PROF. XANGÔ, B.M. ENTREVISTA, 2016).

Eu penso que não, porque a gente já trabalha na história, já trabalha na Arte, na Língua Portuguesa, então, é não vejo a necessidade de ter um componente curricular específico pra essa temática. (PROF. IEMANJÁ, N.P. ENTREVISTA, 2016).

Sim. Tá eu acho que tinha que ter uma disciplina, tipo de apoio de muita importância na escola pra próprios os alunos, é assim, enxergar e sentir que há necessidade de ser valorizado né a cultura local (PROF. OGUM, N.P. ENTREVISTA, 2016).

Bom, eu não vou deixar os companheiros aqui pelo o que participei eles estão lutando para que fique né, uma disciplina pra se trabalhar a questão é componente curricular digamos, mais como eu ressaltar, nós já trabalhamos, mas como aqui nós só a questão é quilombola aqui da escola Baldoíno Melo, como a mais escola quilombola que eles tão lutando pra que venha acontecer ser um componente curricular né, específico da área. (PROF. OXÓSSI, B.M. ENTREVISTA, 2016)

Positivo, é necessário, sim, já está em processo aí, a cultura identidade que não vai abordar somente a cultura negra e sim a cultura indígena, que parece se não tenho bem conhecimento, foi reformulado da 10.639, porque não incluía a cultura

indígena, por que, hoje nós somos uns, nós somos na Amazônia negro indigenados, então não poderia deixar de lado a cultura indígena em sala de aula. (ROF.IANSÃ, N.P. ENTREVISTA, 2016).

Quando questionados se haveria a necessidade da criação de uma disciplina específica para abordar as diretrizes da lei, dois professores se manifestaram a favor, dois disseram que não e um professor não soube opinar, mas a percepção que tem a respeito do assunto adquirido com o convívio com os seus pares é que eles (os professores) estão lutando para a criação de uma disciplina. Os dois professores contrários à criação de uma disciplina para abordar conhecimentos referentes aos ensinamentos sobre a questão negra justificam que já são trabalhados em outras disciplinas. Por outro lado, os professores a favor de uma disciplina voltada aos ditames da lei alegam que a cultural local será valorizada e proporcionará a inclusão também de conhecimentos indígenas no currículo escolar.

As legislações as quais normalmente usadas para a elaboração dos PPPs e outras políticas educacionais não especificam se os temas relacionados a História da África e dos descendentes de africanos no Brasil ou dos indígenas devam formar uma disciplina obrigatória ou diversificada do currículo escolar. A própria Lei nº 10.639/2003 no parágrafo no “§ 2º nos diz: Os conteúdos referentes à história e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana acenam para a seguinte orientação:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares. (BRASIL, 2004, p. 22).

Diante dessas diretrizes, reafirmamos o nosso posicionamento sobre a importância da participação de todos os membros da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, discussão e elaboração do PPP das escolas. Pois, ele sintetiza os anseios e as necessidades de cada escola em conformidade com a sua visão de homem e de mundo que ela visa para seus alunos. Como já dito a educação não pode estar dissociada das questões históricas e a lei nº 10.639/2003 pode ajudar as escolas e os sistemas de ensino a solucionarem seus impasses em relação ao seu atendimento em escolas quilombolas.

A construção de uma proposta pedagógica é acima de tudo uma ação dialética, onde opiniões divergem, dúvidas surgem e uma reflexão crítica sobre a práxis docente e sua intencionalidade pode ajudar a dirimir questões polêmicas como estas e cabe a comunidade escolar, juntamente com o sistema de ensino a qual pertence discutir, analisar e implementar uma proposta de acordo com o Parecer CNE/CP Nº 3/2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino e aos professores, com base neste parecer, estabelecer conteúdos de ensino, unidade de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares. Caberá, aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros (PARECER nº 03, 2004, p. 349).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO E PERSPECTIVAS FUTURAS

Hoje, tenho certeza que os negros que chegavam nas embarcações à “beira” da cidade de Oriximiná nos fins de tarde, enquanto esperava meu avô materno retornar das suas pescarias vinham de uma das 28 comunidades quilombolas do Alto Rio Trombetas, não porque perguntei novamente a alguém, mas porque tive o privilégio agora como pesquisador de estar com alguns deles e saciar a minha curiosidade de infância e perceber que existem e com uma história de vida pela liberdade que somente existe por lá.

São histórias reais como a de Baldoíno Melo, descendente de seres humanos escravizados, homem simples, mas um grande mestre em conhecimentos adquiridos em contato com a natureza e com seus pares e, com a simplicidade dos sábios, soube conduzir com maestria o legado de seu povo com suas rezas, previsões e curas, usando a medicina natural. Mestre Baldoíno e tantos outros quilombolas ajudaram para a afirmação da identidade étnica-cultural dos descendentes de seres humanos escravizados do Alto Rio Trombetas e eu, um grande entusiasta pela questão negra, sinto-me realizado enquanto ser humano e pesquisador, em contribuir de maneira singela, porém, rigorosa, com os resultados desta pesquisa, os quais poderão juntamente com os trabalhos pedagógicos e administrativos já desenvolvidos pelas escolas pesquisadas e demais escolas quilombolas, melhorar a ação docente no intuito de resgatar, valorizar e vivenciar a história negra e que o aluno quilombola sinta orgulho da sua identidade negra como forma de preservá-la.

Diante da curiosidade de criança e com o espírito científico descemos o Alto Rio Trombetas, a partir da cidade de Santarém, para verificar a seguinte hipótese: As práticas pedagógicas de professores lotados em escolas quilombolas *contribuem (de alguma forma)* para a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003, em um contexto social, histórico e geográfico singular na Amazônia e para a inclusão de conhecimentos locais, na compreensão do papel do negro na sociedade brasileira. Segundo as diretrizes da lei, o ensinamento de assuntos referentes à História da África e dos descendentes de africanos no Brasil torna-se obrigatório desde 09 de janeiro de 2013, em escolas públicas e privadas da educação básica de todo o país.

A lei é uma política pública de fundamental importância para a visibilidade negra, a qual deve estar desnudada de preconceitos ou termos que inferiorizam a pessoa humana, como escravo, ainda comumente usados nos direcionarmos àqueles postos em situação de escravidão, quer em conversas informais ou através de ensinamentos escolares. Sendo assim,

a lei vem combater esses ranços discriminatórios e fortalecer as conquistas dos negros, mesmo diante da crise moral e política que toma conta das instituições brasileiras.

O objetivo geral da pesquisa foi “Analisar como a Lei nº 10.639/2003 está sendo vivenciada nas práticas pedagógicas de professores em duas escolas quilombolas localizadas num espaço geográfico carregado de simbolismo para a memória negra na Amazônia” e teve como ênfase perceber se a lei está se materializando nas práticas pedagógicas dos professores. Diante desse objetivo, percebemos que a Lei nº 10.639/2003 de alguma maneira está sendo vivenciada nas práticas pedagógicas dos professores, mas de forma “insegura”, pelo fato de desconhecerem ou conhecerem precariamente o conteúdo da mesma, apesar da maioria deles afirmar ter participado de formação continuada sobre a lei. Dos cinco professores entrevistados, quatro afirmaram já ter realizado formação continuada sobre a lei, porém, ao serem indagados sobre o que trata o seu conteúdo, não foram capazes de explicitar nas suas falas, mesclando informações sobre variados assuntos, colocando em dúvida se essas formações atingiram a sua finalidade.

Com estas constatações, observamos que cabe a Secretária Municipal de Oriximiná- SEMED fazer uma avaliação dessas formações oferecidas aos educadores quilombolas, verificando a metodologia empregada e toda a logística, visando a corrigir possíveis falhas que porventura tenham comprometido um melhor aproveitamento por parte dos professores. Uma sugestão: que as formações fossem realizadas no “chão” das escolas quilombolas, reunindo os demais professores das escolas integrantes, tendo como ministrante o coordenador pedagógico, que receberia antecipadamente a sua formação para posterior socialização dos conhecimentos adquiridos, como preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais, no seu parágrafo 2º: “As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares”

Ao analisar as falas dos professores sobre aquilo que sabem sobre a lei nos reportamos a um curso de formação continuada oferecido pela SEMED/ Oriximiná em maio de 2015 sobre a aplicabilidade da lei no currículo escolar, no qual o pesquisador foi participante, e que passamos a elencar alguns aspectos que podem ter influência sobre o que os professores entrevistados sabem a respeito da lei, como dito anteriormente, é de responsabilidade da Secretaria de Educação do Município avaliar os cursos oferecidos aos seus docentes:

- O espaço era amplo demais, por conta disso, alguns professores ficaram dispersos, levando alguns deles a ficarem distante fisicamente dos palestrantes;

- Grande número de professores para uma formação continuada, o que sugere haver a possibilidade de alguns terem saído com dúvidas por falta de oportunidade, ou a timidez impediu que fizessem perguntas sobre o teor do curso e de como aplicar a lei nas suas práticas docentes, dentre outros aspectos;
- Outro aspecto, o qual se torna mais complexo em propor mudanças, é a oferta de mais disciplinas com mais carga horária nos cursos de formação inicial de professores (graduação) que abordem a temática sobre a educação étnico-cultural.

O primeiro objetivo específico, que pretendeu verificar se há referência à Lei no Projeto Político Pedagógico da 3ª Unidade Regional de Ensino (URGE- Quilombola). Após leitura minuciosa do citado documento escolar quilombola, tendo como aporte legal a CF de 1998, a LDB 9394/2006, a Lei nº 10. 639/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-racial, e as Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola para a Educação Básica, e os estudos de Veiga (1988, 2001), Gomes (2001) e Onofre (2014), percebemos que a lei não recebe destaque na elaboração do PPP da 3ª URGE-Quilombola, dentre os documentos apontados na sua construção.

Sabemos que o PPP para o professor é a sua bússola, rumo ao norte, onde espera-se que no final de sua validade legal, no caso do PPP da 3ª URGE- Quilombola (2016 a 2018), as suas metas, missão, visão e outras expectativas contidas nele tenham sido atingidas com sucesso em relação a aprendizagem dos alunos. Por isso, a importância da participação da comunidade escolar na sua discussão, construção, implementação e avaliação. Contudo, notamos lacunas a serem preenchidas na próxima reelaboração do PPP da 3ª URGE-Quilombola e sugerimos as seguintes estratégias para que a Lei nº 10.639/2003 faça parte da sua sustentação legal.

Nos encontros pedagógicos, seria interessante abrir estudos sobre a Lei nº 10.639/2003, utilizando textos e resultados de pesquisas que envolvam a aplicabilidade da lei em outras escolas quilombolas. Isso melhoraria o conhecimento dos professores que se consideram quilombolas (60% deles) a respeito da lei e eles teriam novas oportunidades de aprender mais sobre a mesma, inclusive aqueles professores que chegam nas escolas pela primeira vez, pois, 40% deles apenas trabalham nas comunidades e não possuem residências fixa nas mesmas. Tendo ciência do que trata as diretrizes da lei e de outras, o processo de reelaboração do PPP da 3ª URGE- Quilombola ficaria mais dinâmico e o mesmo ganharia uma identidade quilombola.

Definição de uma proposta curricular cuja seleção de conteúdos possam ir além daquilo ensinado ou desenvolvido nas práticas pedagógicas dos professores pesquisados e apontados pelos alunos, na aplicação do questionário: capoeira, artesanato etc. Não queremos dizer que estes ensinamentos estão sendo trabalhados de maneira errônea ou que os professores se dedicam a ensinar “somente isso”, pelo contrário, é de suma importância para afirmação da identidade étnica-cultural dos descendentes de seres humanos escravizados do Alto Rio Trombetas, mas a inclusão de outros ensinamentos, conforme as diretrizes "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" preconizam, iriam ampliar os conhecimentos dos alunos sobre a questão negra.

O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade (BRASIL, 2004, p. 21).

A reestruturação no PPP da 3ª URGE- Quilombola é essencial, melhorando os aspectos existentes e introduzindo outros, com base em Leis como a nº 10.639/2003 e outras apontadas neste estudo. Isso traria aos docentes mais segurança ao desenvolver as atividades relacionadas à questão negra, ultrapassando o senso comum ainda permeado em algumas práticas educativas quando o assunto envolve o negro.

Constar no PPP as prerrogativas da lei ou o domínio de seu conteúdo por parte dos professores, não é suficiente para a vivência concreta da lei nestas escolas. Segundo Gomes (2001, p.89), “Por mais avançada que uma lei possa ser, é na dinâmica social, no embate político e no cotidiano que ela tende a ser legitimada ou não”. Acima de tudo, todos têm que assumir um compromisso com a preservação da liberdade humana, ameaçada hoje não mais por paredes frias das senzalas, mas pela grande desigualdade social que ainda assola o país atingindo negros, índios, pardos e até mesmo alguns brancos, impedindo-os de viverem plenamente como seres humanos no seu sentido mais natural.

O compromisso da aplicabilidade da lei nas escolas não se restringe somente aos professores, somos sabedores dos desafios da docência em lidar com os inúmeros obstáculos surgidos em sala de aula. Por isso, o conhecimento sobre a lei não compete somente a eles, cabe ao diretor, a coordenadora pedagógica, ao professor-coordenador, a secretaria escolar, enfim, todos aqueles envolvidos no ato educativo devem também adquirir conhecimentos

sobre a lei, formando um grande grupo coeso de apoio aos professores no desenvolvimento das atividades, uma vez que:

Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo-se como ponto de partida o presente parecer, que junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional (BRASIL, 2004, p 26-27).

Portanto, o PPP sustentado por um marco legal e teórico bem definido facilitaria o desenvolvimento de toda prática educativa e administrativa das escolas, proporcionando, principalmente ao professor direcionar o seu fazer pedagógico com mais segurança e com definições bem claras sobre aquilo que pretende desenvolver junto a seus alunos. Em se tratando de PPP quilombola, a Lei nº 10.639/2003 assume a dianteira das políticas públicas em prol de uma educação com o espírito libertário, vindo das senzalas que se entremeiam, nas práticas pedagógicas dos professores, numa fusão de conhecimentos locais de um dos principais quilombos da Amazônia: Os quilombos do Alto Rio Trombetas, reduto de negros descendentes de seres humanos escravizados que fizeram parte desse lugar, e que necessitam de uma morada, como diz Cavalleiro (2000, p. 34): “Nós negros queremos apenas um lugar tranquilo para vivermos, construirmos os nossos lares e sermos respeitados, um lugar onde nossos filhos possam estudar, brincar e trabalhar sem serem motivo de chacota dos colegas”.

O segundo objetivo da pesquisa visou “investigar quais estratégias de ensino são utilizadas pelos professores para a inclusão da Lei nº 10.639/2003 nos conteúdos escolares. No caminhar para cumpri-lo, verificamos que os professores das escolas lançam mãos de várias metodologias de aprendizagem, mesmo que o PPP da 3ª URGE Quilombola não evidencie quais as estratégias deverão ser utilizadas para o desenvolvimento das atividades, bem como os assuntos que compõem as matrizes curriculares de cada disciplina. Entre as práticas pedagógicas para a inclusão da lei usadas pelos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Baldoíno Melo” está o desenvolvimento do “Projeto: Diversidades Culturais Quilombolas Locais na Escola Municipal “Baldoíno Melo”, cujo objetivo geral é “Elucidar fatos reais das tradições históricas e culturais através das pesquisas, entrevistas, registros e comentários que em parte está submerso” talvez escondido pelo racismo ou pela modernização atual, mas que algo precisa ser feito, resgatado, preservado e publicado.

As demais estratégias usadas pelos professores pesquisados estão desassociadas do PPP da 3ª URGE-Quilombola e de outros projetos surgidos a partir deste, ou seja, são atividades desenvolvidas por iniciativa própria dos professores sem que haja uma discussão

mais ampla e aprofundada sobre a base de suas construções, definições e registro no PPP da 3ª URGE-Quilombola.

Ressaltamos que não basta, após o resultado final deste estudo, apenas incluir no PPP da 3ª Unidade Regional de Gestão Escolar- Quilombola a exaltada lei, a sua aplicabilidade é mais que uma determinação legal, ela representa a vida de negros que foram dizimados quando estavam sob o peso da escravidão e acima de tudo a liberdade humana, o bem maior de todos nós. Portanto, a sua aplicabilidade requer planejamento, compromisso e objetivos escolares bem definidos se não corremos o risco de apenas cumprir um rito pedagógico sem sentido, na vida de alunos quilombolas ou não. “Por mais avançada que uma lei possa ser, é na dinâmica social, no embate político e no cotidiano que ela tende a ser legitimada ou não” (GOMES, 2001, p.89). A Lei necessita ser vivida com toda a sua trajetória histórica, a qual professores e alunos precisam conhecer de forma dialética e dialógica, juntamente com a papel do negro no século XXI. “A educação é um ato de amor e de coragem, não pode temer o debate” (FREIRE,1999 p. 40).

O terceiro objetivo buscou identificar se nas práticas pedagógicas dos professores das escolas quilombolas existem evidências de inclusão de conhecimentos locais na formação acadêmica dos alunos. Lançando mãos dos estudos dos autores do marco teórico e das normativas legais e das falas dos professores, averiguamos a presença de conhecimentos locais nas práticas pedagógicas dos docentes. A Escola Baldoíno Melo, com seu projeto: “Diversidades Culturais Quilombolas Locais na Escola Municipal “Baldoíno Melo” e a Escola “Nossa Senhora Piedade”, através dos 08 alunos que responderam ao questionário, percebemos indícios de já terem sido abordados tais assuntos.

A inclusão de conhecimentos locais no currículo das escolas quilombolas é uma forma de se contrapor ao conhecimento universal (eurocêntrico), não como competição ou imposição, mas como uma alternativa, uma outra visão sobre o mundo. Propomos então que haja um diálogo entre eles no currículo escolar de maneira que o conhecimento local ganhe visibilidade, passando de atividade meramente cultural a assuntos a serem investigados e estudados para a compreensão do mundo, tendo como ponto de referência o rico acervo epistemológico que circunda os quilombos do Alto Rio Trombetas.

De modo algum estamos elevando os conhecimentos quilombolas a um patamar de destaque no currículo, como somente alunos dessa descendência frequentasse as escolas “Baldoíno Melo e “Nossa Senhora Piedade”, pelo contrário, lá estão indígenas, brancos e pardos. Diante dessa realidade étnico-cultural salientamos a importância da Lei nº

10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Diversidade na reformulação do PPP da 3ª URGE- Quilombola:

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e européia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas. (BRASIL, 2004, p. 18).

Reforçamos o nosso ponto de vista que somente a reformulação do PPP da 3ª URGE- Quilombolas, tendo como uma das diretrizes legais a Lei nº 10.639/2003, objeto de estudo desta pesquisa, não é suficiente para o seu cumprimento. É necessário o comprometimento de toda a comunidade escolar e um planejamento das atividades envolvendo a questão negra, com base naquilo pré-determinado e contido no PPP da 3ª URGE-Quilombola, quesito também ausente nas suas orientações didáticas. A prática pedagógica não pode ser executada no vazio, ela tem a necessidade de estar atrelada a uma proposta pedagógica elaborada a partir de um estudo minucioso sobre a realidade escolar, o nível de aprendizado dos alunos e aquilo que ele necessita apreender para crescer dentro de um contexto onde a sua identidade étnico-cultural esteja interligada a um panorama mundial de grandes transformações.

A educação sempre necessitou de grandes investimentos por parte dos governos federal, estadual e municipal, mas comumente constatamos o processo de sucateamento que vive a educação brasileira há muitos anos e isso afeta diretamente a qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas de todo o país, estejam elas localizadas na zona urbana ou rural. Sendo as escolas da zona rural as mais prejudicadas devido a sua localização geográfica, dificultando o acesso a elas.

No caso das escolas quilombolas de Oriximiná temos escolas distantes 12 horas de viagem, situação já descrita anteriormente. Essas escolas são normalmente desassistidas de luz elétrica, água encanada, internet e telefonia fixa ou móvel e outros serviços essenciais para uma sociedade em constante evolução, como a nossa. Salvo em algumas delas a luz elétrica é fornecida durante o horário de aula e a água é retirada de poços artesianos como é o caso das duas escolas pesquisadas. Mesmo assim, esses serviços oferecidos pelo poder público da

cidade de Oriximiná não são suficientes para atender as necessidades das escolas, há muito a ser feito em termos de apoio material e pedagógico as duas escolas estudadas.

Entre os maiores desafios apontados pelos professores para a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 nas práticas pedagógicas está a falta de material para pesquisa, neste caso; seria primordial que a Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná- SEMED, juntamente com as escolas, fizessem um levantamento do acervo bibliográfico para verificar quais as obras literárias que as mesmas possuem para posterior aquisição de livros junto ao governo federal, através do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)⁴³, e campanhas junto à empresas que fazem a exploração de recursos naturais (bauxita, castanha e madeira) na região, além da instalação de uma antena para a captação do sinal de internet, iniciativas necessárias na melhoria da educação oferecida pelas escolas quilombolas do Alto Rio Trombetas, assim como, as demais escolas da zona rural do município.

Outro resultado da pesquisa, o qual dividiu a opinião dos professores, é o que diz respeito a criação de uma disciplina específica para o trato das orientações da lei, aparecendo dois professores a favor e dois contra, e um apoiou-se na opinião de outros professores ao emitir a sua, a qual necessariamente não reflete com segurança o seu desejo. Se olharmos novamente para o § 2º da Lei nº 10.639/2003: “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”, notamos que a lei é bastante ampla, ou seja, ela pode transitar em toda a extensão do currículo escolar em especial, mas não obrigatória, nas áreas de Artes, Literatura e História, configurando que todos os professores são responsáveis para a sua vivência nas escolas.

Em relação a criação de uma disciplina voltada a sua disseminação ou o trato com a diversidade étnico-cultural nas escolas de quilombos, como em todo o seu sistema de ensino, cabe a Secretaria Municipal de Educação chamar para si a responsabilidade em ampliar e aprofundar as discussões já existentes ouvindo as escolas, as instituições religiosas, as associações culturais etc e ver qual a melhor maneira de inclui-la no seu currículo oficial.

É nas escolas de quilombos que a nº Lei nº 10.639/2003 deve ganhar grande notoriedade, fazendo parte dos seus propósitos pedagógicos, resgatando memórias e histórias

⁴³ O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito de forma alternada: ou são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos, ou são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso: 17/04/2017.

reais de vida pela liberdade, criando novos valores a respeito do negro, não se limitando apenas no aspecto cultural. Apresentar aos seus alunos quilombolas ou não que ser negro também é trilhar caminhos por outras formas de pensar. Em relação a aplicabilidade da lei nas práticas pedagógicas das duas escolas, podemos perceber que não há diferença perceptível a qual podemos destacar pelo fato dos professores de ambas as escolas não conhecerem ou conhecerem superficialmente o conteúdo da lei.

Em relação à pesquisa “A Lei nº 10.639/03 e seus desdobramentos em uma escola quilombola”, de Joelson Alves Onofre (2014), cujo resultado apontou que, “a despeito de a escola investigada implementar a lei no currículo e nas práticas cotidianas, muito há de ser feito. Para que mudanças possam ser efetivadas faz-se necessário uma gestão atuante, democrática e participativa”. Estes dados, muito se aproxima dos nossos resultados. Detectamos que mesmo a Lei nº 10.639/2003 não constar de maneira explícita e com direcionamentos de como ela poderá ser trabalhada no PPP da 3ª URGE- Quilombola, os professores à sua maneira desenvolvem atividades envolvendo as suas diretrizes, ou seja, *a lei e a prática pedagógica convivem no mesmo espaço, faltando que os professores efetivamente promovam esse encontro.*

Reforçamos a conclusão de Onofre (2014) “há muito de ser feito” para que uma política pública de grande importância na reparação das injustiças acometidas aos negros no passado no passado e as quais ainda respingam sobre muitos negros na atualidade, sejam reparadas e a prática pedagógica fundamentada teoricamente e condizente com a realidade vivida pelos alunos pode fazer uma grande diferença para a sua compreensão e, conseqüentemente, um aprendizado desmitificado sobre o negro.

O resultado desta pesquisa está à disposição das escolas e da Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná como contribuição do pesquisador para a melhoria da aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 não somente nas escolas envolvidas na pesquisa, mas em todas as escolas do município. O estudo embaçou-se na ética, nos princípios científicos e acima de tudo no respeito aqueles que gentilmente se dispuseram a participar como informantes (professores e alunos).

Como propósito futuro o pesquisador voltará a exercer o cargo de coordenador pedagógico nas reder públicas municipal e estadual do Município de Oriximiná com o compromisso de contribuir também para que as escolas da cidade venham ter uma proposta pedagógica na qual a diversidade étnica-cultural faça parte dos seus PPPs.

E a nossa ligação com os quilombos do Alto Rio Trombetas criou raízes mas profundas a partir do momento que houve a interação com os descendentes de seres humanos

escravizados, habitantes das duas comunidade visitadas Serrinha e Aracuã do Meio e percebemos a necessidade de realizar mais estudos voltados ao regaste, preservação e propagação da sua riqueza epistemológicas que podem se esvaír no tempo ou serem dizimados pelo avanço da extração mineral, vegetal e hidráulica e mesmo por falta de pessoas que possam disseminá-la ao limiar dos anos e futuramente como estudo de doutoramento pretendemos desde já refletir em torno de três propostas, que surgiram das visitas *in loco* e que muito podem contribuir para o avanço da presença na Lei nº 10.639/2003, bem como, a educação quilombola, a saber: Concepção de infância em escolas de quilombos, a avaliação da formação acadêmica dos professores que atuam em escolas de quilombolas oferecida pelo Parfor ou a Religião afro-brasileira frente ao avanço de outras religiões nas áreas quilombolas do Alto Rio Trombetas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Lúcia Mendonça. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças** Comissão Pró-Índio de São Paulo - 1ª Edição, São Paulo, outubro de 2011.
- ANDRÉ, M. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 10. ed. SP, Campinas: Papirus, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.
- BASÍLIO Guilherme. **Os Saberes Locais e o Novo Currículo do Ensino Básico**. Mestrado em Educação / Currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em convenio com a Universidade de Pedagógica de Moçambique. 2006.
- BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Ciências da Educação).
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD, 2004.
- BRASIL. **Resolução Nº 1 de 17 de junho de 2004**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC; SEF, 2004.
- BRASIL. **Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, 2012.
- CÂNCIO, Raimundo Nonato de Pádua. **Uraxamina: Memórias históricas e Identidades**. Belém, 2014. Mimeo.
- CARNEIRO, M. L. Tucci. **O racismo na História do Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.
- CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação: A Ciência, a sociedade e a Cultura emergente**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Ed Cultrix, 1982.
- CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In.: **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2010.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humana e Sociais**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro. Editora, 2003.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à lei 10.639 de 2003. In: ROMÃO, Jeruse (Org). **Histórias da educação dos negros e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

_____. Relações étnico-raciais, educação e a descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan. /abr., 2012.

EDGAR, Andrew, SEDGWICK, Peter. **Teoria Cultural de A a Z: Conceitos- chaves para entender o mundo contemporâneo**, tradução Marcelo Rollemberg. São Paulo: Contexto, 2003.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **Educação & Sociedade**, vol. 23, nº 79. Campinas/ Ag/ 2002, p. 257 – 272.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTANELLA, et al. **Amostragem em Pesquisas Qualitativas: Proposta de Procedimentos para Constatar Saturação Teórica**. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n2/20.pdf>. Acesso em 21/04/2016;

FREIRE, Nilcéia, HADDAD, Fernando e SANTOS, Edson. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNES, Antônio Eurípedes. **Comunidades Mocambeiras do Trombetas**. Entre Águas Bravas e Mansas, índios & quilombolas em Oriximiná/ organização Denise Fajardo Grupioni, Lúcia M.M de Andrade. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo: Iepé, 2015.

GARCIA, Regina Leite. Reflexões sobre a responsabilidade social do pesquisador. In: MOREIRA et al (orgs.). **Pra que pesquisamos e pra quem escrevemos: o impasse dos intelectuais**. 2ª edição, São Paulo: Editora Cortez, 2003.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. Maio/ Jun/Jul/Ago. Nº. 23, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Levantamento Bibliográfico sobre as relações raciais e educação: Uma contribuição aos pesquisadores e às pesquisadoras da área. In: MIRANDA, C.; AGUIAR, F. L.; PIERRÔ, M. C. (ORGS.). **Bibliografia básica sobre as relações e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade Cultural, currículo e questão racial. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVERIO, Valter Roberto (Orgs). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico- raciais, educação e descolonização do currículo. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, nº 1, p. 98 – 109, jan/ abr 2012.

GUBA, Egon S.; LINCOLN, Yvonna. **S5. Fourth generation evaluation**. Newbury Park: Sage, 1989.

HERINQUE, Couto Márcio. Entre o Mito e a História: O Padre que Nasceu Índio e a História de Oriximiná. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Cienc. Hum.**, Belém, v. 10, n. 1, p. 47-64, jan.-abr. 2015.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. **Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e pratica**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3a. ed., São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 4ª ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MIRANDA, Romeu. APP Sindicato. **Jornal 30 de agosto**. Edição Pedagógica Especial, Outubro de 2004.

MOORE, R.; YOUNG, M. Conhecimento e o currículo na sociologia da educação: em busca de uma resignificação. In: MOREIRA, A. F. (org.) **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas: Papyrus, 2001.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo, SP: Editora Ática S.A, 1989.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, Janete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, Cidadania e Democracia: Algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil: In: SPINK, Mary Jane Paris (org.) **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos Penesb** (Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n° 5, p. 15 – 34, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2º. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Nosso racismo é um crime perfeito. **Revista Fórum**, n. 77, agosto, ano8, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. **Carta do professor Abdias do Nascimento ao Presidente Lula**. Disponível em: <<http://www.aldeianago.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer uma Pesquisa Qualitativa**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PÉTRE- GRENOUILLEAU, Oliver. **A história da Escravidão**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.

PIMENTEL, Adriana Marinho. **A Carreira do Magistério Público da Rede Municipal de Ensino do Município de Oriximiná- Pará**: Um estudo a partir do Plano de cargos, Carreira e Renumeração- Lei n° 7.315/2010. Dissertação de Mestrado- Instituto de Educação. Universidade Federal do Pará, 2015.

QUIJANO, Aníbal. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Publicado em Lander, Edgardo (comp.). Bs.As. CLACSO, 2000.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Políticas Afirmativas e Educação**: A Lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil Contemporâneo. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 2006.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das Relações Étnico-Raciais**: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2007.

SACRISTAN, J. Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971.

SILVA, Ana Célia Da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Daiane e PORFÍRIO, Denise. **Os Territórios Quilombolas como Espaços de Preservação da identidade Nacional e do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=19123>> Acesso em 10 de julho de 2016.

SOUZA, João Francisco de. **Prática Pedagógica e Formação de Professores**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

STAKE, Robert E. **The Art of Case Study Research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

TAVARES, J. W. **Inventário Cultural, Social, Político e Econômico de Oriximiná**. Gráfica e Editora Andrade, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 5ª ed. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político Pedagógico: Uma construção coletiva**. 2ª edição São Paulo: Papirus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos A. **A prática pedagógica do professor de Didática**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VIANA, Heraldo Marelím. **Metodologia da Observação**. In: Pesquisa em Educação- a observação. Brasília: Plano Editora, 2003.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

WANDEREY, Luíz Jardim de Moraes. **De escravos livres a castanheiros “presos” a saga dos negros no Vale do Trombetas**. Disponível: <<http://www.idesp.pa.gov.br/cachoeiraPorteira/DeEscravosLivresCastanheiros.pdf>>. Acesso em: 09 de junho de 2016.

YIN, Robert. **Case Study Research: Design and Methods**. 2^aEd. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA QUE ATUAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS.

1. Você tem conhecimento da Lei 10.639/2003? Sim () Não ()
2. O que trata o seu conteúdo?
3. Como você ficou sabendo da sua existência?
4. Você já participou de cursos de formação sobre a Lei 10.639/03? Se sim, quais? Destaque os pontos mais relevantes.
5. Em sua opinião qual a importância da prática pedagógica para aplicabilidade da Lei em escolas localizadas em áreas quilombolas?
6. Você já trabalhou em sua disciplina algum assunto que abordasse a história negra no Brasil? Sim () Não (). Sim, comente sua (s) experiência (s).
7. Quais são os maiores desafios encontrados na sua disciplina para a inclusão de assuntos referentes a temática negra?
8. Já inclui na Disciplina Língua Portuguesa algum assunto local com tema gerador de uma aula? Sim () Não (). Comente a sua experiência.
9. Na sua opinião, há necessidade da criação de uma disciplina específica para abordar as diretrizes da Lei (o qual versa sobre a inclusão de conteúdos sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira). Sim () Não (). Comente sua resposta.
10. A escola aborda na semana pedagógica assuntos sobre preconceito, racismo ou outro assunto que envolva a questão negra? Sim () ou Não ().
11. Como acontece essa abordagem?
12. A Disciplina Língua Portuguesa, ou a escola como um todo, desenvolve algum projeto envolvendo a história, a religião afro-descendente ou outros elementos da cultura negra? Sim () Não (). Sim, comente sua experiência.
13. Como a Língua Portuguesa contribui para o desenvolvimento de atividades referentes ao Dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra”?
14. Na organização do Calendário Escolar, são definidas datas para realização de alguma atividade relacionada a cultura local ou a história negra no Brasil? Sim () Não () . Quais são essas atividades? Com são desenvolvidas?
15. Como você trabalha, ou trabalharia, na Disciplina Língua Portuguesa a questão da escravidão no Brasil? Exemplifique.
16. A palavra escrava é um termo usado habitualmente para designar os negros africanos que foram postos em condição de escravos há mais três séculos. A Lei 10.639/ 2003 sinaliza para a desconstrução de conhecimentos estereotipados sobre eles. Qual palavra ou expressão que você usaria para substituir a palavra escrava? Comente sua escolha.
17. Que imagem você tem ou faz sobre a história dos Quilombos do Alto Rio Trombetas?
18. Qual sua sugestão para uma proposta de educação étnico racial para as escolas de Oriximiná? Acredita que há necessidade que ela seja específica para as escolas dos Quilombos?

Obrigado.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE HISTÓRIA QUE ATUAM EM ESCOLAS QUILOMBOLA

1. Você tem conhecimento da Lei 10.639/2003? Sim () Não ()
2. O que trata o seu conteúdo?
3. Como você ficou sabendo da sua existência?
4. Você já participou de cursos de formação sobre a Lei 10.639/03? Se sim, quais? Destaque os pontos mais relevantes.
5. Em sua opinião qual a importância da prática pedagógica para aplicabilidade da Lei em escolas localizadas em áreas quilombolas?
6. Você já trabalhou em sua disciplina algum assunto que abordasse a história negra no Brasil? Sim () Não (). Sim, comente sua (s) experiência (s).
7. Quais são os maiores desafios encontrados na sua disciplina para a inclusão de assuntos referentes a temática negra?
8. Já inclui na Disciplina História algum assunto local com tema gerador de uma aula? Sim () Não (). Comente a sua experiência.
9. Na sua opinião, há necessidade da criação de uma disciplina específica para abordar as diretrizes da Lei (o qual versa sobre a inclusão de conteúdos sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira). Sim () Não (). Comente sua resposta.
10. A escola aborda na semana pedagógica assuntos sobre preconceito, racismo ou outro assunto que envolva a questão negra? Sim () ou Não ().
11. Como acontece essa abordagem?
12. A Disciplina História, ou a escola como um todo, desenvolve algum projeto envolvendo a história, a religião afro-descendente ou outros elementos da cultura negra? Sim () Não (). Sim, comente sua experiência.
13. Como a disciplina História contribui para o desenvolvimento de atividades referentes ao Dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra”?
14. Na organização do Calendário Escolar, são definidas datas para realização de alguma atividade relacionada a cultura local ou a história negra no Brasil? Sim () Não () . Quais são essas atividades? Com são desenvolvidas?
15. Como você trabalha, ou trabalharia, na Disciplina História a questão da escravidão no Brasil? Exemplifique.
16. A palavra escrava é um termo usado habitualmente para designar os negros africanos que foram postos em condição de escravos há mais três séculos. A Lei 10.639/ 2003 sinaliza para a desconstrução de conhecimentos estereotipados sobre eles. Qual palavra ou expressão que você usaria para substituir a palavra escrava? Comente sua escolha.
17. Que imagem você tem ou faz sobre a história dos Quilombos do Alto Rio Trombetas?
18. Qual sua sugestão para uma proposta de educação étnico racial para as escolas de Oriximiná? Acredita que há necessidade que ela seja específica para as escolas dos Quilombos?

Obrigado.

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE GEOGRAFIA QUE ATUAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS

1. Você tem conhecimento da Lei 10.639/2003? Sim () Não ()
2. O que trata o seu conteúdo?
3. Como você ficou sabendo da sua existência?
4. Você já participou se cursos de formação sobre a Lei 10.639/03? Se sim, quais? Destaque os pontos mais relevantes.
5. Em sua opinião qual a importância da prática pedagógica para aplicabilidade da Lei em escolas localizadas em áreas quilombolas?
6. Você já trabalhou em sua disciplina algum assunto que abordasse a história negra no Brasil? Sim () Não (). Sim, comente sua (s) experiência (s).
7. Quais são os maiores desafios encontrados na sua disciplina para a inclusão de assuntos referentes a temática negra?
8. Já inclui na Disciplina Geografia algum assunto local com tema gerador de uma aula? Sim () Não (). Comente a sua experiência.
9. Na sua opinião, há necessidade da criação de uma disciplina específica para a abordar as diretrizes da Lei (o qual versa sobre a inclusão de conteúdos sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira). Sim () Não (). Comente sua resposta.
10. A escola aborda na semana pedagógica assuntos sobre preconceito, racismo ou outro assunto que envolva a questão negra? Sim () ou Não ().
11. Como acontece essa abordagem?
12. A Disciplina Geografia, ou a escola como um todo, desenvolve algum projeto envolvendo a história, a religião afro-descendente ou outros elementos da cultura negra? Sim () Não (). Sim, comente sua experiência.
13. Como a disciplina Geografia contribui para o desenvolvimento de atividades referentes ao Dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra”?
14. Na organização do Calendário Escolar, são definidas datas para realização de alguma atividade relacionada a cultura local ou a história negra no Brasil? Sim () Não () . Quais são essas atividades? Com são desenvolvidas?
15. Como você trabalha, ou trabalharia, na Disciplina Geografia a questão da escravidão no Brasil? Exemplifique.
16. A palavra escrava é um termo usado habitualmente para designar os negros africanos que foram postos em condição de escravos há mais três séculos. A Lei 10.639/ 2003 sinaliza para a desconstrução de conhecimentos estereotipados sobre eles. Qual palavra ou expressão que você usaria para substituir a palavra escrava? Comente sua escolha.
17. Que imagem você tem ou faz sobre a história dos Quilombos do Alto Rio Trombetas?
18. Qual sua sugestão para uma proposta de educação étnico racial para as escolas de Oriximiná? Acredita que há necessidade que ela seja específica para as escolas dos Quilombos?

Obrigado.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE ARTES QUE ATUAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS

1. Você tem conhecimento da Lei 10.639/2003? Sim () Não ()
2. O que trata o seu conteúdo?
3. Como você ficou sabendo da sua existência?
4. Você já participou se cursos de formação sobre a Lei 10.639/03? Se sim, quais? Destaque os pontos mais relevantes.
5. Em sua opinião qual a importância da prática pedagógica para aplicabilidade da Lei em escolas localizadas em áreas quilombolas?
6. Você já trabalhou em sua disciplina algum assunto que abordasse a história negra no Brasil? Sim () Não (). Sim, comente sua (s) experiência (s).
7. Quais são os maiores desafios encontrados na sua disciplina para a inclusão de assuntos referentes a temática negra?
8. Já inclui na Disciplina Artes algum assunto local com tema gerador de uma aula? Sim () Não (). Comente a sua experiência.
9. Na sua opinião, há necessidade da criação de uma disciplina específica para a abordar as diretrizes da Lei (o qual versa sobre a inclusão de conteúdos sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira). Sim () Não (). Comente sua resposta.
10. A escola aborda na semana pedagógica assuntos sobre preconceito, racismo ou outro assunto que envolva a questão negra? Sim () ou Não ().
11. Como acontece essa abordagem?
12. A Disciplina Artes, ou a escola como um todo, desenvolve algum projeto envolvendo a história, a religião afro-descendente ou outros elementos da cultura negra? Sim () Não (). Sim, comente sua experiência.
13. Como a disciplina Artes contribui para o desenvolvimento de atividades referentes ao Dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra”?
14. Na organização do Calendário Escolar, são definidas datas para realização de alguma atividade relacionada a cultura local ou a história negra no Brasil? Sim () Não () . Quais são essas atividades? Com são desenvolvidas?
15. Como você trabalha, ou trabalharia, na Disciplina Artes a questão da escravidão no Brasil? Exemplifique.
16. A palavra escrava é um termo usado habitualmente para designar os negros africanos que foram postos em condição de escravos há mais três séculos. A Lei 10.639/ 2003 sinaliza para a desconstrução de conhecimentos estereotipados sobre eles. Qual palavra ou expressão que você usaria para substituir a palavra escrava? Comente sua escolha.
17. Que imagem você tem ou faz sobre a história dos Quilombos do Alto Rio Trombetas?
18. Qual sua sugestão para uma proposta de educação étnico racial para as escolas de Oriximiná? Acredita que há necessidade que ela seja específica para as escolas dos Quilombos?

Obrigado.

APÊNDICE E- MODELO DEQUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES QUE ATUAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS

- 01.** Escola _____
- 02.** Turno (s) em que trabalha _____
- 03.** Anos que leciona _____
- 04.** Disciplina (s) que leciona _____
- 05.** Há quantos anos exerce à docência ? _____
- 06.** Idade: _____
- 07.** Gênero: M () F ()
- 08.** Cor: () branca () preta () amarela () parda () indígena
- 09.** País/ Estado/cidade em que nasceu _____
- 10.** Formação:
- Ensino Fundamental () Ensino médio ()
- Ensino superior
- () concluído/ Curso/Ano _____
- Instituição: _____
- () Cursando/Curso _____
- Instituição _____
- () Especialização/Curso _____
- Instituição: _____
- () Mestrado/ Curso _____
- Instituição _____
- Doutorado/Curso _____
- Instituição _____
- 11.** Você é morador de área quilombola () sim, há quanto tempo _____
- () não, apenas trabalho na comunidade e moro na cidade de _____
- 12.** Você adota alguma religião () sim () não
- 13.** Se você marcou sim, qual? _____
- 14.** Por influência de quem você adotou essa religião? _____
- 15.** Há quanto tempo você adotou essa religião? _____
- 16.** Você sempre exerceu a docência em escolas localizadas em áreas de quilombos?
- () sim () não

APÊNDICE F- MODELO DE QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS DOS 8º E 9º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL QUE ESTUDAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS

1. Escola: _____
2. Turno : _____
3. Idade: _____
4. Gênero: M () F ()
5. Cor: branca () preta () amarela () parda () indígena ()
6. País/ Estado/ Cidade em que nasceu _____
7. Você é morador de áreas quilombolas: Sim () Não ()
8. Qual? _____
9. Há quanto tempo? _____
10. Você adota alguma religião? Sim () Não ()
11. Se você marcou sim, Qual? _____
12. Por influência de quem você adotou essa religião? _____
13. Há quanto tempo você adota essa religião?
14. Você sempre estudou em escolas localizadas em áreas de quilombos? Sim () Não ()
15. Se não, onde você estudou antes?
16. Você já ouviu falar da Lei nº 10.639/2003, a qual possibilita a inclusão de conhecimentos nos conteúdos escolares sobre a história, a cultura e a contribuição dos negros africanos não formação da sociedade brasileira? Sim () Não (). Por quem? ou qual canal de comunicação?: _____
17. O que sabe sobre essa lei? _____
18. Como teve acesso a essa informação? _____

19. Já estudou assuntos referentes a História da África e dos descendentes dos africanos no Brasil? _____
20. O que foi abordado em sala de aula? _____
21. Que atividade foram desenvolvidas _____
22. Participa ou já participou de algum projeto sobre a temática negra? Sim () Não ()
23. Qual? _____
24. Há quanto tempo você fez ou faz parte desse projeto e o que considera mais significativo relatar aqui como experiência? _____
25. Você já estudou algum assunto relacionado com os quilombos do Alto Rio Trombetas? Sim () Não ()
26. Quais foram os assuntos estudados? _____
27. Na sua opinião, o que deve ser priorizado em sala de aula sobre a temática negra? _____
28. Qual sua sugestão para uma proposta de educação étnico- cultural para as escolas de Oriximiná? Acredita que ela seja específica somente para as escolas de quilombos? _____

Obrigado por sua colaboração!
O pesquisador

APÊNDICE G - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA E LINGUA ESTRANGEIRA (INGLES) – ESCOLA BALDOÍNO MELO

- 1. Você tem conhecimento da Lei 10.639/2003? Sim () Não ()**
R: Sim, professor. No momento né, devido eu ser líder dE Educação Quilombola no município, sou diretor dessa Unidade, sou professor de Língua Inglesa e Língua Portuguesa, eu acompanho aí, desde 2000 esta caminhada, então estou apar da situação, coloco a prática ela a cada momento, a cada dia e a escola ela abraça a Lei 10.639 da melhor forma possível.
- 2. O que trata o seu conteúdo?**
R: O meu conteúdo trata as...as diversidades culturais existentes no município e nas comunidades no qual fazem parte deste polo.
- 03. Como você ficou sabendo da sua existência da lei?**
R: A partir do momento que ela foi publicada ela, nós ficamos apar da situação e ae é foi algo interessante que e precisamos trazer pra nossa realidade mostrar para o oo nosso povo, a nação quilombola e aí eu passei a ler bastante ela e fazer as comparações né, do que havia.
- 04. Você já participou de cursos de formação sobre a Lei 10.639/03? Se sim, quais? Destaque os pontos mais relevantes.**
R: Sim, professor, eu venho desde de 2003, quando houve o primeiro curso de formação pra os professores quilombolas com o professor Hamilton Sá Barreto de Belém né, que se tratava desse, participei de Seminários já existentes em janeiro de 2016 em Oriximiná e todos os outros cursos voltado a Educação quilombola no município eu estou inserido no processo.
- 05. Quais são os pontos mais relevantes que o Senhor destaca aqui pra gente, que o senhor aprendeu nesses cursos?**
R: Foi a valorização né, o nosso povo se ve dentro da realidade na qual desconheceu, a partir desses cursos, ficaro mas apar da situação, empenhado com as coisas e se sentir, por que eles fazem parte deste contexto né.
- 06. Em sua opinião qual a importância da sua prática pedagógica para aplicabilidade da Lei em escolas localizadas em áreas quilombolas?**
R: Olha, eu fico muito grato de poder ser um ex aluno da Universidade da UFOPA, passei quatro anos lá dentro cursando Letras e inglês e aí hoje eu faço a a conectividade da daLingua Portuguesa com a língua popular dentro dos territórios quilombolas, mas eu trabalho a valorização dos território, eu trabalho os limites dos território, o eu trabalho o

nosso público existente, então eu faço o que é chamado de, da comunicação entre diferentes áreas, comunicação do licenciado, com o conhecimento prévio do nosso povo.

07. Você já trabalhou em sua disciplina algum assunto que abordasse a história negra no Brasil? Sim () Não (). Sim, comente sua (s) experiência (s).

R: Sim professor, a gente siê... é um ponto muito relevante né, eu pude trabalhar as adivinhas nos territórios quilombolas é um projeto que elaborei junto com os alunos né, e assim a gente teve um, um êxito muito grande de trazer os pais dos alunos pra dentro da sala de aula, pra escola e os alunos próprios, faziam as adivinhas em rodas de conversa com a sua família e apresentavam pra que eu pudesse fazer a análise da leicuta com a linguagem popular.

08. Quais são os maiores desafios encontrados nas suas disciplinas para a inclusão de assuntos referentes a temática negra?

R: É um mundo letrado né, nosso povo não é letrado, num tem hábito da leitura e isso dificulta um pouco né, por que parte desse nosso contexto ele tem que ser escrito pros acervos ficarem e o que tem livro o nossos alunos, eles não tem o hábito de leitura, isso dificulta, mais no decorrer do tempo nós estamos aí, muito que empenhados e fazendo eles gostarem da situação.

09. Já inclui na Disciplina Língua Portuguesa algum assunto local com tema gerador de uma aula? Sim () Não (). Comente a sua experiência.

10. Na sua opinião, há necessidade da criação de uma disciplina específica para abordar as diretrizes da Lei (o qual versa sobre a inclusão de conteúdos sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira). Sim () Não (). Comente sua resposta.

R: Professor, no meu ponto de vista seria não né, por que a cultura afro brasileira e africanas elas se encontra em todos os componentes curriculares né, é eu vejo é esse trabalho dentro da língua portuguesa, eu vejo dentro da História, da Geografia, isso vai depender muito do docente que vai trabalhar, entender de fato e saber conciliar e...esse assunto. Então eu acho que ele está presente em todos os componentes curriculares, resta agora ele colocar na prática.

11. A escola aborda na semana pedagógica assuntos sobre preconceito, racismo ou outro assunto que envolva a questão negra? Sim () ou Não (). Como acontece essa abordagem?

R: Sim professor, e, e, er...ele é trabalhado contínuo na escola esse trabalho né, além da semana pedagógica, mas ele fica na sala de aula no dia a dia, os professores fazendo diálogo, mostrando importância, trazendo leitura, trazendo texto, fazendo reuniões, tendo um diálogo na sala de aula a cada semana, a cada dia com os pais dos alunos e, e deixando eles saber de como o que pode acontecer de que é legal ou de que não é legal.

- 12. A Disciplina Língua Portuguesa, ou a escola como um todo, desenvolve algum projeto envolvendo a história, a religião afro-descendente ou outros elementos da cultura negra? Sim () Não (). Sim, comente sua experiência.**

R: Sim, nós temos um projeto chamado diversidades culturais locais dentro da, da escola que ela abrange todo esse processo né. Ela abrange o processo religioso, processo das festividades, processo é das localidades, então o nosso projeto ele é bem abrangente, sendo que cada professor ele tra.. é tem uma temática dentro pra ser trabalhado dentro desse projeto. E esse projeto ele é desenvolvido pelos alunos e depois é aberto pra comunidade local.

- 13. Como a Língua Portuguesa contribui para o desenvolvimento de atividades referentes ao Dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra”?**

R: Sim professor, ela é muito importante nesse contexto, por que sabemos que nós temos a leicuta que ela vai querer que nos colocarmos na... eh... os trabalhos de acordo com que rege né, então nosso pessoal é muito do popular mais na hora de fazer transcrição nós temos que transcrever da forma que a lei nos permite né, regras em fim, pra que nossos povo ele teja a par da situação, e saber conciliar na verdade a linguagem popular com a linguagem culta pra ficar um texto coeso.

- 14. Mas além assim do dia 20 de novembro, existem outras datas dentro da escola que ou do calendário, dentro do calendário escolar no caso que são posta em pratica durante o ano letivo?**

R: Sim professor, nós trabalhamos o aniversaro da escola, nós trabalhamos a é...o arraial junino, nós trabalhamos é... além da consciência negras outras ações que a gente vem fazendo cada momento né, a cada data comemorativa como o 13 de maio, a gente apresenta é... os grandes líder da comunidade como o Baldoíno Melo que é o patrono da escola é feito um evento né, mostrando quem era ele a realidade o que viveu, o que que temos hoje, então a gente coloca na prática essas datas pra nós que são consideradas importantes

- 15. Na organização do Calendário Escolar, são definidas datas para realização de alguma atividade relacionada a cultura local ou a história negra no Brasil? Sim () Não (). Quais são essas atividades? Com são desenvolvidas?**

- 16. Como você trabalha, ou trabalharia, na Disciplina Língua Portuguesa a questão da escravidão no Brasil? Exemplifique.**

- 17. A palavra escrava é um termo usado habitualmente para designar os negros africanos que foram postos em condição de escravos há mais três séculos. A Lei 10.639/ 2003 sinaliza para a desconstrução de conhecimentos estereotipados sobre eles. Qual palavra ou expressão que você usaria para substituir a palavra escrava? Comente sua escolha.**

R: Oier, é uma palavra assim muito, eu considero ela muito pesada pra ser usada nesse contexto, eu não diria isso né, e eu dissesse que nosso povo já foi escravizado

né, passou pelo um momento difíceis, que hoje a gente traz assim na pele de sentir uma palavra que eu não gosto nem que ela seja comentada nos outros momentos, mais eu não usaria isso né... eu usaria uma palavra que fosse mais maleável não escravo e sim com menos conhecimento do que os outros e submeti a um trabalho diferenciado, ta mais era um ser que merecia respeito, que até agora merece também ser tratado de acordo que as leis desse país rege né, que todo mundo tem direitos e deveres, mais não ser é e... explorado devido te uma tal resistência nos trabalhos pra sol e em fim, ai então isso deixa a gente muito triste mais a gente tá ai pra fazer no dia a dia essas mudanças virem acontecer né se no momento não passa aqui né pela minha cabeça assim ter uma exata, porque assim pra mim tomar uma decisão dessa tem que analisar ele o contexto né bem aprofundado pra se ter, mais eu diria assim que seria uma palavra por eles não terem uma condições financeira ou não... não ter o tal estudo e que eles eram submetido a essa situação, mais eu afirmo ao senhor no momento eu não pensei em nenhum momento de substituir a palavra escravo, o que vem na mente e que eles não... não foram escravos eles foram escravizado né isso que deixa a gente mais claro né.

18. Que imagem você tem ou faz sobre a história dos Quilombos do Alto Rio Trombetas?

R: uma imagem... chocante saber a história do... do quilombo de Oriximiná um povo que foi é... sofreu muita repressão que hoje me traz assim... essa indignação né, de ver então isso que eu primo pero... meu pessoal é que cada ano cada momento eles estejam estudando, pra da uma volta por cima, de que meu pai era semianalfabeto a minha mãe mais hoje a gente não quis seguir aquela mesma carreira, então hoje a gente defende a questão de que não queremos que as coisa venham de forma maldosa pô quilombo né como não tinha os território eles viviam assim um povo oprimido, e hoje graças a Deus todo mundo anda de cabeça erguida.

19. Qual sua sugestão para uma proposta de educação étnico racial para as escolas de Oriximiná?

R: é que seja uma proposta pensada para educação do campo, na verdade querem fazer uma plicabilidade, a educação do campo com a educação da cidade e isso nós sabemos que são diversidade diferente que devem ser levado em consideração que fosse feito uma consulta prévia dentro das comunidade quilombolas não quilombolas, pra que de fato visem o povo e ai construíssem uma proposta que fossem convincente com a realidade das comunidade e depois fecha município e depois país que não podemos fugir da situação.

20. Acredita que há necessidade que ela seja específica para as escolas dos Quilombos?

R: Eu não diria tão específico é porque o conhecimento tem que ser disseminado né, mais que seja madurecido no quilombo e depois que possa fazer a abrangência dele pra que todos possam ficar a par do conhecimento.

Muito obrigado professor?

R: Eu que sou grato te ter o senhor na escola nesse momento, poder conciliar esse trabalho né, falar um pouco da nossa realidade... mais nós estamos ai pra somar no seu trabalho, e vamos ficar de braços abertos na nossa escola aguardando o senhor pra que possamos juntos... fazer um bom trabalho.

APÊNDICE H - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLES) – ESCOLA NOSSA SENHORA PIEDADE

- 1. Você tem conhecimento da Lei 10.639/2003? Sim () Não ()**

R: Boa tarde. Sim

- 2. O que trata o seu conteúdo?**

R: Bem, a Lei fala da, da..[como é meu Deus...] da Cultura Identidade afro brasileira né, e a gente trabalha é é contexto né, é é voltados pra essa temática pra cultura identidade.

- 3. Como você ficou sabendo da sua existência da lei?**

R: é por que a gente já tra...trabalhava né a antiga Lei e quando ela foi implementada a gente já tava no quadro trabalhando aí ficando a gente começou a trabalhar com mais eficácia.

- 4. Você já participou de cursos de formação sobre a Lei 10.639/03? Se sim, quais? Destaque os pontos mais relevantes.**

R: Sim. Nós temos o o projeto da, da, da Vagalume, é que a gente faz um, um estudo pra isso e de se algum encontros é, é... que são é é pela UFF que eles ministram alguns cursos pra gente faz parte quilombola.

- 5. Quais são os pontos mais relevantes que o Senhor destaca aqui pra gente, que o senhor aprendeu nesses cursos?**

R: São a a cultura né do povo local que ele é volta a a as, as atividade são sempre voltadas pra essas lado a cultura local.

- 6. Em sua opinião qual a importância da sua prática pedagógica para aplicabilidade da Lei em escolas localizadas em áreas quilombolas?**

R: Acredito que seja pra pra fortalecer essa cultura que se você trabalha, a gente trabalha né a cultura não fica esquecida é usususus novatos a nova geração ela vem tendo conhecimento se a gente trabalhar, se a gente deixar esquecida eles não vão u uus, us novos não vão mais saber daquela cultura que antes né é é fez parte da sociedade.

- 7. Você já trabalhou em sua disciplina algum assunto que abordasse a história negra no Brasil? Sim () Não (). Sim, comente sua (s) experiência (s).**

R: Não...na língua portuguesa sim, professor a gente sempre trabalha como eu falei vagalume, então a gente tem bastante atividades voltadas pra essa a aa... temática da cultura né, a gente faz trabalhos pra eles apresentarem nesse movimento da cultura negra no 13 de maio, no 21 de março a gente sempre desenvolve trabalhos para eles tarem trabalhando nessas datas.

- 8. Quais são os maiores desafios encontrados nas suas disciplinas para a inclusão de assuntos referentes a temática negra?**

R: É é é assim a aa falta de material né, que é o material mais acessível pa gente é da vagalume, então a gente não é é a internet por exemplo, que a gente faz pesquisa é

só na cidade que a gente faz, a gente não tem aqui, então isso dificulta muito a gente não pode fazer um trabalho de pesquisa, por exemplo, pra eles, pra eles fazerem por quenão tem como, então é a gente que tem que trazer essas pesquisas pra eles trabalharem e a gente trabalhar em cima.

- 9. Já inclui na Disciplina Língua Portuguesa algum assunto local com tema gerador de uma aula? Sim () Não (). Comente a sua experiência.**

R: Sim. Bem a gente trabalhou na nana consciência negra e foi bastante proveitoso e eles participaram bastante e uma das atividades que a gente tem é a capoeira, que eles gostam muito, que a gente tem o grupo de capoeira daqui da escola mesmo.

- 10. Na sua opinião, há necessidade da criação de uma disciplina específica para abordar as diretrizes da Lei (o qual versa sobre a inclusão de conteúdos sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira). Sim () Não (). Comente sua resposta.**

R: Eu penso que não, por que a gente já trabalha na história, já trabalha na Arte, na Língua Portuguesa, então, é não vejo a necessidade de ter um componente curricular específico pra essa temática.

- 11. A escola aborda na semana pedagógica assuntos sobre preconceito, racismo ou outro assunto que envolva a questão negra? Sim () ou Não (). Como acontece essa abordagem?**

R: Sim. Olhe professor a gente é,,ano passado a gente fez um trabalho voltado assim, quando é...a coordenadora vinha nos visitar, que a gente fazia, ela trazia algumas coisas pra gente trabalhar, esse ano a gente não fez esses trabalhos.

- 12. A Disciplina Língua Portuguesa, ou a escola como um todo, desenvolve algum projeto envolvendo a história, a religião afro-descendente ou outros elementos da cultura negra? Sim () Não (). Sim, comente sua experiência.**

R: Sim. Bem é como falei né, o Projeto Vagalume e também a aa projeto de leitura tem toda a semana, tem a a aula de leitura que eles vão pra la, pra sala de leitura, vão fazer a leitura dos livros da escolha deles e sempre são livros da vagalume que é voltado pra cultura identidade.

- 13. Como a Língua Portuguesa contribui para o desenvolvimento de atividades referentes ao Dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra”?**

- 14. Mas além assim do dia 20 de novembro, existem outras datas dentro da escola que ou do calendário, dentro do calendário escolar no caso que são posta em pratica durante o ano letivo?**

- 15. Na organização do Calendário Escolar, são definidas datas para realização de alguma atividade relacionada a cultura local ou a história negra no Brasil? Sim () Não (). Quais são essas atividades? Com são desenvolvidas?**

R: Não. Não tem assim uma data específica. Pela semana, no nos dias da semana quando tem a semana pedagógica, que a gente ve os textos né, que vao ser trabalhado, alguma ação, desse tipo, dessa ação.

16. Como você trabalha, ou trabalharia, na Disciplina Língua Portuguesa a questão da escravidão no Brasil? Exemplifique.

R: professor a gente trabalha a a com texto, sempre com texto, no inglês eu nunca trabalhei, eu num vou dizer que trabalhei, eu nunca trabalhei, eu sempre trabalho na língua portuguesa, mas é assim, com a produção de texto e texto já que a gente traz pra interpretação oral e escrita.

17. A palavra escrava é um termo usado habitualmente para designar os negros africanos que foram postos em condição de escravos há mais três séculos. A Lei 10.639/ 2003 sinaliza para a desconstrução de conhecimentos estereotipados sobre eles. Qual palavra ou expressão que você usaria para substituir a palavra escrava? Comente sua escolha.

R: Palavra... Explorados, assim... eu penso que sim, explorado ao invés de escravo né, é por que eu vejo o que eles foram, foi o que aconteceu, explorados,, escravos eu penso que seja sinônimo a palavra.

18. Que imagem você tem ou faz sobre a história dos Quilombos do Alto Rio Trombetas?

R: Bem, eu penso que muita coisa mudou né, graças a Deus o racismo, a gente não vai dizer que ele não existe, que existe, mas muita coisa mudou e hoje a gente ve que os os quilombolas eles tenham mais é, é como eu posso dizer, eles são mais, já são mais conhecidos né, na época não eram reconhecidos. E a gente sabe que eles foram um povo que muito contribui para a sociedade brasileira.

19. Qual sua sugestão para uma proposta de educação étnico racial para as escolas de Oriximiná?

R: Eu penso que deveria ser uma, uma, é, é, é tipo assim uma formação continuada né, é voltada pra essa temática, como nós temos da língua portuguesa ne, pra para produção de textos e é a gente teria uma formação voltada pra essa temática,

20. Acredita que há necessidade que ela seja específica para as escolas dos Quilombos?

R: Com certeza, acredito que sim até por que, eles ééé reforçando o que eu falei antes né, pra eles não ficarem esquecido, essa memória pra ser sempre lembrada

21. Muito obrigado professor?

R: De nada professor, disponha.

APÊNDICE I - TRANSCRIÇÃO E ENTREVISTA COM PROFESSOR DE ARTES DA ESCOLA BALDOÍNO MELO

1. **Você tem conhecimento da Lei 10.639/2003? Sim () Não ()**

R: Bom dia, professor. Sim

2. **O que trata o seu conteúdo?**

R: Bom, O conteúdo a gente trabalha bastante assim a a diversidade né, a diversidade na educação, não só quilombola, mas também inserindo a criatividade do aluno, porque nós tem clientela de alunos de outra localidades, ditas não quilombolas que nós fizemos o intercâmbio trabalhamos a criatividade do aluno, pra ele poder elucidar produções e não só textuais mais também a criva...criatividade dele, a questões dele de artesanatos, a questão de adivinhas, então a questão de digamos assim, do trabalho assim do costumes e cultura que cada comunidade ou localidade ela tem.

3. **Como você ficou sabendo da sua existência?**

R: Bom, das existências eu fiquei sabendo na questão da formação que tenho quando é digamos, geografia da Amazônia, que eu fiz uma instituição, foi um dos primeiros passos, depois nos próprias reuniões de secretaria de educação e quando cheguei na área quilombola, mas ainda, por que a Lei ela é muito trabalhada aqui pelos professores, direção e demais comunidades.

4. **Você já participou se cursos de formação sobre a Lei 10.639/03? Se sim, quais? Destaque os pontos mais relevantes.**

R: Por exemplo já, já participei das questões dos cursos por exemplos, aquela parte da educação patrimonial trata um pouco referente a isso né, já participei de outros que foi apresentados, esqueci no momento o nome! que fo...i apresentados, que foi o Joao Felipe né, tava ministrando um curso, com os professores também do COPI, que também já trabalharam conosco, inclusive de questões de metodologias o que é que pode ser trabalhado enquanto conteúdo com os alunos quilombolas que foi na comunidade do Moura o primeiro e o segundo que foi a oficina no barracão de Fatima no município de Oriximiná.

5. **Voce poderia destacar os pontos mais relevantes?**

R: Com certeza, por que o que eles explanaram o assunto e depois deixaram pra cada, localidade inserisse...grupos assim, por exemplo...interação entre digamos, comunidades Serrinha junto com é..se a escola do Araçá, a escola do Jarauacá né e escola do Jamari. Entao fizeram esses intercambio junto, foi feito o que seria mais importante, qual a importância de se trabalhar né, as adversidades quilombolas,

então muito trouxeram os temas né, tantos recentes da África, mãe África apresentaram lá, a mãe África trazendo assim os braços o que a mãe África trouxe de importante pra nós né, então não trouxe só as questões das etnias, mas os costumes e dentro desses costumes muita coisas interessantes.

6. Em sua opinião qual a importância da prática pedagógica para aplicabilidade da Lei em escolas localizadas em áreas quilombolas?

R: Bom, a minha prática pedagógica, por exemplo, a gente temos o Plano de Ação, no qual a gente construímos juntos né, aqui com direção e professores desta escola né, trazendo assim porque e, como to falando, eu vou falar assim, trabalho e diversidade. Enquanto a gente trabalha assim a diversidade educacional, está inserido cada item, por exemplo, cantigas locais, ai nós temos artesanatos locais, é aí nós temos, por exemplo, a questões que levam o aluno a o espaço geográfico da localidades, quanto a vida do patrono nessa escola Baldoino Melo, que era um líder né aqui, quilombola e que cuidava tão bem assim desses traços de quilombos então, tudo isso a gente insere dentro da nossa prática pedagógica por que não adianta eu trazer, por exemplo, ah eu trazer prática que não seja assim, nada haver com a questão quilombola, por que ele geralmente eles conversam com a gente, olha nós queremos trabalhar o que é nosso, mas dentro da prática pedagógica a gente também faz a questão de interação, questão educação quilombola e as demais educações não quilombola, sempre fazemos esses intercambio né.

7. Você já trabalhou em sua disciplina algum assunto que abordasse a história negra no Brasil? Sim () Não (). Sim, comente sua (s) experiência (s).

R: Bom, Nós temos um projeto, sem ser o projeto né, cultural quilombola, mas nós quanto professoras nós tamos trabalhando junto com as demais colegas, professora Ádria e a professora Laine e demais as músicas né, quilombolas tanto regionais e locais né, que insere aluno da educação infantil e ao nono ano. Então esse projeto ele foi trabalhado assim: foi trabalhado quanto ao aluno de educação musical né, numa disciplina da questão é educação realmente e diversidades e dentro dela podemos estar apresentando esse projeto né, que é músicas, ela disse assim musicas é... Afro quilombolas né, no ensino fundamental e a gente inseriu também a educação infantil, não podemos deixar nossos alunos né, fora desse projeto.

8. Quais são os maiores desafios encontrados na sua disciplina para a inclusão de assuntos referentes a temática negra?

R: Bom, o primeiro momento eu tive assim um impasse, por que assim, não questão, de não, de não ter conhecimento, mas assim que eu tenho recen...recentemente torna trabalhando é a primeira experiência numa escola quilombola, comecei o ano

passado em agosto e quando cheguei assim, eu fiquei meia pasma disse assim :Meu Deus do céu! será que eu vou me sobressair diante dessa situação tendo a primeira experiência em uma escola quilombola, mas com o aconchego e experiência que já encontrei aqui, que são realmente filhos dessa localidade, então contribui muito pra que eu pudesse favorecer o meu trabalho dentro da escola, por que eles já colocaram, olha professora, nós já trabalhamos muito isso, foram colocando por exemplo, aqui nós temos muitos músicos, nós temos bastante artesoes, pessoas que trabalha com teçume, pessoas que trabalhando com panela de pau, pessoa...entao o que tava faltando pra eles, só assim questão d um incentivo que é importante então els já achavam que não há valorização por esse lado, então o que vai fazer a valorização são só vocês que são os autores desses instrumentos, desses objetos.

9. Já inclui na Disciplina Artes algum assunto local com tema gerador de uma aula? Sim () Não (). Comente a sua experiência.

R: Bom geralmente a gente procura trabalhar isso né, eu quanto professora sim, eu sempre trabalhei os costumes e aqui inclusive os nossos alunos eles tem aqui eles gostam muito de cantar umas das músicas que foi feita por um autor mesmo desta comunidade e geralmente eu peço pro alunado né, ele cantar que eu quero cantar com eles né, por que achei ela muito bunita, então sempre nós trabalhamos sim, a realidade do aluno quilombola.

10. Na sua opinião, há necessidade da criação de uma disciplina específica para abordar as diretrizes da Lei (o qual versa sobre a inclusão de conteúdos sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira). Sim () Não (). Comente sua resposta.

R:Bom, eu não vou deixar os companheiros aqui pelo o que participei eles estão lutando para que fique né, uma disciplina pra se trabalhar a questão é é componente curricular digamos, mais como eu ressalto, nós já trabalhamos, mas como aqui nós só a questão é quilombola aqui da escola Baldoino Melo, como a mais escola quilombola que eles tao lutando pra que venha acontecer ser um componente curricular né, especifico da área.

11. A escola aborda na semana pedagógica assuntos sobre preconceito, racismo ou outro assunto que envolva a questão negra? Sim () ou Não (). Como acontece essa abordagem?

R:Bom nós temos assim a hora pedagógica com os nossos professores dia de quarta-feira, é o único dia que nós temos, então dependendo de cada dificuldade do nosso educador a gente aborda, mas como já falei, aqui nós ressaltamos muito a questão por que a questão por exemplo, nós temos alunos que, as vezes, eles não são negros,

mas são quilombolas e as vezes eles mesmos se sente, as vezes meio longe do colega né, então a gente, nós, quanto professores e quanto coordenadores, a gente procura saber com os professores que tão dentro da salas, por exemplo eles trazem a situação e juntos nós tiramos assim ó nessa quarta-feira nós, por exemplo apresenta qual são as problemáticas, e na outra quarta nós já vamos está trabalhando em cima dessa problemáticas funciona dessa forma.

12. A Disciplina Artes, ou a escola como um todo, desenvolve algum projeto envolvendo a história, a religião afro-descendente ou outros elementos da cultura negra? Sim () Não (). Sim, comente sua experiência.

R: Bom a e nós o projetos grande projeto como já foi é projeto das culturais quilombolas...das diversidade quilombolas, perdão né, é o projeto que nós trabalhamos ano passada a partir do momento que cheguei ae sentei com eles, a e nós trabalhamos de educação infantil ao nono ano, onde se trabalhamos as cantigas de roda locas a e o primeiro ano, trabalhou com espaço geográfico da localidade serrinha né que saíram a campo para entrevistar antigo moradores nós tivemos o segundo e o terceiro ano que trabalhou a educação quilombola, através de fantoches, né, tivemos o quarto ano e quinto ano que trabalharam as plantas e ervas medicinais por questão de patrono, que era curandeiro né, também e questão de hora aula ai diversificou, nas adivinhas nas lendas, nos mitos e foi trabalhado também, as questões de produções textuais através dessas historias sendo sempre entrevistados os antigos moradores ou seja a participação dos pais para esse projeto.

13. Como a disciplina Artes contribui para o desenvolvimento de atividades referentes ao Dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra”?

R: Bom nós estamos a e apreciando em dois mil e dezesseis com o projeto Samba de Rodas, né então esse samba de roda ele será trabalhado a questão não só assim por que é cultura negra, mais também unir junto com isso o patrono da Escola Baldoino Melo que trazia a questão de Iemanjá, questão é de Ondum, Oxalá, então nós tamos querendo fazer esse samba de roda, que vai favorecer tanto a etnia né negra, mas também quanto o é digamos assim, o Pajé, líder quilombola local. É assim, já tamos com o ponta pé inicial né e também pra consciência negra nós iremos trazer a apresentações das musicas que as acabamos de falar a afro locais e regionais.

14. Na organização do Calendário Escolar, são definidas datas para realização de alguma atividade relacionada a cultura local ou a história negra no Brasil? Sim () Não (). Quais são essas atividades? Com são desenvolvidas?

R:A escola sempre promove né. Olha as atividades aqui nós trabalhamos mais com as questões de teatros, elas são apresentadas através de teatros, elas são apresentadas

através de paródias né e danças. Ai as paródias elas ficam inseridas as músicas né, que são produzidas e criadas pelos próprios alunos.

15. Como você trabalha, ou trabalharia, na Disciplina Artes a questão da escravidão no Brasil? Exemplifique.

R: Bom eu costumo, quanto professora né de Arte e, como eu tava dizendo, eu costumo trabalhar esta questão, de músicas e teatros, porque? por que através das observações que já fizemos o aluno ele tem muita criatividade e ele traz assim pra nossa clientela assim geralmente digamos assim: se essa turma de oitavo e nono ano, eles trabalha a questão teatro, então ao apresentar pra clientela se, então acreditamos que o ensino aprendido ele flui muito melhor. Entao eles já ficam conhecendo realmente, por exemplo, a abolição da escravatura nós fizemos uma apresentação muito bonita, eles mesmos fizeram os barquinhos eles mesmos se apresentaram como princesa Isabel, eles mesmos foram aqui a questão é a igual do descobrimento... a quem descobriu? a,,não... fessora os índios já estavam aqui e hoje não se fala mais...ah foi o Cristóvão Quilombo, não ele apenas quando ele chegou fez o que? A navegação chegar até aquele local né, então interessante né, você vê que através da pesquisa, da orientações logico dos professores né e os alunos vão muito longe com ele sim.

16. A palavra escrava é um termo usado habitualmente para designar os negros africanos que foram postos em condição de escravos há mais três séculos. A Lei 10.639/ 2003 sinaliza para a desconstrução de conhecimentos estereotipados sobre eles. Qual palavra ou expressão que você usaria para substituir a palavra escrava? Comente sua escolha.

R: Olha, com toda sinceridade a palavra que eu usaria para a palavra escravo, eu vou dizer assim: sabedoria. Por que sabedoria? Porque assim, os escravos no que já pude ler, por exemplo, eles trouxeram tantos costumes e tantas culturas pra nós hoje que podemos dizer, não considerar – ah, eu trabalho numa escola quilombola, mais eu não sou quilombola de sangue, mas de amor eu já sou. Então, por que a sabedoria, por que eles trabalhavam nos casarões como eram ditos através das danças como a capoeira, como a desfeiteira como Olodum, pra que? pra eles tirarem aquele cansaço né, aquele, aquela...digamos assim, aquele peso, aquela agonia do corpo fisicamente e tal, através das danças, da cantoria, através desses gestos, então é por isso que eu digo que escravos eles foram escravos sim, mas escravos sábios, então sabedoria a cima de tudo.

17. Que imagem você tem ou faz sobre a história dos Quilombos do Alto Rio Trombetas?

R: Olha, eu já ouvi assim contar né, bastante assim, eu posso dizer assim pra você assim, que os quilombos ou quilombolas eles estão evoluindo, inovando né, por que a luta que eu já pude ouvir, que sou novata na localidade, pelo que já pude ouvir a luta deles é bastantes, digamos assim, ela é bastante prazerosa e eles lutam unidos, por exemplo, a aquelas,,aquelas diversidades, aquelas divergências, sim, sempre pro melhor, pelo o que a gente pode ver, então eles contam que antes por exemplo, ah eles sempre costumam, tem muitas parodias e muitas musicas que a gente ouve deles, criados por eles, que há quanto vieram tomar suas terras né a questão da...digamos assim, meu Deus...fugiu a palavra da...agraria né, a questão agraria pra eles e tudo no mais, então olha só, então até hoje foi fazer valer a minha resposta, eles pegam através da cantoria, colocando pras autoridades, sem ferir alguém, mas estão colocando suas expressões, seus sentimentos, seus conhecimentos.

18. Qual sua sugestão para uma proposta de educação étnico racial para as escolas de Oriximiná?

R:Uma proposta, digamos assim,a proposta seria eles realmente conhecer a realidade étnico racial primeiro né, ele sabere a riqueza que esse povo tem para ser trabalhado tanto na zona rural como na zona urbana.

19. Acredita que há necessidade que ela seja especifica para as escolas dos Quilombos?

R: Oh, eu até diria assim, ela poderia ser especifica, se for especifica melhor seria né, mas se caso não for que nós dessas escolas ditas quilombolas, que é muito saudáveis que continue fazendo o que estamos fazendo com a questão desse projeto, que façam muito mais, que isso continue sendo trabalhado esse ensino aprendizagem sempre em forma de projeto, por que ai as...cond...a o ensino aprendizagem ele avança e evolui e também a gente pode estar fazendo o nosso aluno e a pesquisa e mostrar realmente a sua criatividade dentro da sua realidade.

APÊNDICE J -TRANSCRIÇÃO E ENTREVISTA COM PROFESSOR DE ARTES DA ESCOLA NOSSA SENHORA PIEDADE

- 1. Você tem conhecimento da Lei 10.639/2003? Sim () Não ()**

R: Bom dia, Nilson, prazer estar aqui com você né! Sim, não aprofundadamente, mas sim.

- 2. O que trata o seu conteúdo?**

R: Resgate e valorização da problemática em sala de aula.

- 3. Como você ficou sabendo da sua existência?**

R: Através de movimentos, de encontros de educação quilombolas promovidos pela SEMED e pelas associações da área onde eu trabalho.

- 4. Você já participou se cursos de formação sobre a Lei 10.639/03? Se sim, quais?**

Destaque os pontos mais relevantes.

R: É, como acabei de falar, hum já participei sim, foram três, são promovidos pela a Secretaria Municipal de Educação e a ARQUIMO, junto com outras associações de área que eles tratam sobre e essa problemática, como é que nós estamos tratando estes tipos de sistemas de situações, pra nível de conhecimento de sala de aula. Os pontos mais relevantes que, acredito, que seja que aconteça quando eles abrem precedentes para que o povo, passem e repassem seus conhecimentos e através disso eles cobram, por que teve que vim essa lei pra obrigar nós trabalharmos em sala de aula, co..quando que isso era pra ser uma coisa espontânea e corriqueira.

- 5. Em sua opinião qual a importância da prática pedagógica para aplicabilidade da Lei em escolas localizadas em áreas quilombolas?**

R: Olha a....relevância é, é..de fundamental importância, por que? porque o próprio quilombola ele não se auto titula quilombola. Ele tem entre eles simplesmente um, um pré conceito que eles sejam chamados de quilombolas, por que? por não conhece a sua matriz, pra não ter conhecimento e quando nós se tem conhecimentos se julga algo que não é. E quando a gente traz esses temas pra sala de aula, o aluno começa a ter uma noção do que é ser quilombola.

- 6. Você já trabalhou em sua disciplina algum assunto que abordasse a história negra no Brasil? Sim () Não (). Sim, comente sua (s) experiência (s).**

R: Sim, de va algumas formas, a gente se tem trabalhado, não de forma efetiva tá, de uma forma interdisciplinar.

- 7. Quais são os maiores desafios encontrados na sua disciplina para a inclusão de assuntos referentes a temática negra?**

8. *R:É auto, o aluno auto se aceitar como quilombola e negro, o próprio aluno derri... remanescente de quilombo ele não se auto aceita como negro e nem como quilombola, o impecilio é ai quando se trata também da educa....da religião, da religiosidade em sala de aula. O aluno não tem éh, interesse em conhecer as religiões de matriz africana pro que já são mi...meitificadas, digamos assim, já criaram um mito, dizendo que algo é ruim na cabeça dele, e pra derrubar e transpor esse muro do da falta de conhecimento é aí que as nossas barreiras como professor esse de, de ensino das artes*
9. **Já inclui na Disciplina Artes algum assunto local com tema gerador de uma aula? Sim () Não (). Comente a sua experiência.**
não foi perguntado,

10. **Na sua opinião, há necessidade da criação de uma disciplina específica para a abordar as diretrizes da Lei (o qual versa sobre a inclusão de conteúdos sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira). Sim () Não (). Comente sua resposta.**

R:Positivo, é necessário, sim, já está em processo aí, a cultura identidade que não vai abordar somente a cultura negra e sim a cultura indígena, que parece se não tenho bem conhecimento, foi reformulado da 10.639, porque não incluía a cultura indígena, por que, hoje nós somos uns, nós somos na Amazônia negro indigenados, então não poderia deixar de lado a cultura indígena em sala de aula. A relevância que tem, tem que ter partindo do pressuposto que a cultura negra ela tem que estar, estar ligada dentro da Amazônia com a cultura indígena, tão num sou, num sou muito bem, um, é equiparado com o conhecimento sobre esse termo, mas pelo o que lhes vejo ai pelo noticiário a cultura identidade que foi aprovada pelo município e estar em reiformulação e adaptação pra que ela entre pra abranger todo essas, esses temas passar e que chegue até o nosso alunado pela essa nova disciplina que vai entrar como o, oh! me enganei aqui, é como parte diversificada na num sistema de ensino,

11. **A escola aborda na semana pedagógica assuntos sobre preconceito, racismo ou outro assunto que envolva a questão negra? Sim () ou Não (). Como acontece essa abordagem?**

R: Aborda, com certeza a nossa escola e eu acho que as demais da área e em todos os seus momentos de semana pedagógica, ou de sarau ou de qualquer outros movimentos, por que nós temos na área um encontro das comunidades quilombolas também, e todas as escolas se preparam durante o ano para discutir, para relacionar suas problemáticas nesses encontros, enquanto na nana nas áreas interna da escola, cada professor ele tenta abordar, como acabei de falar, de forma interdisciplinar, pra que o aluno enteraja com conhecimento em si, não é uma forma efetiva, mas sim uma forma interdisciplinar de momento em momento

- 12. A Disciplina Artes, ou a escola como um todo, desenvolve algum projeto envolvendo a história, a religião afro-descendente ou outros elementos da cultura negra? Sim () Não (). Sim, comente sua experiência.**

R: Olha, eu como professor de Arte, professor Danilo falando por mim próprio, há quatro anos eu desempenho aqui, um projeto de resgate da etno-linguagem de matriz africana e da linguagem do da comunidade onde eu trabalho, pra resgatar aqueles termos que usavam antigamente mas e como falei pra você, a nossa linguagem hoje é indigenada, temos que...não conseguimos tirar o termo de cultura negra, si...a linguagem...a aetno-linguagem é especifica negra, mas como trata-se de arancuã, de arancuã da comunidade onde eu trabalho e os alunos dessa comunidade, tento trabalhar o resgate e a valorização do gesto, da fala, do jeito que fala, isso é um projeto que é intitulado a etno-linguagem da comunidade do Arancuã e eu venho tentando desempenhar isso há quatro anos. Tem surgido efeito? gradativo tem , a médio curto prazo tá começando aparecer, o próprio aluno usar no seu dia a dia a linguagem de matriz africana indigenada aqui no na sala de aula.

- 13. Como a disciplina Artes contribui para o desenvolvimento de atividades referentes ao Dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra”?
não perguntado**

- 14. Na organização do Calendário Escolar, são definidas datas para realização de alguma atividade relacionada a cultura local ou a história negra no Brasil? Sim () Não (). Quais são essas atividades? Com são desenvolvidas?**

R:Olha, como acabei de falar anteriormente, o aluno se prepara o ano inteiro, pro encontro da educação quilombola ou o encontro da consciência negra que é lá que nós vamos apresentar os nossos, os nossos preparo de durante um ano, o aluno se prepara com danças, com poemas, com o brincadeira e isso já é uma forma do professor trabalhar em sala de aula preparando pro pra grande data esperada que é o 20 de novembro que o movimento quilombola, o movimento negro, as associações resolvem fazer em determinadas áreas, e isso faz com que os alunos nos cobre o que nós iremos apresentar, o que nós iremos levar sobre a cultura da comunidade, pra que seja destacada nesta data, lá na consciência negra, nós temos um grupo genuinamente negro, quilombola, que é a nossa capoeira, capoeira que é o movimento que, o aluno nos cobra os gestos, os movimentos a próprio mesmo conhecer, pra que eles estejam participando desse grupo de capoeira que eu acho que é um, um, não sei se vai me falhar a memória, o único da região específico da área quilombola.

15. Como você trabalha, ou trabalharia, na Disciplina Artes a questão da escravidão no Brasil? Exemplifique.

R: Olha eu tenho, é, é, é conversado com os meus alunos, não feito uma aula, uma, uma aula dialogada, pra mostrar o passado e tentar trazer zezzer o passado pro presente, o direito que o negro tinha tem hoje o remanescente de quilombo, pro direito que não tinha no passado, da forma que se trabalhava e hoje a liberdade que eles tem os heróis do passado que lutaram pro que eles tivessem liberdade ou direitos hoje adquirido isso a gente tenta trazer o passado... da escravidão pra hoje pra que o aluno tenha discernimento do que aconteceu e como é o que ele tem hoje... o que ele tem hoje, alguém lutar por ele, pra que ele tivesse hoje liberdade, direito e deveres, e tivesse assentado de hmmm... de uma determinada área se auto reconhecer, porque a maioria não se reconhece como negro e nem quilombola.

16. A palavra escrava é um termo usado habitualmente para designar os negros africanos que foram postos em condição de escravos há mais três séculos. A Lei 10.639/ 2003 sinaliza para a desconstrução de conhecimentos estereotipados sobre eles. Qual palavra ou expressão que você usaria para substituir a palavra escrava? Comente sua escolha.

R: Pessoa sem direito... eu uso essa palavra “pessoa sem direito” por que nós não somos descendentes de escravos nós somos descendente de pessoas escravizadas ou sem direito, eu não sou descendente de escravos, u as pessoas foram trazidas da África elas eram pessoas sem direitos, pegaram ela na marra e escravizaram como e o termo que você falou, mais eu uso as “pessoas sem direito” sem direito de escolha, sem direito de ir e vir e hoje eu não me... não me reconheço como pessoa descendente de escravos e sim como pessoas escravizadas que foram forçados, não tiveram direito de escolha de rei... arrancaram eles da sua área ou do seu local, do seu leito pra tirarem o direito dessa pessoa di até ditê falar, direito de comer de beber, tão pra mim usaria o termo “pessoas sem direito”.

17. Que imagem você tem ou faz sobre a história dos Quilombos do Alto Rio Trombetas?

R: A imagem que eu tenho e um povo amigo, éééééé... acolhedor, até porque não sou quilombola não sou descendente de quilombo estou não área quilombola sou professor da área urbana, mais quando cheguei aqui o povo foi acolhedor, receptivo me identifiquei já trabalhei em outra áreas planalto eee... área ribeirinha mais não me identifiquei, já aqui, por causa dessa problemática do povo não do próprio quilombola ou remanescente de quilombo a maioria, mais os jovens não se auto

aceitarem fez com que eu começassem a trabalhar algumas coisas pequenas, piquenas e com isso o povo começou a ver o trabalho da gente e seee... gostar da pessoa como si como como o professor, tão aaa o povo em sim me trouxe uma imagem de um povo acolhedor, educado, os mais velhos né que a juventude hoje nós sabemos que e uma juventude transviada todo já tenham o autoconhecimento de achar que as coisas de fora e o adequado pra eles e não as de dentro. as... .

18. Qual sua sugestão para uma proposta de educação étnico racial para as escolas de Oriximiná?

R: É trazer oos conhecimentos... de dentro, de dentro das comunidades pras salas de aula, minha proposta é, toda vez uma vez por semana trazer um ancião de uma determinada área com um determinado conhecimento pra dentro da sala de aula pra que ele fale sobre o conhecimento que é e antiga de que era antigamente pra ele passe conhecimento atravi... via oral pros outros, através das suas histórias e ai o aluno vai começar a ouvir porque eu sei que dentro da casa dele ele ouve o pai ou finge ouvir, mais quando traz pra dentro da sala de aula a gama de alu, de pessoas é maior e esse conhecimento mesmo de trinta eu acredito que cinco ou seis vai da ouvido, então trazendo esse conhecimento, pra dentro da sala de aula abrir-se se um espaço pra que trouxesse esse essa essa personagem pra contar seu convívio, seu costume, ali muitos vão dizer a isso e careta isso e chato isso não é bom, mais o aluno que está em área quilombola o aluno que está em área urbana vai conhecer, vai ouvir da ouvido no que era antigamente dos costumes aaaa os conhecimentos que eles tem hoje é esquecido porque faise um livro o aluno já não gosta de ler... eu não estou não sei se estou sendo hipócrita demais mais tem que ter um tema que chame a atenção do nosso alunado de forma geral falando em município que tenham ter um tema que faça com um estingue o aluno a procurar, mais até o momento não temos essa ferramenta, então pra mim a forma de trazer esses conhecimento de início seria dessa forma.

19. Acredita que há necessidade que ela seja específica para as escolas dos Quilombos?

R: Não, pra todas as escola do país, porque as escolas de quilombo elas já são se auto reconhecida aos os mais velhos como eu falei, já o país em si não reconhece a cultura negra porque nos casamos de ver na televisão, nos noticiários a falta de respeito, o bulliying, a o racismo agora se isso trazer pra todas as escola do país pra nível de conhecimento, eu acredito não sei se estou sendo ingênuo, mais uma parcela vai suprimir vai adquirir conhecimento e não vai usar mais esses termos se trouxermos pra todas as escolas do país, esses termos, esses conhecimentos, porquê de nada

adianta só minar dentro das áreas dentro dos quilombo sendo que a zona urbana, não conhece não ta tendo acesso a esse conhecimento e de nada vai valer, porque quando o aluno sair do quilombo e ir pra cidade ele vai sentir uma dificuldade uma barreira, porque só ele conhece e o outro não conhecer a realidade, então penso dessa... dessa forma.

É muito Obrigado professor?!

R: di nada

APÊNDICE K -TRANSCRICAO DA ENTREVISTA COM PROFESSORES DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DA ESCOLA NOSSA SENHORA PIEDADE

- 1. Você tem conhecimento da Lei 10.639/2003? Sim () Não ()**

R: Bom dia professor. Sim.

- 2. O que trata o seu conteúdo?**

R: Meu conteúdo é sobre as disciplinas que eu atuo?...ah, sim professor a lei ela já é conhecida há bastante né a gente já trabalha já muito tempo, só que eu acho que ela tem que ser mais bem trabalhada do que ela já é.

- 3. Como você ficou sabendo da sua existência?**

R: Através de leitura né, de...documentos que vem pra escola né, e sempre a gente orientado a, a...assim tipo assim, aplicar a lei né, mostrar que a gente trabalha com ela que existe essa lei pra ser trabalhada.

- 4. Você já participou se cursos de formação sobre a Lei 10.639/03? Se sim, quais? Destaque os pontos mais relevantes.**

R: Ainda no momento não.

- 5. Em sua opinião qual a importância da prática pedagógica para aplicabilidade da Lei em escolas localizadas em áreas de quilombos?**

R: Olha, a lei ela é bem clara né, pra nós trabalharmos nas escolas, então é por isso que a gente professor acha que a gente tem que trabalhar com ela pra poder ela ter a sua garantia e valorização sobre os as escolas que a gente trabalha né.

- 6. Você já trabalhou em suas disciplinas algum assunto que abordasse a história negra no Brasil? Sim () Não (). Sim, comente sua (s) experiência (s).**

R: Sim. A minha experiências, eu sempre trabalho com as minhas turmas sobre a capoeira né, sobre a valorização do negro né, sobre o dia da consciência negra é sobre assim que eu trabalho nas minha disciplina de historia, na minha disciplina de historia eu sempre abordo.

- 7. Quais são os maiores desafios encontrados nas suas disciplinas para a inclusão de assuntos referentes a temática negra?**

R: Professor ó, eu sinto assim, falta de...sim tipo de argumento, pesquisas que as vezes a gente quer alguma coisa pra pesquisar, alguns assuntos pra inovar, e a gente acha dificuldade.

- 8. Já inclui nas Disciplinas História e Geografia algum assunto local com tema gerador de uma aula? Sim () Não (). Comente a sua experiência.**

R: Sim. Ah, eu sempre falo sobre as o, sempre levo pra sala de aula a os acontecimentos que as vezes estão sendo esquecido dentro da própria comunidade, aí eu levo pra sala de aula.

- 9. Na sua opinião, há necessidade da criação de uma disciplina específica para abordar as diretrizes da Lei (o qual versa sobre a inclusão de conteúdos sobre o**

ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira). Sim () Não (). Comente sua resposta.

R:Sim. [ta]Eu acho que tinha que ter uma disciplina, tipo de apoio de muita importância na escola pra próprios os alunos, é assim, enxergar e sentir que há necessidade de ser valorizado né a cultura local.

10. A escola aborda na semana pedagógica assuntos sobre preconceito, racismo ou outro assunto que envolva a questão negra? Sim () ou Não (). Como acontece essa abordagem?

R: Professor Não.

11. Como acontece essa abordagem?

R: A escola ela só aborda isso no mês de novembro quando acontece a consciência negra na...consciência negra na comunidade né, aí é um pouco lembrado.

12. A Disciplina História e Geografia ou a escola como um todo, desenvolve algum projeto envolvendo a história, a religião afro-descendente ou outros elementos da cultura negra? Sim () Não (). Sim, comente sua experiência.

R:Não.

13. Como a disciplina História contribui para o desenvolvimento de atividades referentes ao Dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra”?

R:Olha, a gente usa muito o livro didático né, que as vezes vem alguma coisa falando sobre o 20 de novembro e a gente pesquisa né e desenvolve né com os nossos alunos

14. Na organização do Calendário Escolar, são definidas datas para realização de alguma atividade relacionada a cultura local ou a história negra no Brasil? Sim () Não (). Quais são essas atividades? Com são desenvolvidas?

R:não.

15. Como você trabalha, ou trabalharia, na Disciplina História a questão da escravidão no Brasil? Exemplifique.

R:Eu gosto sempre de trabalhar que já trabalho professor, assim sempre buscando o começo da história né, não deixando esquecer como foi que acomê...começou né, busco o começo e trabalho pra...e trago pra realidade, mostro pra meus alunos, falando conversando com eles como que a história é.. aconteceu né. E a gente vivi, vivi, vai e vivendo esses momentos né, que, assim se a... até hoje tem tudo que a gente tem na história é porque algo começou e eu busco tudo isso, todo tempo to buscando e inovando com eles e não deixando de falar do começo da história.

16. A palavra escrava é um termo usado habitualmente para designar os negros africanos que foram postos em condição de escravos há mais três séculos. A Lei 10.639/ 2003 sinaliza para a desconstrução de conhecimentos estereotipados sobre eles. Qual palavra ou expressão que você usaria para substituir a palavra escrava? Comente sua escolha.

R:Essa palavra escrava pra mim como historiadora não gosto de usar e nem de ouvir eu escolheria uma palavra, assim...mais agradável, bem como...[deixa o eu pensar,,

deixa eu pensar pensar um pouco sobre uma palavra aqui que eu gostaria como professora de historia usar-se e fosse usada..pode ser qualquer ruma,pode ser qualquer ruma, qualquer ruma?] é...é...cidadão, palavra cidadão..[porque cidadão?] por que acho assim..uma palavra que pra mim é uma palavra com muito respeito u ia ser respeitada tanto um escravo como não escravo.

17. Que imagem você tem ou faz sobre a história dos Quilombos do Alto Rio Trombetas?

R:A imagem pelo o que já andei bastante né, é uma imagem muito bonita né dos quilombos, mais, nu que acho bonito eu já vi que já foi um pouco massacrado, sofrido e que bom que eu agora percebo que já teve muita mudança dos dos tempos dos tempos de lá pra cá né, ouve muita diferença e muita mudança e muita mudança mesmo que dá de vê que as pessoas e os próprios quilombolas deseenvolveram bastante

18. Qual sua sugestão para uma proposta de educação étnico racial para as escolas de Oriximiná?

R:professor, eu gostaria que essa [...é 17 ou 18, a tá to lendo dizessete]...é que viesse professor assim inovar né, alguma coisa mm.. e dentro da nossa cultura quilombo, uma coisa bem nova sim, uma coisa bem visível, bem nova, bem segura pra ser trabalhada né,

19. Acredita que há necessidade que ela seja especifica para as escolas dos Quilombos?

R:Sim, uma, muito bom a pergunta, gostaria que fosse bem especifica mesmo. -Porque professora?Porque!(é) por que a gente ia ter com certeza um bom rendimento em cima do nosso trabalho, em cima das comunidades, em cima do nosso próprio alunos

20. Muito Obrigado professora!

R: brigada professor, disponhia.

APÊNDICE L- MODELO DO QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS QUE ESTUDAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS

1. Escola: _____
2. Turno: _____
3. Idade: _____
4. Gênero: M () F ()
5. Cor: () branca () preta () amarela () parda () indígena
6. País/Estado/cidade em que nasceu: _____
7. Você é morador de áreas quilombolas: Sim () Não ()
8. Qual? _____
9. Há quanto tempo? _____
10. Você adota alguma religião? Sim () Não ()
11. Se você marcou sim, Qual? _____
12. Por influência de quem você adotou essa religião? _____
13. Há quanto tempo você adotou essa religião? _____
14. Você sempre estudou em escolas localizadas em áreas de quilombos? Sim ()
Não ()
15. Se não onde você estudou antes? _____
16. Você já ouviu **falar** da Lei 10.639/ 2003, a qual possibilita a inclusão de conhecimentos nos conteúdos escolares sobre a história, a cultura e a contribuição dos negros africanos na formação da sociedade brasileira? Não () Sim (). Por quem ou qual o canal de comunicação: _____
17. O que sabe sobre essa Lei _____
18. Como teve acesso a está informação? _____

19. Já estudou assuntos referentes a História da África e dos descendentes dos africanos no Brasil?
Sim () Não ()
20. O que foi abordado em sala de aula? _____
21. Que atividades foram desenvolvidas? _____
22. Participa ou já participou de algum projeto sobre a temática negra?
Sim () Não ()
23. Qual? _____
24. Há quanto tempo você fez ou faz parte desse projeto e o que considera mais significativo relatar aqui como experiência?
25. Você é aluno do 8º o 9º ano do Ensino Fundamental, você já estudou algum assunto relacionado com os Quilombos do Alto Rio Trombetas?
Sim () Não ()
26. Quais foram os assuntos estudados?
27. Na sua opinião, o que deve ser priorizado em sala de aula sobre a temática negra?
28. Qual sua sugestão para uma proposta de educação étnico racial para as escolas de Oriximiná? Acredita que há necessidade que ela seja específica para as escolas dos Quilombos?

Obrigada por sua colaboração!

O pesquisador.

APÊNDICE M – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)- PROFESSOR

NºTCLE: _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA.



INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

TÍTULO DA PESQUISA: 10.639/ 2003: A Percepção de Práticas Pedagógicas de Professores em Escolas Quilombolas do Alto Rio Trombetas- Oriximiná/PÁ.

Convidamos o Sr ou a Sra. a participar desta pesquisa que tem como objetivo: descrever as práticas pedagógicas de professores de escolas quilombolas para o processo de aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e com isso possibilitar a discussão da normativa no processo educativo, num espaço geográfico carregado de simbolismo para a memória negra na Amazônia. A pesquisa é de responsabilidade do mestrando José Nilson Silva de Jesus, sob a orientação do Prof. Dra. Tânia Azevedo Brasileiro vinculados ao Programa de Pós-Graduação- Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Oeste do Para - UFOPA. Desta forma, o estudo postula ações para melhorar ou potencializar as práticas pedagógicas já desenvolvidas nas escolas, com vista a consolidação desta Lei no Currículo Escolar.

Para participar desta pesquisa, o Sr. ou a Sra. deve estar lotado como docente na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Baldoíno Melo”. Posterior ao seu consentimento para a participar da pesquisa lhe apresentaremos dois instrumentos para a nossa coleta de dados, quais sejam: Questionário com perguntas fechadas a respeito da sua identidade profissional e algumas perguntas sobre sua pessoa e uma entrevista semiestruturada e individual, onde sua fala será gravada em um aparelho de armazenamento de áudio, para que em um outro momento possa ser transcrita para a análise/interpretação. Destacamos que esses instrumentos de coleta de dados somente serão aplicados pelo pesquisador responsável e serão utilizados unicamente para a pesquisa em questão.

As informações coletadas com Sr. ou a Sra. serão utilizadas única e exclusivamente para a presente pesquisa, e o anonimato será garantido com uso de nome de Divindade Africana em substituição ao seu. Após cinco anos da finalização da pesquisa, os dados escritos serão incinerados e os gravados serão deletados/apagados.

Nesta pesquisa há riscos de constrangimento, uma vez que ocorrerá o contato direto do pesquisador com os participantes do estudo. Para tanto, as entrevistas serão realizadas em espaço reservado, o qual deixará o entrevistado à vontade e onde serão esclarecidos os princípios éticos da pesquisa, dentre eles: o anonimato dos sujeitos.

Destaca-se que diretamente o Sr. ou a Sra. não terá nenhum benefício, mas os resultados do estudo poderão subsidiar ações/formações/capacitações dos profissionais da educação sobre a importância da prática pedagógica para a consolidação de uma Política Pública voltada para dar visibilidade a conhecimentos que por anos foram silenciados ou transmitidos de maneira pejorativa no currículo escolar brasileiro. Além do mais, irá proporcionar um melhor conhecimento sobre a prática pedagógica que se desenvolve em uma região carregada de simbolismo para a questão negra no Brasil, bem como a Lei 10.639/2003 vem sendo aplicada nesse espaço escolar. E poderá no futuro dispor do resultado final do estudo.

O pesquisador responsável por este estudo é o Pedagogo José Nilson Silva de Jesus, coordenador Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Adélia Figueira e na Escola Estadual de Ensino Médio “Dr. Almir Gabriel (Oriximiná/PÁ) e aluno do Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, que pode ser encontrado na Rua 15 de Novembro, nº 166, bairro: Centro- Santarém/Pá, telefone (93) 99106 6566, e-mail: nilson.orx@bol.com.br. A orientadora deste estudo é a Professora Dra. Tânia Suely Azevedo Brasileiro docente e pesquisadora do Programa de Pós- Graduação da (UFOPA), telefone (93) 9976 0634 e email: brasileirovania@gmail.com.

DECLARAÇÃO

Declaro, após ter lido, que compreendi as informações que me foram explicadas sobre a proposta da pesquisa em questão. Discuti com o pesquisador responsável sobre minha decisão em participar nesse estudo, ficando claro para mim quais são os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e os esclarecimentos constantes.

Autorizo que utilizem, divulguem e publiquem para fins científicos e culturais, os resultados obtidos pela minha participação neste estudo. Quanto ao meu depoimento gerado na entrevista por garantirem o meu anonimato/integridade, permito que utilizem no todo ou em parte, editando ou não.

Ficou claro também que a minha participação não será paga, não terei despesas, poderei desistir a qualquer momento de participar da pesquisa. Sendo assim, concordo voluntariamente em participar desse estudo podendo retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem necessidade de justificar-me quanto ao motivo da desistência, antes ou durante a pesquisa, sem penalidades ou prejuízos.

Ressalto que estou assinando/rubricando em todas as folhas do TCLE e que isso está sendo feito em duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, sendo que uma delas ficará comigo.

Oriximiná-PA, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do (a) participante

Eu, pesquisador responsável, declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante do estudo, bem como expliquei sobre a pesquisa e sanei todas suas dúvidas.

José Nilson Silva de Jesus

Pesquisador responsável

APÊNDICE N- MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)- RESPONSÁVEL

NºTCLE: _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA.
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO



TÍTULO DA PESQUISA: A LEI Nº 10.639/2003: A Percepção de Práticas Pedagógicas de Professores em Escolas Quilombolas do Alto Rio Trombetas- Oriximiná/PÁ.

Convidamos o Sr. ou a Sra. a autorizar o (a) aluno (a) _____ a participar desta pesquisa que tem como objetivo: descrever as práticas pedagógicas de professores de escolas quilombolas para o processo de aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e com isso possibilitar a discussão da normativa no processo educativo, num espaço geográfico carregado de simbolismo para a memória negra na Amazônia. A pesquisa é de responsabilidade do mestrando José Nilson Silva de Jesus, sob a orientação do Prof. Dr. Edilan de Sant' Anna Quaresma, vinculados ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Oeste do Para - UFOPA. Desta forma, o estudo postula ações para melhorar ou potencializar as práticas pedagógicas já desenvolvidas nas escolas, com vistas a consolidação desta Lei no Currículo Escola.

Para participar desta pesquisa, o (a) aluno (a) tem que estar regularmente matriculado (a) no 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Baldoíno Melo” e está autorizado (a) pelos pais quando menor de idade. Destacamos que esse instrumento de coleta de dados será aplicado pelo pesquisador responsável e utilizado unicamente para a pesquisa em questão. Apesar do (a) aluno (a) escrever o seu nome no questionário, o (a) mesmo (a) não será identificado (a) no fim desse estudo. Esse procedimento será necessário apenas para anexá-los ao **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)** assinado pelos responsáveis dos (as) alunos (as). Depois da análise dos questionários, os mesmos serão arquivados pelo pesquisador pelo período de 5 anos e após serão incinerados (queimados).

Destaca-se que diretamente o (a) aluno (a) não terá benefício, mas os resultados do estudo poderão subsidiar ações para a melhoria das práticas pedagógicas na inclusão de conhecimentos sobre a História da África e dos descendentes de africanos no Brasil, assim como a formação dos Quilombos do Alto Rio Trombetas no currículo da escola.

O pesquisador responsável por este estudo é o Pedagogo José Nilson Silva de Jesus, coordenador Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Adélia Figueira e na Escola Estadual de Ensino Médio “Dr. Almir Gabriel (Oriximiná/PÁ) e aluno do Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, que pode ser encontrado na Rua 15 de Novembro, nº 166, bairro: Centro- Santarém/Pá, telefone (93) 99106 6566, e-mail: nilson.orx@bol.com.br. A orientadora deste estudo é a Professora Dra. Tânia Suely Azevedo Brasileiro docente e pesquisadora do Programa de Pós- Graduação da (UFOPA), telefone (93) 9976 0634 e email: brasileirovania@gmail.com.

DECLARAÇÃO

Declaro, após ter lido, que compreendi as informações que me foram explicadas sobre a proposta da pesquisa em questão. Discuti com o pesquisador responsável sobre minha decisão em deixar o (a) meu (minha) filho (a) menor de idade a participar desse estudo, ficando claro para mim quais são os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e os esclarecimentos constantes.

Autorizo que utilizem, divulguem e publiquem para fins científicos e culturais, os resultados obtidos pela participação do (a) mesmo (a) neste estudo. Quanto as respostas geradas pelo questionário, por garantir o anonimato/integridade do (a) meu (minha) filho (a), permito que utilizem no todo ou em parte editando ou não o material coletado.

Ficou claro também que sua participação não será paga, não terei despesas, poderei desistir a qualquer momento de participar da pesquisa. Sendo assim, concordo voluntariamente em deixar o (a) meu (minha) filho (a) a participar desse estudo, podendo retirar o meu consentimento no decorrer da pesquisa sem necessidade de justificar-me quanto ao motivo da minha desistência.

Ressalto que estou assinando/rubricando em todas as folhas do TCLE e que isso está sendo feito em duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, sendo que uma delas ficará comigo.

Oriximiná-PA, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do (a) participante

Eu, pesquisador responsável, declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante do estudo, bem como expliquei sobre a pesquisa e sanei todas suas dúvidas.

José Nilson Silva de Jesus

Pesquisador responsável

ANEXOS

ANEXO A - CAPA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA TERCEIRA UNIDADE REGIONAL DE GESTÃO ESCOLAR – URGE QUILOMBOLA

Prefeitura Municipal de Oriximiná
Secretaria Municipal de Educação
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Baldoíno Melo"

Projeto Político Pedagógico
Da Terceira Unidade Regional De Gestão
Escolar - URGE Quilombola

Período de Execução: 2014 a 2016

Oriximiná - Pará

ANEXO B - PROJETO: DIVERSIDADES CULTURAIS QUILOMBOLAS LOCAIS NA ESCOLA MUNICIPAL “BALDOINO MELO”

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “BALDOÍNO MELO”
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRINHA.**

**PROJETO: DIVERSIDADES CULTURAIS QUILOMBOLAS LOCAIS NA
ESCOLA MUNICIPAL “BALDOINO MELO”**

ORIXIMINÁ – PARÁ

2015

ANEXO C - OFÍCIO DA PPGE/UFOPA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ORIXIMINÁ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

Ofício 077/2015 –PPGE/UFOPA

Santarém, 04 de dezembro de 2015.

A Sra
Hilda Viana
Secretária Municipal de Educação de Oriximiná
Trav. Carlos Maria Teixeira
Santíssimo – Oriximiná-PA

Assunto: Solicitação de apoio da Secretaria Municipal

Prezada Senhora,

No âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação/PPGE/UFOPA, Linha de Pesquisa Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias, está sendo realizada a pesquisa intitulada “Práticas Pedagógicas de Professores Quilombolas do Alto Rio Trombetas em face a Lei 10639/03”, desenvolvida pelo mestrando **José Nilson Silva de Jesus**, sob a orientação do Prof. Dr. Edilan de Sant’Ana Quaresma. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas de professores que atuam em cinco (05) escolas quilombolas do 5º ao 9º ano localizadas no alto do Rio Trombetas no município de Oriximiná, a fim de compreender o papel exercido pelos professores nos aspectos concernentes a sua práxis diante da exigência da Lei.

Neste sentido, a fim de viabilizar o desenvolvimento dessa pesquisa, solicitamos o apoio desta Secretaria de Educação para que o discente José Nilson tenha acesso as escolas, bem como a documentos de domínio público ou cópia destes, para aplicar questionários, assim como outros meios necessários para a realização desta pesquisa de mestrado.

Desde já agradecemos antecipadamente o atendimento a nossa solicitação, que muito contribuirá para o estudo do contexto educacional em nossa região.

Atenciosamente


MARIA RAIMUNDA SANTOS DA COSTA
Vice-Diretora do ICED
Portaria nº 3.112/2014 – Reitoria/UFOPA

Maria Raimunda Santos da Costa
Vice-Diretora UFOPA
Port. nº 3.112 de 16/12/2014

ANEXO D - OFÍCIO DO PPGE/UFOPA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ORIXIMINÁ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

Ofício 10/2016 –PPGE/UFOPA

Santarém, 01 de março de 2016.

Ao Sr. Francisco Miléo
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Oriximiná-PA

Assunto: Levantamento de dados

Prezado Senhor,

No âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação/PPGE/UFOPA, Linha de Pesquisa Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias, está sendo realizada a pesquisa intitulada “Práticas Pedagógicas de Professores Quilombolas do Alto Rio Trombetas em face a Lei 10639/03”, desenvolvida pelo mestrando **José Nilson Silva de Jesus**, sob a orientação do Prof. Dr. Edilan de Sant’Ana Quaresma. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas de professores que atuam em cinco (05) escolas quilombolas do 5º ao 9º ano localizadas no alto do Rio Trombetas no município de Oriximiná, a fim de compreender o papel exercido pelos professores nos aspectos concernentes a sua prática diante da exigência da Lei.

Neste sentido, a fim de viabilizar o desenvolvimento dessa pesquisa, solicitamos o apoio deste Conselho para a obtenção de dados e cópia de documentos de domínio público (resoluções, portarias) que estejam relacionados ao tema de estudo.

Desde já agradecemos antecipadamente o atendimento a nossa solicitação, que muito contribuirá para o estudo do contexto educacional em nossa região.

Atenciosamente


EDILAN DE SANT’ANA QUARESMA
Coordenador do PPGE
Portaria nº 2.307/2015 – Reitoria/UFOPA



CONSELHO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE ORIXIMINÁ
COMEO

DATA: 31/3/2016

RAPUEIRO
Protocolista

cas 10hs



CONSELHO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE ORIXIMINÁ
COMEO

Rosângela Maria Oliveira de Almeida
Agente de Apoio Educacional
Matrícula Nº 470/PMO

**ANEXO E - OFÍCIO DO PPGE/UFOPA PARA A ASSOCIAÇÃO DO REMANESCENTES
DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ORIXIMINÁ**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

Ofício 14/2016 –PPGE/UFOPA

Santarém, 06 de abril de 2016.

A Sra.
Coordenadora Administrativa da ARQMO: Claudinete Colé de Souza
Ou Sr.
Coordenador de Projetos da ARQMO: Carlos Printes

Assunto: Pesquisa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará

Prezada Senhora ou Senhor,

No âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação/PPGE/UFOPA, Linha de Pesquisa Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias, está sendo realizada a pesquisa intitulada “A Lei 10639/03: Ao Encontro com as Práticas Pedagógicas de Professores de Quilombos do Alto Rio Trombetas, Orix-Pa, desenvolvida pelo mestrando **José Nilson Silva de Jesus**, sob a orientação do Prof. Dr. Edilan de Sant’Ana Quaresma. Esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar a efetivação da Lei 10.639/2003 (que versa sobre o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira) através da prática pedagógica de professores que atuam em Escolas do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, localizadas em áreas de Quilombos do Alto Rio Trombetas no Município de Oriximiná, a fim de compreender o papel exercido pelos professores nos aspectos concernentes a sua práxis diante da exigência do cumprimento da Lei nos espaços escolares.

Neste sentido, a fim de viabilizar o desenvolvimento da referida pesquisa solicitamos a “ARQMO” (Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná) o apoio para a obtenção de dados, cópias de documentos de caráter não sigiloso, assim como o acesso do pesquisador as áreas onde as escolas estão localizadas. Sendo que as escolas estão em processo de estudos para a escolha daquelas que farão parte do Universo da Pesquisa e serão informadas posteriormente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

Desde já agradecemos antecipadamente o atendimento a nossa solicitação, que muito contribuirá para o estudo do contexto educacional em nossa região.

Atenciosamente


Prof. Dr. José Ricardo e Souza Mafra
Coordenador do PPGE

José Ricardo e Souza Mafra
Professor Adjunto
ICED / UFOPA
Mat. n.º. 014327848



Antônio Carlos Printes
Coordenador de Projetos
ARQMO
CPF: 311.697 752-68

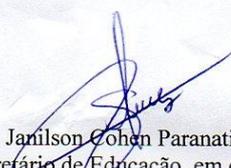
Recebido em 08/04/2016

ANEXO F - DESPACHO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ORIXIMINÁ AO PPGE/UFOPA**DESPACHO Nº. 003/2016-SEMED****PROCEDÊNCIA: Ofício nº 077/2015 – PPGE/UFOPA****INTERESSADO: Edilan de Sant'ana Quaresma****ASSUNTO: Pesquisa de campo – levantamento de dados**

Considerando que a valorização através do aprimoramento profissional é uma política institucional do governo municipal, DEFIRO o pedido da Coordenação do Programa de Pós-graduação em Educação, para que o Mestrando José Nilson Silva de Jesus possa desenvolver sua pesquisa, obtendo acesso de informações de dados institucionais nesta Secretaria e demais unidades escolares do sistema municipal de ensino, ressalvadas as informações de hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas.

Cientifique-se a interessado.

Oriximiná, 20 de janeiro de 2016.


Jamilson Cohen Paranatinga
Secretário de Educação, em exercício
Portaria Nº. /2016